O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	**COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**	**02.846.056/0001-97**

4 - NIRE
35.300.158.334

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO	2 - BAIRRO OU DISTRITO
AV.CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B, 5º ANDAR	VILA OLÍMPIA

3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF
04551-065	SÃO PAULO	SP

6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
11	3048-5921	3048-5925	-	

11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
11	3048-5911	-	-	

15 - E-MAIL
renato.vale@grupoccr.com.br

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME
ARTHUR PIOTTO FILHO

2 - ENDEREÇO COMPLETO	3 - BAIRRO OU DISTRITO
AV.CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B, 5º ANDAR	VILA OLÍMPIA

4 - CEP	5 - MUNICÍPIO	6 - UF
04551-065	SÃO PAULO	SP

7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
11	3048-5931	3048-5921	-	

12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
11	3048-5903	3048-5911	-	

16 - E-MAIL
arthur.piotto@grupoccr.com.br

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2009	31/12/2009	3	01/07/2009	30/09/2009	2	01/04/2009	30/06/2009

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES	00418-9

11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
JOSÉ LUIZ RIBEIRO DE CARVALHO	007.769.948-32

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2009	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2008
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	403.101.800	403.101.800	403.101.800
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	403.101.800	403.101.800	403.101.800
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3990 - Emp. Adm. Part. - Sem Setor Principal
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO	15/04/2009	Dividendo	30/09/2009	ON	0,1000000000
02	RCA	12/08/2009	Dividendo	30/09/2009	ON	1,1600000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. . / -

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
10/11/2009	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2009	4 - 30/06/2009
1	Ativo Total	2.852.257	2.884.034
1.01	Ativo Circulante	779.698	699.890
1.01.01	Disponibilidades	548.270	591.124
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.306	116
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	546.964	591.008
1.01.02	Créditos	197.504	67.229
1.01.02.01	Clientes	197.504	67.229
1.01.02.01.01	Contas a receber	0	0
1.01.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	197.504	67.229
1.01.02.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.02.02.01	Conta reserva	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	33.924	41.537
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	26.299	21.180
1.01.04.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
1.01.04.03	Depósitos Judiciais	0	0
1.01.04.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	0	0
1.01.04.05	Despesas Antecipadas	860	793
1.01.04.06	Outros Créditos	2.007	1.829
1.01.04.07	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	4.758	17.735
1.02	Ativo Não Circulante	2.072.559	2.184.144
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	65.042	404.794
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.01.01	Contas a receber	0	0
1.02.01.01.02	Conta reserva	0	0
1.02.01.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	3.556	344.126
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	1.724	342.366
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.832	1.760
1.02.01.03	Outros	61.486	60.668
1.02.01.03.01	Impostos a Recuperar	61.332	60.650
1.02.01.03.02	IRPJe CSLL Diferidos	0	0
1.02.01.03.03	Depósitos Judiciais	154	18
1.02.01.03.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	0	0
1.02.01.03.05	Despesas Antecipada de Outorga Fixa	0	0
1.02.01.03.06	Despesas Antecipadas	0	0
1.02.01.03.07	Outros Créditos	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	2.007.517	1.779.350
1.02.02.01	Investimentos	1.993.886	1.764.024

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2009	4 -30/06/2009
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	1.993.886	1.764.024
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.01.06	Provisão para Perda em Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	1.146	1.185
1.02.02.03	Intangível	12.485	14.141
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2009	4 - 30/06/2009
2	Passivo Total	2.852.257	2.884.034
2.01	Passivo Circulante	86.368	432.166
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.02	Contas a Pagar -Operações de Derivativos	0	0
2.01.02	Debêntures	62.291	369.524
2.01.03	Fornecedores	2.635	2.433
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	185	212
2.01.04.01	Impostos e Contribuições a Recolher	185	212
2.01.04.02	Impostos e Contribuições Parcelados	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	1.171	40.310
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
2.01.06.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
2.01.06.03	Contingências	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	15.257	15.674
2.01.07.01	Partes relacionadas	15.257	15.674
2.01.08	Outros	4.829	4.013
2.01.08.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.767	3.940
2.01.08.02	Obrigações com o Poder Concedente	0	0
2.01.08.03	Outras Contas a Pagar	62	73
2.02	Passivo Não Circulante	1.132.457	535.585
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.132.457	535.585
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.01.01	Empréstimos e financiamentos	0	0
2.02.01.01.02	Contas a Pagar -Operações de Derivativos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	1.117.753	521.607
2.02.01.03	Provisões	7.136	6.410
2.02.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
2.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
2.02.01.03.03	Impostos e Contribuições a Recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e Contribuições Parcelados	0	0
2.02.01.03.05	Contingências	0	0
2.02.01.03.06	Provisão para Passivo a Descoberto	7.136	6.410
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	6.669	6.669
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	6.669	6.669
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	899	899
2.02.01.06.01	Obrigações com o poder concedente	0	0
2.02.01.06.02	Outras contas a pagar	899	899
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2009	4 -30/06/2009
2.05	Patrimônio Líquido	1.633.432	1.916.283
2.05.01	Capital Social Realizado	791.761	791.761
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	659.515	789.265
2.05.04.01	Legal	35.679	35.679
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	623.836	753.586
2.05.04.05.01	Reserva de Retenção de Lucros	623.836	753.586
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.845)	(2.591)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.845)	(2.591)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	185.001	337.848
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2009 a 30/09/2009	4 - 01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	16.924	50.860	16.589	49.764
3.02	Deduções da Receita Bruta	(669)	(1.976)	(407)	168
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	16.255	48.884	16.182	49.932
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(9.011)	(26.950)	(9.719)	(28.031)
3.04.01	Depreciação e amortização	(6)	(16)	(5)	(5)
3.04.02	Serviços	(3.005)	(9.523)	(4.381)	(11.974)
3.04.03	Custos com Obrigações Poder Concedente	0	0	0	0
3.04.04	Custo com Pessoal	(4.346)	(12.560)	(3.576)	(10.403)
3.04.05	Materiais, Equipamentos e Veículos	(1.360)	(4.050)	(1.437)	(4.212)
3.04.06	Outros	(294)	(801)	(320)	(1.437)
3.05	Resultado Bruto	7.244	21.934	6.463	21.901
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	177.757	500.915	212.918	501.584
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(14.804)	(48.511)	(16.936)	(65.583)
3.06.03	Financeiras	(8.599)	(10.206)	11.627	23.121
3.06.03.01	Receitas Financeiras	26.855	85.834	16.916	39.635
3.06.03.01.01	Var.Monet. s/ Emprést, Financ.Debêntures	0	0	52	0
3.06.03.01.02	Var.Camb. s/ Emprést, Financ.Debêntures	0	0	0	0
3.06.03.01.03	Variação Monetária s/Obrig.P.Concedente	0	0	0	0
3.06.03.01.04	Juros e Variações Monetárias s/Mútuos	5.405	23.787	0	250
3.06.03.01.05	Ganhos com Operações de "Hedge"	0	0	0	0
3.06.03.01.06	Juros e Outras Receitas Financeiras	21.450	62.047	16.864	39.385
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(35.454)	(96.040)	(5.289)	(16.514)
3.06.03.02.01	Juros s/ Emprést, Financ. e Debêntures	(33.123)	(92.935)	(4.174)	(11.244)
3.06.03.02.02	Var.Monet. s/ Emprést, Financ.Debêntures	(575)	(575)	0	0
3.06.03.02.03	Var.Camb. s/ Emprést, Financ.Debêntures	0	0	0	0
3.06.03.02.04	Variação Monetária s/Obrig. P.Concedente	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2009 a 30/09/2009	4 - 01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/2008
3.06.03.02.05	Juros e Variações Monetárias s/Mútuos	(23)	(290)	0	0
3.06.03.02.06	Perda com Operações de "Hedge"	0	0	0	0
3.06.03.02.07	Taxas, Comissões e Outras Desp.Financ.	(1.733)	(2.240)	(1.115)	(5.270)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	8	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.691)	(5.063)	(3.773)	(5.789)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	202.851	564.687	222.000	549.835
3.07	Resultado Operacional	185.001	522.849	219.381	523.485
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	185.001	522.849	219.381	523.485
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	185.001	522.849	219.381	523.485
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	403.101.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,45894	1,29706	0,54423	1,29864
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2009 a 30/09/2009	4 - 01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	11.994	1.850	(10.317)	(51.657)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11.551	31.743	3.587	(9.057)
4.01.01.01	Lucro Líquido do Período	185.001	522.849	219.381	523.485
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	111	341	120	355
4.01.01.03	Baixa do Ativo Imobilizado	6	6	0	3
4.01.01.04	Amortização do Ágio	1.686	5.059	1.932	5.787
4.01.01.05	Var. monet.s/debêntures, emprést. financ	575	575	0	0
4.01.01.06	Juros s/debêntures, emprést. financ	32.405	91.097	4.194	11.283
4.01.01.07	Juros e Var.Monetária s/Mútuo c/P.Relac.	(5.382)	(23.497)	(40)	(135)
4.01.01.08	Equivalência Patrimonial	(202.851)	(564.687)	(222.000)	(549.835)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	443	(29.893)	(13.904)	(42.600)
4.01.02.01	Contas a Receber	0	82	0	441
4.01.02.02	Contas a Receber - P.Relacionadas	2.235	(6.326)	(2.432)	(8.447)
4.01.02.03	Impostos a Recuperar	(5.801)	(18.857)	(2.512)	(8.964)
4.01.02.04	Outras Despesas Antecipadas	(67)	(526)	(31)	(298)
4.01.02.05	Outras Contas a Receber	(314)	(223)	(831)	(1.640)
4.01.02.06	Fornecedores	202	(2.011)	1.181	1.977
4.01.02.07	Fornecedores - Partes relacionadas	3.399	(3.213)	(289)	(4.662)
4.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	827	1.328	4.248	6.238
4.01.02.09	Imp.e contr.recolher e parcel. e IR/CS	(27)	(136)	(177)	13
4.01.02.10	Outras contas a pagar	(11)	(11)	(13.061)	(27.258)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(227.488)	(341.144)	(78)	(292.553)
4.02.01	Aquisição de investimentos	(227.380)	(340.681)	0	(292.363)
4.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	(108)	(463)	(78)	(190)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	172.640	112.431	69.287	(6.811)
4.03.01	Mútuos c/partes relacionadas - captações	(130.150)	(532.702)	0	(600)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2009 a 30/09/2009	4 -01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/200801/07/2008 a 30/09/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/200801/01/2008 a 30/09/2008
4.03.02	Mútuos c/partes relacionadas -pagamentos	339.778	363.597	0	0
4.03.03	Debêntures - captações	593.832	593.832	299.042	299.042
4.03.04	Debêntures - pagamentos	(338.618)	(418.469)	(6.821)	(52.573)
4.03.05	Debêntures - amort.custo	718	1.838	67	223
4.03.06	Dividendos recebidos	213.817	711.848	180.102	351.751
4.03.07	Dividendos pagos	(506.737)	(607.513)	(403.103)	(604.654)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(42.854)	(226.863)	58.892	(351.021)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	591.124	775.133	142.046	551.959
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	548.270	548.270	200.938	200.938

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2009 a 30/09/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	791.761	0	0	789.265	337.848	(2.591)	1.916.283
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	791.761	0	0	789.265	337.848	(2.591)	1.916.283
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	185.001	0	185.001
5.05	Destinações	0	0	0	(129.750)	(337.848)	0	(467.598)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	(129.750)	(337.848)	0	(467.598)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(254)	(254)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(254)	(254)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	659.515	185.001	(2.845)	1.633.432

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 30/09/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	522.849	0	522.849
5.05	Destinações	0	0	0	(129.750)	(337.848)	0	(467.598)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	(129.750)	(337.848)	0	(467.598)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(346)	(346)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(346)	(346)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	659.515	185.001	(2.845)	1.633.432

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2009	4 - 30/06/2009
1	Ativo Total	7.436.631	6.862.903
1.01	Ativo Circulante	1.334.960	1.329.127
1.01.01	Disponibilidades	712.638	847.215
1.01.01.01	Caixa e Bancos	15.380	18.207
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	697.258	829.008
1.01.02	Créditos	215.539	196.204
1.01.02.01	Clientes	215.536	196.201
1.01.02.01.01	Contas a Receber	142.819	130.841
1.01.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	93.214	84.102
1.01.02.01.03	Provisão para devedores Duvidosos	(20.497)	(18.742)
1.01.02.02	Créditos Diversos	3	3
1.01.02.02.01	Conta Reserva	3	3
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	406.783	285.708
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	289.090	181.898
1.01.04.02	IRPJ e CSLL Diferidos	17.910	12.922
1.01.04.03	Depósitos Judiciais	7.198	7.196
1.01.04.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	59.293	50.626
1.01.04.05	Despesas Antecipadas	16.175	17.358
1.01.04.06	Outros Créditos	10.625	9.648
1.01.04.07	Contas a Receber c/Oper. de Derivativos	6.492	6.060
1.02	Ativo Não Circulante	6.101.671	5.533.776
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.912.332	1.653.433
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.626	1.640
1.02.01.01.01	Contas a receber	26.410	26.410
1.02.01.01.02	Conta reserva	1.626	1.640
1.02.01.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	(26.410)	(26.410)
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.832	1.759
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.832	1.759
1.02.01.03	Outros	1.908.874	1.650.034
1.02.01.03.01	Impostos a Recuperar	61.343	60.661
1.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	38.489	38.837
1.02.01.03.03	Depósitos Judiciais	8.283	7.733
1.02.01.03.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	1.785.983	1.533.178
1.02.01.03.05	Despesa Antecipada de Outorga Fixa	0	0
1.02.01.03.06	Despesas Antecipadas	17	24
1.02.01.03.07	Outros Créditos	78	0
1.02.01.03.08	Contas a Receber c/Oper. de Derivativos	14.681	9.601
1.02.02	Ativo Permanente	4.189.339	3.880.343

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2009	4 -30/06/2009
1.02.02.01	Investimentos	0	10.268
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	0	10.268
1.02.02.02	Imobilizado	3.566.361	3.374.807
1.02.02.03	Intangível	539.758	412.586
1.02.02.04	Diferido	83.220	82.682

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2009	4 - 30/06/2009
2	Passivo Total	7.436.631	6.862.903
2.01	Passivo Circulante	2.676.555	2.660.987
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.652.324	1.446.189
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.648.844	1.445.459
2.01.01.02	Contas a Pagar -Operações de Derivativos	3.480	730
2.01.02	Debêntures	322.842	631.222
2.01.03	Fornecedores	178.552	162.401
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	60.538	57.947
2.01.04.01	Impostos e Contribuições a Recolher	40.827	38.314
2.01.04.02	Impostos e Contribuições Parcelados	19.711	19.633
2.01.05	Dividendos a Pagar	1.746	42.731
2.01.06	Provisões	305.349	194.776
2.01.06.01	Imposto de renda e contribuição social	286.506	177.820
2.01.06.02	IRPJ e CSLL Diferidos	16.992	15.258
2.01.06.03	Contingências	1.851	1.698
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	68.712	50.935
2.01.07.01	Partes relacionadas	68.712	50.935
2.01.08	Outros	86.492	74.786
2.01.08.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	47.859	38.732
2.01.08.02	Obrigações com o Poder Concedente	12.502	8.624
2.01.08.03	Arrendamento Mercantil Financeiro	1.067	0
2.01.08.04	Outras Contas a Pagar	25.064	27.430
2.02	Passivo Não Circulante	3.087.223	2.252.796
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.087.223	2.252.796
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	746.914	445.333
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	746.914	445.333
2.02.01.01.02	Contas a Pagar -Operações de Derivativos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	1.937.242	1.409.616
2.02.01.03	Provisões	381.948	378.196
2.02.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	323.608	316.180
2.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	30.223	31.008
2.02.01.03.03	Impostos e Contribuições a Recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e Contribuições Parcelados	18.397	22.943
2.02.01.03.05	Contingências	9.720	8.065
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	6.669	6.669
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	6.669	6.669
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	14.450	12.982
2.02.01.06.01	Obrigações com o Poder Concedente	9.673	9.491
2.02.01.06.02	Arrendamento Mercantil Financeiro	1.365	0
2.02.01.06.03	Outras Contas a Pagar	3.412	3.491

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2009	4 -30/06/2009
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	39.421	32.837
2.05	Patrimônio Líquido	1.633.432	1.916.283
2.05.01	Capital Social Realizado	791.761	791.761
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	659.515	789.265
2.05.04.01	Legal	35.679	35.679
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	623.836	753.586
2.05.04.05.01	Reserva de Retenção de Lucros	623.836	753.586
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.845)	(2.591)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.845)	(2.591)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	185.001	337.848
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2009 a 30/09/2009	4 - 01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	875.277	2.460.617	802.504	2.154.855
3.02	Deduções da Receita Bruta	(80.103)	(212.648)	(58.404)	(155.054)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	795.174	2.247.969	744.100	1.999.801
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(311.287)	(914.030)	(277.437)	(784.321)
3.04.01	Depreciação e Amortização	(90.019)	(265.525)	(79.117)	(233.377)
3.04.02	Serviços	(75.713)	(227.633)	(78.398)	(213.997)
3.04.03	Custo com Outorga	(70.483)	(195.426)	(54.708)	(147.031)
3.04.04	Custo com Pessoal	(43.254)	(129.467)	(36.279)	(106.301)
3.04.05	Materiais, Equipamentos e Veículos	(8.956)	(29.223)	(10.321)	(26.104)
3.04.06	Outros	(22.862)	(66.756)	(18.614)	(57.511)
3.05	Resultado Bruto	483.887	1.333.939	466.663	1.215.480
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(172.854)	(474.129)	(127.214)	(400.707)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(73.517)	(212.375)	(65.653)	(202.495)
3.06.03	Financeiras	(89.732)	(238.669)	(48.911)	(178.126)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	49.875	186.507	53.972	129.298
3.06.03.01.01	Var.Monet. s/ Emprést, Financ.Debêntures	4.988	15.739	1.863	1.863
3.06.03.01.02	Var.Camb. s/ Emprést, Financ.Debêntures	16.110	76.040	2.335	22.576
3.06.03.01.03	Variação Monetária s/Obrig.P.Concedente	0	0	0	0
3.06.03.01.04	Juros e Variações Monetárias s/Mútuos	72	171	155	250
3.06.03.01.05	Ganho com Operações de "Hedge"	150	450	22.311	36.039
3.06.03.01.06	Juros e Outras Receitas Financeiras	28.555	94.107	27.308	68.570
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(139.607)	(425.176)	(102.883)	(307.424)
3.06.03.02.01	Juros s/ Emprést, Financ. e Debêntures	(112.964)	(326.812)	(52.072)	(149.315)
3.06.03.02.02	Var.Monet. s/ Emprést, Financ.Debêntures	(2.993)	(4.674)	(15.968)	(68.266)
3.06.03.02.03	Var.Camb. s/ Emprést, Financ.Debêntures	(541)	(6.005)	(19.100)	(33.275)
3.06.03.02.04	Variação Monetária s/Obrig.P.Concedente	(333)	(308)	(55)	(123)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2009 a 30/09/2009	4 - 01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/2008
3.06.03.02.05	Juros e Variações Monetárias s/Mútuos	(91)	(119)	(24)	(24)
3.06.03.02.06	Perda com Operações de "Hedge"	(11.102)	(54.572)	(7.754)	(35.565)
3.06.03.02.07	Taxa, Comissões e Outras Desp. Financ.	(11.583)	(32.686)	(7.910)	(20.856)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.307	7.301	574	4.658
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(10.912)	(30.386)	(13.224)	(24.744)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	311.033	859.810	339.449	814.773
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	311.033	859.810	339.449	814.773
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(128.239)	(336.501)	(107.903)	(276.994)
3.11	IR Diferido	3.691	4.395	(9.594)	(6.843)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(1.484)	(4.855)	(2.571)	(7.451)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	185.001	522.849	219.381	523.485
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	403.101.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,45894	1,29706	0,54423	1,29864
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2009 a 30/09/2009	4 - 01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	170.744	369.053	131.706	485.364
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	414.968	1.176.895	399.271	1.053.280
4.01.01.01	Lucro líquido do período	185.001	522.849	219.381	523.485
4.01.01.02	Imp. de renda e contrib. social diferido	(3.691)	(4.395)	9.594	6.843
4.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	14.657	37.685	2.007	6.018
4.01.01.04	Provisão para perdas com investimentos	0	3.714	(4.860)	0
4.01.01.05	Depreciação e amortização	93.629	277.619	79.964	241.080
4.01.01.06	Baixa do ativo imobilizado	567	2.681	1.249	3.790
4.01.01.07	Baixa do ativo intangivel	0	4	0	1.341
4.01.01.08	Baixa do ativo diferido	14	14	(1)	0
4.01.01.09	Amortização do ágio	10.215	28.020	12.234	21.208
4.01.01.10	Var. monetária obrigações c/P.Concedente	333	308	55	123
4.01.01.11	Var. monet.s/debêntures,emprést. financ.	(1.995)	(11.065)	12.750	65.048
4.01.01.12	Variação cambial s/empréstimos e financ.	(15.569)	(81.056)	27.351	16.227
4.01.01.13	Juros s/ debêntures, empréstimos e finan	109.749	318.814	49.022	150.530
4.01.01.14	Resultado da operação de hedge	10.952	54.122	(14.557)	(474)
4.01.01.15	Consttituição e juros sobre contingência	1.853	3.320	417	1.195
4.01.01.16	Provisão de devedores duvidosos	1.755	7.100	929	6.674
4.01.01.17	Juros e var.monetária s/mutuo c/p.relac.	19	(52)	(40)	(135)
4.01.01.18	Juros sobre impostos parcelados	768	2.746	1.191	2.486
4.01.01.19	Participação de Minoritários	6.584	14.340	2.585	7.841
4.01.01.20	Juros s/ arrend. mercantil financeiro	127	127	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(244.224)	(807.842)	(267.565)	(567.916)
4.01.02.01	Contas a receber	(11.555)	(25.087)	(17.805)	(28.297)
4.01.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	(9.113)	(18.543)	(14.179)	(15.675)
4.01.02.03	Impostos a recuperar	(107.870)	(257.768)	(73.149)	(177.901)
4.01.02.04	Despesas antecipadas outorga fixa	(276.129)	(805.261)	(260.097)	(579.974)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2009 a 30/09/2009	4 -01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/200801/07/2008 a 30/09/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/200801/01/2008 a 30/09/2008
4.01.02.05	Outras despesas antecipadas	1.360	2.326	1.071	(6.807)
4.01.02.06	Outras contas a receber	(1.413)	(1.508)	364	(6.525)
4.01.02.07	Fornecedores	15.224	18.000	30.592	32.590
4.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	23.952	25.040	(42.784)	(47.830)
4.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	7.863	3.193	13.357	26.836
4.01.02.10	Imp.e contrib.recolher e parcel. e IR/CS	112.230	263.839	104.323	246.329
4.01.02.11	Liquidação de contingências	(44)	(1.242)	(57)	(812)
4.01.02.12	Obrigações c/ poder concedente	3.726	3.045	2.168	12.948
4.01.02.13	Outras contas a pagar	(2.455)	(13.876)	(11.369)	(22.798)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(404.456)	(763.649)	(197.912)	(704.543)
4.02.01	Aquisição de Investimentos	(254)	281	(4.915)	(4.915)
4.02.02	Alienação de investimento em controlada	0	59.586	0	0
4.02.03	Pagamento compra 45% da Controlar S.A.	(126.761)	(137.029)	0	0
4.02.04	Pagamento compra 40% da Conc. Renovias	0	0	0	(263.954)
4.02.05	Aquisição de ativo imobilizado	(260.189)	(648.939)	(154.154)	(369.814)
4.02.06	Adiantamento para aquisição imobilizado	(16.151)	(35.496)	(25.554)	(38.424)
4.02.07	Aquisição de ativo intangível	(1.101)	(2.444)	(750)	(3.757)
4.02.08	Aquisição do ativo diferido	0	0	(12.539)	(23.679)
4.02.09	Reclassificação ativo diferido	0	392	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	99.135	69.363	129.269	295
4.03.01	Resgates/Aplicações na conta reserva	14	799	(5.807)	(5.958)
4.03.02	Liquidação da operações de hedge	4.816	(2.188)	(11.097)	(11.097)
4.03.03	Contratação de Opções	(18.530)	(18.530)	0	0
4.03.04	Mútuos com partes relacionadas-captações	6.848	10.296	0	(600)
4.03.05	Mútuos c/ partes relacionadas-pagamentos	0	(1.254)	0	0
4.03.06	Emprést., financ. e debênt. - captações	1.091.128	2.755.741	625.142	975.504

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2009 a 30/09/2009	4 -01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/200801/07/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/200801/01/200
4.03.07	Emprést., financ. e debênt. - pagamentos	(479.772)	(2.074.141)	(76.720)	(355.545)
4.03.08	Emprést., financ. e debênt. -amort.custo	3.215	7.999	854	2.645
4.03.09	Dividendos pagos	(508.584)	(609.359)	(403.103)	(604.654)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(134.577)	(325.233)	63.063	(218.884)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	847.215	1.037.871	498.430	780.377
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	712.638	712.638	561.493	561.493

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2009 a 30/09/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	791.761	0	0	789.265	337.848	(2.591)	1.916.283
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	791.761	0	0	789.265	337.848	(2.591)	1.916.283
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	185.001	0	185.001
5.05	Destinações	0	0	0	(129.750)	(337.848)	0	(467.598)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	(129.750)	(337.848)	0	(467.598)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(254)	(254)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(254)	(254)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	659.515	185.001	(2.845)	1.633.432

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 30/09/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	522.849	0	522.849
5.05	Destinações	0	0	0	(129.750)	(337.848)	0	(467.598)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	(129.750)	(337.848)	0	(467.598)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(346)	(346)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(346)	(346)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	659.515	185.001	(2.845)	1.633.432

Notas explicativas às informações trimestrais

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice

Nota	Descrição	Página
1	Contexto operacional	26
2	Apresentação das informações trimestrais	29
3	Resumo das principais práticas contábeis	29
4	Informações Trimestrais consolidadas	37
5	Caixa e equivalentes de caixa	40
6	Contas a receber	40
7	Impostos a recuperar	41
8	Imposto de renda e contribuição social	42
9	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	47
10	Outros créditos	49
11	Partes relacionadas	49
12	Investimentos	52
13	Imobilizado	61
14	Intangível	65
15	Financiamentos e empréstimos	68
16	Debêntures	80
17	Plano de incentivo de longo prazo	86
18	Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos	91
19	Outras contas a pagar	92
20	Provisão para contingências – consolidado	92
21	Arrendamento mercantil operacional– consolidado	93
22	Patrimônio líquido	94
23	Instrumentos financeiros	95
24	Cobertura de seguros	106
25	Compromissos vinculados a contratos de concessão	107
26	Demonstração dos Fluxos de Caixa	110
27	Eventos subsequentes	111
28	Demonstração do Valor Adicionado	112

1 Contexto operacional

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Brasil da CCR – Companhia de Concessões Rodoviárias (Companhia), um dos maiores grupos privados de concessões de rodovias do mundo, que tem como objeto social participar em empresas que possuam concessão de exploração de rodovias, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionados à operação de rodovias, vias urbanas, pontes, túneis, infraestruturas metroviárias e inspeção ambiental veicular.

Fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas:

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBAn)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (CCR Ponte)
- Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoNorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo S.A. (CCR ViaOeste)
- Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (CCR RodoAnel)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Companhia de Participações em Concessões (CPC)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Serviços Compartilhados Ltda. (Actua Serviços)
- Actua Assessoria Ltda. (Actua Assessoria)
- Engelog Centro de Engenharia Ltda. (EngeLog)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP)
- Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura (CPCI)
- Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCSP)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (CCR México)
- CCR – USA, LLC. (CCR Estados Unidos)

Concessões do Grupo CCR

A CCR é responsável por 1.571 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que em 1.491 quilômetros é responsável pela administração e em 80 quilômetros pela conservação e manutenção. As rodovias estão sob a gestão das concessionárias Ponte, NovaDutra, ViaLagos, RodoNorte, AutoBAn, ViaOeste e mais recente, a Concessionária RodoAnel. Além disso, quando do início das operações da concessionária ViaQuatro, a CCR passará a administrar também, 12,8 quilômetros de malha metroviária, no Estado de São Paulo.

Veja, a seguir, mais detalhes destas concessões:

CCR NovaDutra: Rodovia BR-116/RJ/SP (Via Dutra) entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, num total de 407,1 km. O prazo de concessão vai até fevereiro de 2021;

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CCR AutoBAn: Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, totalizando 316,8 km . O prazo de concessão vai até dezembro de 2026;

CCR ViaLagos: Ligação viária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 km. O prazo de concessão vai até janeiro de 2022;

CCR Ponte: Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), totalizando 23,3 km. O prazo de concessão vai até maio de 2015;

CCR RodoNorte: Rodovia BR-376, de Apucarana a São Luís do Purunã; Rodovia BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; PR-151, de Jaguariaíva a Ponta Grossa; e BR-373, entre Ponta Grossa e o Trevo do Caetano, totalizando 567,8 km. O prazo de concessão vai até novembro de 2021;

CCR ViaOeste: Rodovias SP-280 Castello Branco, SP-270 Raposo Tavares, SP-075 Senador José Ermírio de Moraes e SP-091 Dr. Celso Charuri, entre a capital e o oeste do Estado de São Paulo, totalizando 168,6 km. O contrato de concessão vai até dezembro de 2022;

CCR RodoAnel: Trecho oeste do RodoAnel Mário Covas, interligação entre os corredores de acesso à cidade de São Paulo (SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116), numa extensão total de 32 km. O contrato de concessão vai até junho de 2038.

ViaQuatro: Operação e manutenção da Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo, totalizando 12,8 km. A empresa está em fase pré-operacional, com previsão de início das operações no primeiro semestre de 2010. O contrato de concessão vai até novembro de 2038, podendo ser prorrogado para 2041.

Outras empresas do Grupo

Além destas concessões, a CCR possui participação nas seguintes empresas:

Companhia de Participações em Concessões (CPC): A controlada tem participação de 99% da CCR e de 1% da Actua Assessoria Ltda. Seu objetivo é participar do capital de outras sociedades. A empresa detém 40% do capital social da Renovias, responsável pela administração das rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, e SP-350, entre Campinas e o Sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 km. O prazo de concessão vai até maio de 2022.

A CPC e a Brisa firmaram, em fevereiro de 2009, Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas, com os atuais acionistas da Controlar S.A., para aquisição de 45% do capital desta pela CPC e 10% pela Brisa. A Controlar é uma concessionária de serviços públicos municipais que detém, até 2018, a concessão para implantação e execução da inspeção ambiental veicular na cidade de São Paulo. Em 12 de agosto de 2009 foi concluída a compra da Controlar, tendo sido pago pela CPC o montante total de R$ 142.067.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Actua Serviços Compartilhados Ltda., **Actua Assessoria Ltda**., **Engelog Centro de Engenharia Ltda**. e **Parques Serviços Ltda**. que têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas da Companhia.

Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A (Grupo STP) e suas controladas Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda., cujo objetivo é operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos. Atualmente presta serviços nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V., cujo objetivo principal é explorar, em território mexicano, os mercados de concessões rodoviárias e de infraestrutura de trens subterrâneos (metrô). Atualmente esta controlada não possui nenhum projeto em andamento ou em operação.

CCR – USA, LLC, cujo objetivo principal é prospectar negócios de concessão nos Estados Unidos da América. Em 04 de maio de 2009, a controlada firmou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brisa – Autoestradas de Portugal S.A. ("Brisa"), para a venda de totalidade de sua participação de 10% no capital social na empresa Northwest Parkway, LLC, no valor de US$ 29.143 mil, que resultou em um ganho de US$ 1.789 mil, integralmente liquidado em 05 de maio de 2009. A Northwest Parkway é a concessionária responsável pela exploração da concessão de aproximadamente 14 km que integra o anel viário da cidade de Denver, no estado do Colorado, EUA. Consequentemente após a alienação deste investimento a controlada não possui nenhum outro projeto em andamento ou em operação.

CPCI (Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura) e **CPCSP (Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos)**, ambas com participação de 99% da CCR e de 1% da Actua Serviços Compartilhados Ltda. As empresas foram criadas com objetivo de participação no capital de outras sociedades.

Sobre o negócio

As concessões rodoviárias do Grupo CCR consistem na exploração de rodovias/ponte mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. As concessionárias são responsáveis por reparar, ampliar, conservar, manter e operar estas rodovias. Como parte do contrato de concessão, os Poderes Concedentes transferiram as concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade dessas zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias e da ponte.

A concessão metroviária (ViaQuatro) consistirá, quando do início de suas operações, na exploração da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo mediante arrecadação tarifária, contraprestações pecuniárias do Poder Concedente e exploração de receitas acessórias e complementares. A concessionária é responsável pelo fornecimento de trens e sistemas (sinalização, comunicação, controle de pátio e supervisão e controle centralizado) durante sua fase pré-operacional, e após o

início das operações, por operar e manter a infraestrutura instalada pela concessionária e a disponibilizada pelo Poder Concedente.

Além das concessões de rodovias, ponte e infraestrutura metroviária, o Grupo CCR através da sua controlada em conjunto Controlar, presta serviços de implantação e execução do programa de inspeção veicular do município de São Paulo, consistindo na instalação de linhas de inspeção obrigatória para veículos leves e pesados.

Os contratos de concessão não incluem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagos, ViaQuatro e Controlar. A extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

No final do período de concessão de rodovias, ponte e infraestrutura metroviária, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. As concessionárias terão direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados, e cuja implementação devidamente autorizada pelo Poder Concedente tenha ocorrido nos útlimos cinco anos do prazo de concessão.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas. As fórmulas de reajuste das tarifas básicas são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

2 Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 10 de novembro de 2009 foi autorizada pela diretoria da Companhia a conclusão destas informações trimestrais.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Adoção da Lei nº. 11.638/07

Na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas de 2008, a Companhia adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº. 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Lei nº. 11.941/09 (Medida Provisória nº. 449 de 3 de dezembro de 2008).

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para fins de divulgação das informações trimestrais comparativas, a Companhia seguiu as orientações da Deliberação CVM 506, de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação e, consequentemente, reapresentando as informações trimestrais de 2008.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção da Lei nº. 11.638/07 e a Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08) no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 estão detalhados a seguir:

Efeitos da adoção da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)

Apresentamos a conciliação do resultado de 30 de setembro de 2008 considerando os efeitos da adoção da Lei nº. 11.638/07.

Demonstração dos efeitos no resultado em 30 de setembro de 2008 decorrentes da Adoção da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)

	30/09/08
Lucro líquido do período de nove meses sem os efeitos da Lei nº. 11.638/07	**524.799**
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)	
Apropriação dos custos de transação na emissão de títulos	(650)
Ajustes acumulados de conversão	242
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado – swap	(5.127)
Reversão de provisão para pagamentos baseados em ações	2.244
IR e CSLL diferidos sobre os efeitos da adoção da Lei nº. 11.638/07	1.977
Lucro líquido do período de nove meses	**523.485**

Os efeitos tributários dos ajustes decorrentes da adoção da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08) foram lançados nas contas de resultado. Os referidos ajustes foram contabilizados em contrapartida de contas patrimoniais de ativo ou passivo fiscal diferido.

Reclassificações no resultado

Controladora

O saldo de resultado não operacional do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 no valor de R$ 2 foi reclassificado para outras despesas operacionais.

Consolidado

Os saldos de resultado não operacional relativos ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 foram reclassificados para outras receitas e despesas operacionais no montante de R$ 4.658 e R$ 3.536 e no trimestre findo em 30 de setembro de 2008 a reclassificação foi de R$ 574 e R$ 990.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Reclassificações nos fluxos de caixa consolidados

As reclassificações foram efetuadas para melhor apresentação de acordo com o pronunciamento técnico do CPC nº 03 – Demonstração dos fluxos de caixa, conforme abaixo demonstrado:

Itens	Saldo Apresentado em 30 de setembro 2008	Ajuste Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)	Reclassificações	Período de Nove Meses Reclassificado
Atividades operacionais				
Ajuste do lucro do período				
Reversão e juros sobre contingências	3.334	-	(2.139)	1.195
Variação de ativos e passivos				
Contas a receber	(28.161)	(327)	191	(28.297)
Contas a receber - Partes relacionadas	(19.580)	1.062	2.843	(15.675)
Despesas antecipadas outorga fixa	(582.723)	-	2.749	(579.974)
Outras despesas antecipadas	(6.636)	(1.039)	868	(6.807)
Outras contas a receber	(7.142)	-	617	(6.525)
Fornecedores	34.086	(1.496)	(1.496)	32.590
Obrigações sociais e trabalhistas	17.101	11.251	(1.516)	26.836
Imposto de renda e contribuição social	248.465	-	(2.136)	246.329
Obrigações com o poder concedente	17.040	-	(4.092)	12.948
Outras contas a pagar	(22.793)	-	(5)	(22.798)
Atividades de investimento				
Aquisição de investimentos	13.532	(240)	(18.207)	(4.915)
Pagamento pela compra de 40% da Concessionária Renovias S.A., líquido do caixa adquirido	-	-	(263.954)	(263.954)
Aquisição de ativo imobilizado	(694.335)	212.786	111.735	(369.814)
Aquisição de ativo intangível	-	(212.966)	209.209	(3.757)
Atividades de financiamento				
Resgates/Aplicações na conta reserva	(7.788)	-	1.830	(5.958)
Captações	1.012.959	(958)	(36.497)	975.504

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita operacional é reconhecida quando da utilização pelos usuários das rodovias e da ponte e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Estimativas contábeis

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, intangível e diferido, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para devedores duvidosos, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros e pagamentos baseados em ações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam as estimativas e as premissas trimestralmente.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros podem ser classificados em:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são ativos e passivos que são mantidos para negociação ou que são derivativos (exceto instrumento de hedge definido como efetivo) ou que no reconhecimento inicial tenham sidos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado;

- Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento e que não estão classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda ou como empréstimos e recebíveis;

- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercado ativo e que não estejam classificados como mantidos para negociação, disponíveis para venda, ou que tenham sido classificados inicialmente como mensurados ao valor justo por meio do resultado; e

- Disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivativos que estão disponíveis para venda e não são classificados nas outras categorias.

Os instrumentos financeiros são divididos entre derivativos e não derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos

Estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e são contabilizados no resultado do período. Incluem contratos de swap e de opções feitos com a finalidade de hedge.

Instrumentos financeiros não derivativos

Incluem caixa e equivalentes de caixa, conta reserva, contas a receber e a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Estão registrados pelo seu valor justo quando disponíveis para venda ou por meio do custo amortizado apurado pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos dos custos da transação ou de provisão para perdas, quando aplicável.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as orientações do CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº. 534.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passa a compor o valor de registro contábil em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulado de conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

As informações trimestrais das controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e posteriormente convertidas para a moeda funcional local, pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Ativos circulante e não circulante

Contas a receber

As contas a receber de clientes referem-se, substancialmente, a receitas de pedágio eletrônico e acessórias, as quais são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Investimentos

Os investimentos em controladas com participação no capital votante, superior a 20%, ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum, são avaliados por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, se aplicável.

As informações sobre os investimentos estão divulgadas na nota explicativa nº. 12.

Ativo imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos, quando incorridos, são debitados no resultado. Os custos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não finalizados, são contabilizados como imobilizações em andamento. A depreciação é computada pelo método linear às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 13.

Ativos intangíveis

Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

Os ágios gerados na aquisição e aumento das participações em investidas com vida útil definida e fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, são amortizados linearmente até o limite do prazo da concessão / contrato. Os ágios gerados na aquisição ou aumento de participações em negócios, que não tenham vida útil definida, não são amortizados.

As taxas de amortização do intangível estão divulgadas na nota explicativa nº. 14.

Gastos Pré-operacionais

A partir de 1º de janeiro de 2009 os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e consequentemente passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como os juros de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em

construção.

Arrendamento mercantil

- *Arrendamento mercantil operacional*

  Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº. 21.

- *Arrendamento mercantil financeiro*

  Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Ativo Diferido

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais. Esses ativos são amortizados linearmente pelo prazo máximo de dez anos.

A Controlada RodoAnel e a Controlada em conjunto ViaQuatro optaram por manter o saldo do ativo diferido existente até 31 de dezembro de 2008, até a sua realização total por meio de amortização ou baixa contra o resultado.

Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm os seus valores de recuperação testados anualmente.

Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Pagamentos baseados em ações

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados, à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para as empresas tributadas no regime de lucro presumido, as alíquotas são as mesmas citadas acima, porém a base de cálculo é de 32% sobre a receita operacional bruta, acrescida das receitas financeiras.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social. A opção definitiva e irretratável foi formalizada por ocasião da entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 2009 (ano base 2008).

Os impostos ativos diferidos, decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

Direito de concessão

A Companhia segue a prática contábil de não ativar o direito de outorga, tratando-o como uma espécie de arrendamento operacional (aluguel), não reconhecendo o passivo relativo às obrigações futuras de pagamentos de direito de outorga ao Poder Concedente, conforme divulgado nas notas explicativas nº. 9 e nº. 25. Essa prática, assim como a contabilização de todos os eventos contábeis relacionados, está sob a égide de decisão do Colegiado da CVM, ocorrida em novembro de 2002. As divulgações requeridas pelo Comunicado Técnico nº. 03/03 do IBRACON, referendado pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº. 01/2007 encontram-se descritas na nota explicativa nº. 25. A Companhia adotará norma específica relativa a contratos de concessão, quando emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e homologada pela Comissão de Valores Mobiliários.

4 Informações Trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas incluem as demonstrações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	30/09/09	30/06/09
• **Controladas**		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100,00	100,00
Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	100,00	100,00
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.	100,00	100,00
Companhia de Participações em Concessões (*)	99,00	99,00
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.	95,00	95,00
Parques Serviços Ltda.	85,92	85,92
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	99,90	99,90
Actua Assessoria Ltda.	99,90	99,90
Engelog Centro de Engenharia Ltda.	99,90	99,90
CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura	99,00	99,00
CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos	99,00	99,00
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V.	100,00	100,00
CCR – USA, LLC	100,00	100,00
(*) Detém 40% da Renovias Concessionária S.A. e 45% da Controlar S.A.		
• **Controladas em conjunto**		
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	58,00	58,00
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25	38,25

O Consórcio Operador Parques foi considerado como uma extensão das atividades da investidora e está sendo apresentado na proporção de 84,20% de seus ativos, passivos e resultados integrados às informações trimestrais individuais da Companhia de Concessões Rodoviárias (controladora).

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros e prejuízos acumulados das empresas controladas;

c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;

d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;

e. As participações dos minoritários da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., da Parques Serviços Ltda. e da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., no patrimônio líquido e no resultado, foram destacadas e registradas na rubrica "Participação de acionistas não controladores";

f. A prática contábil adotada pela Companhia é de não reconhecer no ativo intangível e no passivo o direito de outorga, como descrito na nota explicativa 3.2, no item Direito de Concessão. Por esse motivo, as informações trimestrais da controlada em conjunto Renovias, para fins desta demonstração, foram ajustadas para considerar esta prática contábil;

g. A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP), a Renovias Concessionária S.A. (Renovias) e Controlar S.A. (Controlar), controladas em conjunto, são avaliadas por equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da controladora e consolidadas proporcionalmente nas informações trimestrais consolidadas.

O montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado das controladas em conjunto STP, ViaQuatro, Renovias e Controlar, bem como o percentual de participação em cada uma delas, estão a seguir demonstrados:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30/09/09

	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Ativo circulante	353.099	135.060	93.754	54.377	23.273	9.310	12.324	5.546
Ativo não circulante	56.280	21.527	273.990	158.914	338.776	135.510	54.027	24.312
Realizável a Longo Prazo	-	-	34.278	19.881	21.746	8.698	168	76
Imobilizado	49.189	18.815	196.341	113.877	316.696	126.678	47.631	21.434
Intangível	7.091	2.712	32	19	334	134	1.601	720
Diferido	-	0	43.339	25.137	-	-	4.627	2.082
Total do ativo	409.379	156.587	367.744	213.291	362.049	144.820	66.351	29.858
Passivo circulante	331.455	126.782	26.209	15.201	69.603	27.841	51.157	23.021
Passivo não circulante	425	163	253.830	147.221	84.750	33.900	3.031	1.364
Patrimônio líquido	77.499	29.642	87.705	50.869	207.696	83.079	12.163	5.473
Total do passivo e patrimônio líquido	409.379	156.587	367.744	213.291	362.049	144.820	66.351	29.858

30/06/09

	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Ativo circulante	316.944	121.231	103.714	60.154	21.084	8.434	-	-
Ativo não circulante	51.030	19.519	177.580	102.997	329.823	131.929	-	-
Realizável a Longo Prazo	-	-	5.201	3.017	20.649	8.259	-	-
Imobilizado	45.701	17.481	129.005	74.823	308.802	123.521	-	-
Intangível	5.329	2.038	35	20	372	149	-	-
Diferido	-	-	43.339	25.137	-	-	-	-
Total do ativo	367.974	140.750	281.294	163.151	350.907	140.363	-	-
Passivo circulante	304.667	116.535	20.254	11.747	69.205	27.682	-	-
Passivo não circulante	342	131	176.262	102.232	91.825	36.730	-	-
Patrimônio líquido	62.965	24.084	84.778	49.172	189.877	75.951	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	367.974	140.750	281.294	163.151	350.907	140.363	-	-

30/09/09

	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Receita operacional líquida	142.099	54.353	-	-	154.194	61.678	12.712	5.720
Custos dos serviços prestados	(49.168)	(18.807)	(783)	(454)	(80.469)	(32.188)	(10.777)	(4.849)
Lucro bruto	92.931	35.546	(783)	(454)	73.725	29.490	1.935	871
Despesas (Receitas) operacionais	(54.988)	(21.033)	(11.287)	(6.546)	1.336	534	(91)	(41)
Resultado operacional	37.943	14.513	(12.070)	(7.000)	75.061	30.024	1.844	830
Receitas financeiras líquidas	4.926	1.884	32.976	19.126	(5.136)	(2.054)	(914)	(411)
Resultado antes do IR e CS	42.869	16.397	20.906	12.126	69.925	27.970	930	419
IR e CS corrente e diferido	(15.469)	(5.916)	(6.836)	(3.965)	(27.539)	(11.016)	(651)	(293)
Lucro líquido do período	27.400	10.481	14.070	8.161	42.386	16.954	279	126

30/06/09

	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Receita operacional líquida	87.383	33.424	-	-	69.140	27.656	-	-
Custos dos serviços prestados	(25.430)	(9.727)	-	-	(34.529)	(13.812)	-	-
Lucro bruto	61.953	23.697	-	-	34.611	13.844	-	-
Despesas (Receitas) operacionais	(26.139)	(9.998)	-	-	150	60	-	-
Resultado operacional	35.814	13.699	-	-	34.761	13.904	-	-
Receitas financeiras líquidas	3.621	1.385	-	-	(3.323)	(1.329)	-	-
Resultado antes do IR e CS	39.435	15.084	-	-	31.438	12.575	-	-
IR e CS corrente e diferido	(13.582)	(5.195)	-	-	(12.130)	(4.852)	-	-
Lucro líquido do período	25.853	9.889	-	-	19.308	7.723	-	-

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Caixa e bancos	1.306	116	15.380	18.207
Aplicações financeiras	546.964	591.008	697.258	829.008
	548.270	591.124	712.638	847.215

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas à taxa de 100% do CDI, equivalente a 10,46% ao ano (11,45% ao ano em 30 de junho de 2009).

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos	546.964	505.070	691.723	723.263
CDBs pós-fixados	-	85.938	5.521	103.991
Debêntures	-	-	-	1.740
Títulos de capitalização	-	-	14	14
Total	546.964	591.008	697.258	829.008

6 Contas a receber

	Consolidado	
	30/09/09	30/06/09
Circulante		
Pedágio eletrônico – STP (a)	126.369	115.251
Pedágio eletrônico – outros (b)	10.036	8.983
Receitas acessórias (c)	5.627	5.826
Outros	787	781
	142.819	130.841
Provisão para devedores duvidosos (d)	(20.497)	(18.742)
	122.322	112.099

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Não circulante		
Poder Concedente - ViaOeste (e)	24.292	24.292
Receitas acessórias (c)	2.118	2.118
	26.410	26.410
Provisão para devedores duvidosos -ViaOeste (e)	(24.292)	(24.292)
Provisão para devedores duvidosos (d)	(2.118)	(2.118)
	(26.410)	(26.410)
	-	-

(a) Referem-se aos créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos à taxa de manutenção de TAG´s e estacionamentos da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., bem como de tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias.

(b) Referem-se aos créditos a receber decorrentes, basicamente, de operações com cartões de crédito e vale-pedágio.

(c) Referem-se aos créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão.

(d) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) – É constituída provisão para devedores duvidosos para títulos vencidos há mais de 90 dias.

(e) Refere-se ao saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº. 3 para o período de agosto de 2002 a abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do Rodoanel Mário Covas.

Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho da causa provavelmente será favorável à controlada. Mesmo com base nesse entendimento, por ser um ativo cuja realização ainda não é praticamente certa, foi totalmente provisionado.

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	**30/06/09**	**30/09/09**	**30/06/09**
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (a)	41	41	258.962	156.944
Imposto de renda retido na fonte	18.466	13.517	19.620	14.734
COFINS	5.560	5.560	6.671	6.467
PIS	1.208	1.208	1.467	1.603
CSLL	1.019	849	1.459	1.224
ISS	5	5	462	476
Outros	-	-	449	450
	26.299	21.180	289.090	181.898

Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	60.784	60.102	60.782	60.100
COFINS	450	450	461	461
PIS	98	98	100	100
	61.332	60.650	61.343	60.661

(a) Deste montante, R$ 249.388 refere-se a antecipações de IRPJ e CSLL relativos ao lucro real do ano de 2009 (R$ 145.647 em 30 de junho de 2009), as quais serão baixadas contra o passivo no encerramento do exercício, momento da apuração definitiva do lucro real anual.

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções, anualmente. Se ocorrerem fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	30/09/09	**30/06/09**
Ativo circulante		
Prejuízos fiscais a compensar	3.716	1.868
Base negativa de contribuição social	1.338	673
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)	4.152	3.406
Perdas com operação de swap	1.496	135
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.666	1.777
Provisão para comissão sobre empréstimos	1.939	1.144
Provisão para devedores duvidosos	2.120	3.195
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG´S	201	517
Provisão para contingências	160	85
Provisão para perda de investimentos	122	122
	17.910	12.922

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ativo não circulante		
Prejuízos fiscais a compensar	17.154	18.809
Base negativa de contribuição social	6.175	6.771
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)	2.272	925
Provisão para devedores duvidosos	8.935	8.915
Provisão para contingências	3.639	3.103
Provisão para perda de investimentos	314	314
	38.489	38.837
Passivo circulante		
Variação Cambial	16.425	12.645
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)	555	171
Ganhos com operação de swap	12	2.442
	16.992	15.258
Passivo não circulante		
Variação cambial	7.900	7.398
Ajuste de prática contábil para a consolidação da Renovias	20.152	20.346
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)	767	400
Ganhos com operação de swap	1.404	2.864
	30.223	31.008

O imposto de renda e contribuição social diferidos por Companhia estão representados por:

	30/09/09	**30/06/09**
Ativo		
ViaLagos (1)	24.492	25.106
ViaLagos (2)	79	68
ViaOeste (2)	9.577	9.459
AutoBAn (2)	4.300	3.420
RodoNorte (2)	934	899
NovaDutra (2)	2.622	2.020
EngeLog(2)	956	638
STP (2)	1.087	2.103
CPC (2)	797	834
Ponte (2)	1.786	649
Parques (2)	395	394
ViaQuatro (1)	3.891	3.017
ViaQuatro (5)	5.483	3.152
	56.399	51.759

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Passivo

CPC (4)	20.152	20.344
ViaLagos (5)	10.072	10.662
Ponte (5)	3.378	5.730
RodoNorte (3)	492	552
ViaQuatro (5)	13.121	8.978
	47.215	46.266

(1) De acordo com a Instrução CVM nº. 371 de junho de 2002, a controlada ViaLagos e a controlada em conjunto ViaQuatro registraram ativos fiscais diferidos sobre a parcela realizável dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, suportada por projeções de lucros aprovadas pelos respectivos órgãos da Administração.

(2) Ativo fiscal diferido constituído sobre diferenças temporárias.

(3) A Controlada RodoNorte optou por utilizar o facultado pela legislação fiscal, no que tange ao diferimento da variação cambial, que permite que a apuração e recolhimento dos tributos de natureza federal sejam considerados somente no momento de sua realização. Os valores registrados contabilmente, pelo regime de competência, são adicionados ou excluídos para fins fiscais, quando da apuração e pagamento dos tributos.

(4) O imposto de renda e contribuição social diferidos decorrem dos ajustes de prática contábil, conforme nota explicativa nº.4f.

(5) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferença temporária sobre os resultados de operações de swap e variações cambiais, às quais estão sendo diferidas conforme facultado pela legislação fiscal, ou seja, estão sendo consideradas somente no momento de sua realização.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A controlada ViaLagos e a controlada em conjunto ViaQuatro estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, descrito no item 1, nos seguintes exercícios:

2009	1.927
2010	3.386
2011	3.551
2012	4.737
2013	2.264
2014 a 2016	7.065
2017 a 2019	5.453
	28.383

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Companhia (controladora) e a controlada RodoAnel não registraram o ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados até 30 setembro de 2009, nos montantes de R$ 64.443 e R$ 64.490 respectivamente, para a controladora e R$ 98.781 (prejuízos fiscais e bases negativas) para a controlada RodoAnel, em virtude de não atenderem aos requisitos da Instrução CVM nº. 371 de junho de 2002. Se fosse registrado, em 30 de setembro de 2009 o saldo do ativo fiscal diferido seria de R$ 21.915 para a Controladora e R$ 33.586 para a controlada RodoAnel.

A controlada ViaLagos não registrou parte do ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados até 30 de setembro de 2009, em virtude de não atender a requisição da Instrução CVM nº 371 de junho de 2002. Se fosse registrado, em 30 de setembro de 2009 o saldo do ativo fiscal diferido seria aumentado em R$ 6.885.

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora				Consolidado			
	30/09/09		30/09/08		30/09/09		30/09/08	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Regime fiscal de lucro real								
Lucro antes da tributação/participação	522.849	522.849	523.485	523.485	859.810	859.810	814.773	814.773
Lucro das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	-	-	(27.208)	(27.208)	(20.715)	(20.715)
Participação dos minoritários	-	-	-	-	(4.855)	(4.855)	(7.451)	(7.451)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	522.849	522.849	523.485	523.485	827.747	827.747	786.607	786.607
Ajuste referente ao método de equivalência patrimonial (MEP)	(564.687)	(564.687)	(549.835)	(549.835)	-	-	-	-
Lucro / (prejuízo) antes do IRPJ, CSLL e MEP	(41.838)	(41.838)	(26.350)	(26.350)	827.747	827.747	786.607	786.607
Ajustes para o cálculo dos impostos								
Adições	23.137	23.137	15.155	15.155	172.905	173.156	64.566	64.566
Exclusões	(15.070)	(15.070)	(9.612)	(9.612)	(169.792)	(169.234)	(52.475)	(52.475)
Base de cálculo dos impostos	(33.771)	(33.771)	(20.807)	(20.807)	830.860	831.669	798.698	798.698
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-	(21.880)	(26.884)	(27.274)	(27.274)
Lucro real / (prejuízo) a compensar	(33.771)	(33.771)	(20.807)	(20.807)	808.980	804.785	771.424	771.424
Impostos correntes (lucro real)	-	-	-	-	242.386	87.633	198.627	72.531
Regime fiscal de lucro presumido								
Receita bruta	-	-	-	-	58.625	58.625	53.183	53.183
Receita financeira	-	-	-	-	415	415	277	277
Base de cálculo (32% da receita bruta + receita financeira)	-	-	-	-	19.175	19.175	17.296	17.296
Impostos correntes (lucro presumido)	-	-	-	-	4.755	1.727	4.280	1.556
Total de impostos correntes (lucro real e presumido)	-	-	-	-	247.142	89.360	202.907	74.087
Impostos diferidos								
Diferenças temporárias	-	-	-	-	42.289	41.730	1.556	1.556
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-	21.880	26.884	27.274	27.274
Constituição de ativo fiscal diferido	-	-	-	-	(54.014)	(54.014)	(10.712)	(10.712)
Base de cálculo de impostos diferidos	-	-	-	-	(10.155)	(14.600)	18.118	18.118
Impostos diferidos	-	-	-	-	(3.525)	(870)	5.032	1.811
Total de impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	243.616	88.490	207.939	75.898
Alíquota efetiva	-	-	-	-	28%	10%	26%	9%

c. Passivo não circulante consolidado

A partir de 1º de julho de 2006, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Correntes das controladas AutoBAn e ViaOeste são pagos considerando-se diretamente no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) as deduções fiscais relativas à amortização do direito de outorga e às respectivas variações monetárias, decorrentes das obrigações junto ao Poder Concedente. Desde a implantação desse procedimento, as diferenças temporárias de impostos, geradas pela diferença entre o lucro contábil e o lucro real (fiscal), são registradas no passivo não circulante.

Atualmente, a controlada AutoBAn discute este procedimento junto ao Conselho de Contribuintes, em virtude de questionamento das autoridades fiscais. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que a causa tem boas perspectivas de êxito.

	30/09/09	30/06/09
AutoBAn	288.898	279.098
ViaOeste	34.710	37.082
	323.608	316.180

9 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Consolidado	
	30/09/09	30/06/09
Circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	59.293	50.626
Não circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	1.515.340	1.288.211
Despesa antecipada de outorga fixa – extensão do prazo da concessão (2)	270.643	244.967
	1.785.983	1.533.178

(1) Outorga da concessão

(1.1) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada AutoBAn efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente, basicamente relacionados às obrigações decorrentes de contratos sub-rogados e obrigações relacionadas à outorga, sendo esses valores registrados no ativo, na rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão. O saldo remanescente em 30 de setembro de 2009 era de R$ 4.727 no circulante e de R$ 76.813 no não circulante (R$ 4.727 e R$ 77.995 em 30 de junho de 2009).

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 28 anos e 8 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, em 31 de dezembro de 2026.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1.2) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada ViaOeste efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente relacionados à outorga da concessão. O saldo remanescente em 30 de setembro de 2009 era de R$ 3.297 no circulante e de R$ 40.388 no não circulante (R$ 3.297 e R$ 41.212 em 30 de junho de 2009).

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 24 anos e 9 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, em 31 de dezembro de 2022.

(1.3) A controlada ViaLagos efetuou, em 30 de novembro de 2005, o pagamento antecipado da outorga referente às parcelas a incorrer a partir da data mencionada até o final da concessão. O saldo remanescente em 30 de setembro de 2009 era de R$ 1.177 no circulante e de R$ 12.263 no não circulante (R$ 1.177 e R$ 12.557 em 30 de junho de 2009).

(1.4) A controlada RodoAnel efetuou pagamentos relativos à outorga, os quais serão apropriados ao resultado pelo prazo remanescente da concessão. O saldo remanescente em 30 de setembro de 2009 era de R$ 50.092 no circulante e de R$ 1.385.876 no não circulante (R$ 41.425 e R$ 1.156.447 em 30 de junho de 2009).

(2) A mudança do prazo de concessão, mencionada no contexto operacional, não impactou no valor dos pagamentos mensais de outorga fixa, descritos na nota explicativa nº. 25. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa reconhecido no resultado ao novo prazo de concessão, as controladas ViaOeste, AutoBAn e a controlada em conjunto Renovias, nesta última para fins desta demonstração, passaram a tratar parte do valor pago mensalmente ao Poder Concedente como despesa paga antecipadamente. Esse saldo será apropriado no período correspondente ao aumento do prazo de concessão, para que assim o custo de outorga fixa seja reconhecido de forma linear no resultado durante o prazo remanescente da concessão, da seguinte forma:

- de abril de 2018 até dezembro de 2022 – ViaOeste;
- de maio de 2018 até dezembro de 2026 – AutoBAn;
- de abril de 2018 até maio de 2022 – Renovias.

Em 30 de setembro de 2009, o saldo dos valores reduzidos do custo referente ao pagamento de outorga fixa e reconhecidos como despesa paga antecipadamente é de R$ 270.643 (R$ 244.967 em 30 de junho de 2009), sendo, na ViaOeste R$ 32.779 (R$ 30.024 em 30 de junho de 2009), na AutoBAn R$ 232.150 (R$ 209.808 em 30 de junho de 2009) e na Renovias R$ 5.714 (R$ 5.135 em 30 de junho de 2009).

10 Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Circulante				
Adiantamentos a terceiros	1.126	1.043	7.598	6.715
Adiantamentos de pessoal	380	285	1.888	1.803
Outros	501	501	1.139	1.130
	2.007	1.829	10.625	9.648

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 30 de setembro e em 30 de junho de 2009, assim como as transações que influenciaram o resultado do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2009 e 2008, relativas às operações com partes relacionadas, as quais foram substancialmente realizadas em condições de mercado, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, entidades controladas em conjunto, controladas, coligadas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. Controladora

	Transações		Saldos			
			Ativo		Passivo	
	Serviços Prestados	Receitas	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladas						
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (a)	-	-	13.289	-	-	-
Actua Assessoria Ltda.	904	-	-	-	94	-
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	-	-	2	-	-	-
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	-	-	-	1.724	-	-
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (b)	-	-	184.192	-	-	-
Parques Serviços Ltda. (d)	-	-	-	-	2.376	-
Engelog Centro de Engenharia Ltda.	697	-	-	-	73	-
Consórcio Operador Parques (a)	-	50.773	-	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	805	-	-	-	86	-
Controladoras						
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (e)	-	-	-	-	13	720
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (e)	-	-	-	-	-	720
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (e)	-	-	-	-	-	476
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	21	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Benito Roggio Transporte Ltda. (c)	-	-	-	916	-	-
RATP Developpment S.A. (c)	-	-	-	916	-	-
Profissionais chave						
Remuneração dos administradores	10.491	-	-	-	5.783	-
Plano de incentivo de longo prazo	1.621	-	-	-	6.832	4.753
Total, 30 de setembro de 2009	14.518	50.773	197.504	3.556	15.257	6.669
Total, 30 de junho de 2009	8.953	33.848	67.229	344.126	15.674	6.669
Total, 30 de setembro de 2008	3.163	49.009				

(a) Refere-se ao contas a receber e receita do Consórcio Operador Parques pela prestação de serviços de operação e manutenção na controlada RodoNorte.

(b) Refere-se aos contratos de mútuo, remunerados às taxas de CDI + 1,18% a.a. e CDI + 0,74% a.a. para a controlada RodoAnel. Os vencimentos previstos para os contratos são em 29 de junho de 2010, 31 de agosto de 2010 e 30 de setembro de 2010. As taxas de remuneração são equivalentes às praticadas no mercado, nas datas em que as transações foram realizadas.

(c) Refere-se aos contratos de mútuo entre as empresas, remunerados pelo IPC, com vencimento em 28 de fevereiro de 2015.

(d) Refere-se ao contas a pagar do Consórcio Operador Parques para despesas de folha de pagamento.

(e) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Consolidado

	Transações			Saldos			
				Ativo		Passivo	
	Serviços prestados	Imobilizado	Receitas	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladoras							
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	-	21	-	-	-
Andrade Gutierrez Concessões S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.291	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (c)	-	-	-	-	-	3	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (h)	-	-	-	-	-	-	720
Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.142	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (c)	-	-	-	-	-	12	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (h)	-	-	-	-	-	-	720
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (c)	-	51.306	-	2.437	-	8.052	-
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (h)	-	-	-	-	-	-	476
Controladas							
Engelog – Centro de Engenharia Ltda.	-	-	412	-	-	-	-
Actua Assessoria Ltda.	-	-	1.443	-	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	1.546	-	-	-	-
Controladas em conjunto							
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (a)	-	-	-	89.972	-	460	-
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	-	-	-	98	-	-	-
Outras partes relacionadas							
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (b)	150.904	-	-	137	-	16.249	-
Consórcio Construtor Anhanguera (e)	-	38.481	-	-	-	-	-
Consórcio Operador Parques (d)	8.321	-	-	428	-	2.142	-
Consórcio Vila Velha (f)	-	6.022	-	30	-	1.215	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	91	-	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	3	-
Benito Roggio Transporte Ltda. (g)	-	-	-	-	916	-	-
RATP Developpment S.A. (g)	-	-	-	-	916	-	-
Encalso Construções S.A.	-	5.647	-	-	-	9.694	
Cesbe S.A. Engenharia e Equipamentos	-	-	-	-	-	98	-
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	-	4.661	-
Profissionais chave							
Remuneração dos administradores	28.291	-	-	-	-	16.858	-
Plano de incentivo de longo prazo	1.621	-	-	-	-	6.832	4.753
Total, 30 de setembro de 2009	189.137	101.456	3.401	93.214	1.832	68.712	6.669
Total, 30 de junho de 2009	126.907	94.544	2.247	84.102	1.759	50.935	6.669
Total, 30 de setembro de 2008	147.194	65.187	6.549				

Os valores e a remuneração dos serviços prestados às concessionárias por partes relacionadas foram estabelecidos, principalmente, com base nos valores orçados, quando da preparação do plano para exploração das concessões.

(a) Refere-se aos valores de tarifa de pedágio cobrado de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para as controladas no período subsequente.

(b) O custo de serviços prestados, no montante de R$ 150.904, refere-se ao custo de operação, manutenção e conservação da controlada NovaDutra.

(c) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias.

(d) O custo de serviços prestados, no montante de R$ 8.321, refere-se ao custo para execução de manutenção de serviços de conservação e operação da controlada RodoNorte.

(e) Obras referentes ao Complexo Anhanguera na Marginal Tietê, conforme contrato de prestação de serviços firmado em 22 de fevereiro de 2008.

(f) Obras nas rodovias operadas pela controlada RodoNorte.

(g) Refere-se aos contratos de mútuo entre as empresas, remunerados pelo IPC, com vencimento em 28 de fevereiro de 2015.

(h) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital.

Os montantes referentes às despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/09/08	30/09/09	30/09/08
Benefícios de curto prazo (1)	4.787	4.584	11.249	9.745
Outros benefícios de curto prazo (2)	5.704	5.827	17.042	16.395
Plano de incentivo de longo prazo (3)	1.621	1.294	1.621	1.294
Total	12.112	11.705	29.912	27.434

(1) Remuneração fixa.
(2) Remuneração variável, seguro de vida e previdência privada.
(3) Plano de incentivo de longo prazo conforme detalhado na nota explicativa nº. 17.

12 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Participações em empresas controladas e controladas em conjunto	1.993.886	1.764.024	-	-
Adiantamento para aquisição de investimentos	-	-	-	10.268
Total	1.993.886	1.764.024	-	10.268

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Movimentação dos saldos

	NovaDutra	AutoBAn	ViaLagos	Ponte	RodoNorte	ViaOeste	CPC	RodoAnel	STP
Saldo em 31 de dezembro de 2008	235.793	422.676	15.077	35.390	153.475	257.944	271.144	(3.531)	14.409
Resultado de equivalência patrimonial	82.904	168.029	24.997	11.776	39.507	59.684	2.504	(59.585)	4.921
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	11.157	85.500	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(131.250)	(2.462)	(6.021)	-	-	-	-	4.755
Lucro não realizado	600	782	-	17	90	66	-	13	-
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2009	319.297	460.237	37.612	41.162	193.072	317.694	284.805	22.397	24.085
Resultado de equivalência patrimonial	48.762	98.898	2.753	8.155	18.884	35.028	2.181	(30.916)	5.560
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	130.479	96.900	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(74.682)	-	(24.969)	(13.789)	-	(75.000)	-	-	(1)
Lucro não realizado	39	52	-	2	29	8	-	7	-
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2009	293.416	559.187	15.396	35.530	211.985	277.730	417.465	88.388	29.644

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Movimentação dos saldos (continuação)

	ViaQuatro	Parques	Actua Serviços	Actua Assessoria	EngeLog	CPCI	CPCSP	CCR México	CCR USA	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	26.700	704	(14)	10.818	(6.022)	1	1	3.644	(203)	1.438.006
Resultado de equivalência patrimonial	6.463	199	7.959	5.356	8.269	-	-	(852)	(305)	361.826
Aumento de capital	16.008	-	-	-	-	-	-	-	637	113.302
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(695)	(7.250)	(5.415)	(7.100)	-	-	-	-	(155.438)
Lucro não realizado	-	-	(1)	-	(1.557)	-	-	-	-	10
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	(413)	321	(92)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	6.410	-	-	-	-	6.410
Saldo em 30 de junho de 2009	49.171	208	694	10.759	-	1	1	2.379	450	1.764.024
Resultado de equivalência patrimonial	1.697	103	4.613	3.021	5.001	-	-	(595)	(304)	202.841
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	227.379
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(4.931)	(1.870)	(5.600)	-	-	-	-	(200.842)
Lucro não realizado	-	-	-	-	(127)	-	-	-	-	10
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	(232)	(20)	(252)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	726	-	-	-	-	726
Saldo em 30 de setembro de 2009	50.868	311	376	11.910	-	1	1	1.552	126	1.993.886

(*) Para obter o resultado da equivalência informado na controladora, deve-se somar a equivalência das controladadas e somar o valor do lucro não realizado (R$ 20 em 30/09/09)

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Informações das investidas

	NovaDutra		AutoBAn		ViaLagos		Ponte	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Capital social	230.769	230.769	218.750	218.750	11.292	11.292	26.662	26.662
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	128.766	128.766	175.000	175.000	35.168	35.168	19.421	19.421
Ordinárias	64.383	64.383	175.000	175.000	17.584	17.584	9.711	9.711
Preferenciais	64.383	64.383	-	-	17.584	17.584	9.711	9.711
Quotas	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	292.775	318.698	558.353	459.455	15.397	37.612	35.512	41.146
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	100	100	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	292.775	318.698	558.353	459.455	15.397	37.612	35.512	41.146

	RodoNorte		ViaOeste		CPC		RodoAnel	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Capital social	107.480	107.480	139.763	139.763	413.148	281.349	200.000	98.000
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	2.149.600	2.149.600	13.976.292	13.976.292	450.081	450.081	175.000	98.000
Ordinárias	716.533	716.533	6.988.146	6.988.146	225.041	225.041	87.500	49.000
Preferenciais	1.433.067	1.433.067	6.988.146	6.988.146	225.041	225.041	87.500	49.000
Quotas	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	246.584	224.605	277.656	317.628	421.682	287.682	93.019	23.562
Participação no capital social, no final do exercício - %	85,92	85,92	100	100	99,00	99,00	95,00	95,00
Participação no patrimônio líquido	211.865	192.981	277.656	317.628	417.465	284.806	88.368	22.384

	STP		ViaQuatro		Parques		Actua Serviços	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Capital social	25.050	25.050	73.635	73.635	10	10	10	10
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	22.298	22.298	109.607	109.607	10	10	10	10
Ordinárias	22.298	22.298	54.804	54.804	-	-	-	-
Preferenciais	-	-	54.803	54.803	-	-	-	-
Quotas	-	-	-	-	-	10	10	10
Patrimônio líquido	77.500	62.965	-1	84.778	1	242	-	883
Participação no capital social, no final do exercício - %	38,25	38,25	58,00	58,00	85,92	85,92	99,90	99,90
Participação no patrimônio líquido	29.644	24.084	-1	49.171	1	208	-	882

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Informações das investidas (continuação)

	Actua Assessoria		EngeLog		CPCI		CPCSP	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Capital social	10	10	10	10	1	1	1	1
Quantidade de ações ou quotas possuídas	10	10	10	10	1	1	1	1
Ordinárias	-	-	-	-	1	0,50	1	0,50
Preferenciais	-	-	-	-	1	0,50	1	0,50
Quotas	10	10	10	10	-	-	-	-
Patrimônio líquido	12.130	10.978	2.204	2.804	1	1	1	1
Participação no capital social, no final do	99,90	99,90	99,90	99,90	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	12.118	10.967	2.202	2.801	1	1	1	1

	CCR México		CCR USA		Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Capital social	9.975	9.789	6.900	6.876	791.761	791.761	791.761	791.761
Quantidade de ações ou quotas possuídas	4.100	4.100	0	0,30	403.102	403.102	403.102	403.102
Ordinárias	-	-	-	-	403.102	403.102	403.102	403.102
Preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas	4.100	4.100	-	0,30	-	-	-	-
Patrimônio líquido	1.552	2.378	126	448	1.633.431	1.916.283	1.633.431	1.916.283
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	100	100	100	100	100	-	-
Participação no patrimônio líquido	1.552	2.378	126	448	1.633.431	1.916.283	-	-

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outras informações relevantes

Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

i. Redução unilateral de tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998, o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da controlada, a redução foi de 50% (cinquenta por cento). Foi proposta uma ação judicial contra a medida em 13 de agosto de 1998, a qual foi encerrada por acordo, homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

O Ministério Público Federal recorreu visando: (a) à anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) à redução da tarifa em 50%. Os pedidos do Ministério Público não foram acatados e o processo foi julgado definitivamente, sem resolução de mérito. As tarifas de pedágio continuam sendo cobradas com base no acordo.

ii. Anulação de Aditivos ao Contrato de Concessão (2000 e 2002)

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o contrato. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa (item "i"). Tendo ocorrido tal julgamento, a ação retomou seu andamento e encontra-se em fase de instrução.

iii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº. 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. Essa medida é admissível, mas pressupõe respeito ao devido processo legal e pagamento prévio de indenização dos investimentos, multas por rescisões contratuais e lucros cessantes.

A controlada propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. A ação principal encontra-se arquivada, provisoriamente, até julgamento de todos os recursos interpostos.

iv. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº. 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da controlada. Em razão disso, os acionistas e a controlada ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2004; e Corte Especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto nº. 2.462/04.

v. Reajustes tarifários de 2003 a 2008

Desde o ano de 2003, a controlada vem encontrando dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro; tendo sido necessário o ajuizamento de ação para garantir esse direito.

Todos os reajustes tarifários foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, tiveram sentenças favoráveis à controlada, com recurso da parte contrária pendente de julgamento.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

vi. Ação Civil Pública – pavimento

O Ministério Público de Ponta Grossa ajuizou Ação Civil Pública em 27 de janeiro de 2006, em face da controlada, por supostas irregularidades de pavimento no trecho entre os km 288 e 476, da BR-376, que desatenderiam ao índice de IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada contestou a ação, demonstrando o cumprimento do cronograma de restauração do pavimento. Concedida a liminar requerida pelo MP, a controlada iniciou a realização antecipada, no trecho questionado, de obras previstas no contrato de concessão, enquanto pendente o recurso contra essa decisão. Em 15 de maio de 2008, as partes pactuaram a suspensão da eventual incidência da multa definida pela liminar, mediante novo cronograma de obras.

Realizada as obras e comprovado pela RodoNorte o atendimento ao índice IGG, foi feito acordo para pôr fim ao processo sem imposição de multa, pelo qual a RodoNorte se comprometeu (i) ao atendimento do mesmo índice IGG no mesmo patamar fixado pelo contrato de concessão (menor que 40) sob pena de multa diária limitada a R$ 150 mil e (ii) ao pagamento de R$ 30 mil a ser destinado pelo Juízo a entidade beneficente. Foi proferida sentença com Resolução de Mérito – homologando a transação.

vii. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a controlada, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos.

O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R$ 16 mil. A controlada ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. Em dezembro de 2004 o DER/PR abriu outro processo administrativo para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão. A controlada ingressou com ação judicial alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi

deferida liminar para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas.

viii. Lei de Isenção

Em 15 de agosto de 2007, foi editada a Lei Estadual nº. 15.607, regulamentada pelo Decreto nº. 1.352, de 21 de agosto de 2007, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio a todos os veículos pertencentes aos moradores de municípios onde estejam localizadas praças de pedágio no Estado do Paraná.

As Concessionárias do Estado impetraram Mandado de Segurança conjunto, tendo sido concedida liminar em 31 de agosto de 2007, para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da concessão de liminar, mas não obteve êxito. A ação foi julgada favoravelmente à controlada em 26 de março de 2009. O governo recorreu da sentença, mas o recurso foi rejeitado em 19 de junho de 2009. Aguardando publicação do acórdão.

ix. Redução de tarifa – receita maior

O DER propôs ação civil pública, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a controlada auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que foi interposto recurso pela controlada, ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Em maio de 2009, houve o julgamento da ação, com a extinção do processo sem julgamento do mérito. O recurso proposto pelo DER/PR encontra-se pendente de julgamento.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Ação Popular – Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de ação popular ajuizada em face do Estado de São Paulo, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo-ARTESP e dos acionistas da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., Companhia de Concessões Rodoviárias e Encalso Construções Ltda, com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão protocolada em 15 de dezembro de 2008. Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a Companhia recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo. Contra essa decisão foi interposto recurso pelo autor da ação, o qual está pendente de julgamento. O processo encontra-se em fase de instrução (apresentação de defesas e produção de eventuais provas), ainda sem sentença.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os acionistas controladores e a administração das controladas reiteram o seu entendimento sobre os procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As informações trimestrais das referidas controladas e as da controladora não contemplam nenhum ajuste decorrente dos processos acima descritos, tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

Os ativos e as receitas líquidas representam respectivamente 5,24% e 10,60% para a controlada RodoNorte e 22,24% e 3,56% para a controlada RodoAnel, dos valores consolidados.

13 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	Controladora			
		30/09/09			30/06/09
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	1.344	(705)	639	583
Máquinas e equipamentos	14	1.334	(881)	453	584
Instalações e edificações	6	550	(549)	1	11
Imobilizações em andamento	-	53	-	53	7
		3.281	(2.135)	1.146	1.185

	Taxa média anual de depreciação %	Consolidado			
		30/09/09			30/06/09
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	16.626	(7.551)	9.075	7.588
Máquinas e equipamentos	15	113.623	(63.665)	49.958	51.167
Veículos	19	45.287	(29.587)	15.700	15.942
Desapropriações	5	209.433	(71.852)	137.581	139.446
Instalações e edificações	5	284.835	(103.344)	181.491	145.050
Dispositivos de proteção e segurança	5	217.007	(99.712)	117.295	106.663
Pavimentos	12	1.898.412	(1.129.123)	769.289	713.238
Projetos e investimentos ambientais	5	172.388	(63.730)	108.658	101.882
Obras de arte especiais	5	754.621	(204.350)	550.271	416.425
Obras de arte correntes	5	376.378	(160.510)	215.868	201.026
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	4	30.833	(16.294)	14.539	14.781
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	6	75.198	(20.418)	54.780	49.838
Sinalizações	17	186.322	(142.205)	44.117	37.734
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	5	483.262	(164.640)	318.622	296.035
Obras preliminares e complementares	6	193.962	(92.427)	101.535	101.822
Sistemas operacionais	8	270.099	(166.102)	103.997	107.794
Imobilizado de Rodovias - Renovias	8	182.865	(64.625)	118.240	115.090
Imobilizações em andamento (1)	-	558.087	-	558.087	661.833
Adiantamento para aquisição de imobilizado	-	97.258	-	97.258	91.453
		6.166.496	(2.600.135)	3.566.361	3.374.807

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1) As principais imobilizações em andamento, em 30 de setembro de 2009 são as seguintes:

- AutoBAn, obras do complexo Anhanguera, implantação de marginais dos Km 92 ao 98 e obras do complexo do km 110 na SP330;
- ViaOeste, obras do complexo Cebolão, obras no trevo de Jandira, implantação do posto geral de fiscalização (PGF) do km 73,5 pista leste da SP270, obras na sede da concessionária, reconfiguração das praças de pedágio dos km 18 e 20 da SP280, melhorias do entroncamento do km 20 da SP280 e alças RodoAnel;
- NovaDutra, recuperação, reforço e alargamento de obras de arte especiais, recuperação de terraplenos e drenagem, implantação de marginal do km 169 ao 172,9 sul e obras civis para troca do sistema de pedágio;
- RodoAnel, complemento das obras na praça do km 13, conservação especial de obras de artes especiais, implantação de passarela provisória do km 29 e conservação especial de túneis;
- Ponte, reforma de aduelas sobre o mar;
- ViaQuatro, aquisição de equipamentos;
- RodoNorte, restauração de pavimento.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação do custo - consolidado

	30/06/09	30/09/09					
	Custo	Aquisição Controlar	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado (1)	Transferências e outros (2)	Custo
Móveis e utensílios	14.972	483	459	(316)	-	1.028	16.626
Máquinas e equipamentos	118.036	2.656	3.362	(882)	-	(9.549)	113.623
Veículos	43.619	321	(12)	(672)	-	2.031	45.287
Desapropriações	208.770	-	2	(89)	-	750	209.433
Instalações e edificações	244.571	17.757	1.970	(30)	-	20.567	284.835
Dispositivos de proteção e segurança	203.922	-	-	-	-	13.085	217.007
Pavimentos	1.803.097	-	-	-	-	95.315	1.898.412
Projetos e investimentos ambientais	163.552	-	20	-	-	8.816	172.388
Obras de arte especiais	612.326	-	-	-	-	142.295	754.621
Obras de arte correntes	357.224	-	-	-	-	19.154	376.378
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	30.810	-	-	-	-	23	30.833
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	69.227	-	-	-	(192)	6.163	75.198
Sinalizações	170.515	-	-	-	-	15.807	186.322
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	454.706	-	-	-	-	28.556	483.262
Obras preliminares e complementares	191.746	-	-	-	-	2.216	193.962
Sistemas operacionais	267.489	-	69	(62)	-	2.603	270.099
Imobilizado de Rodovias - Renovias	176.810	-	6.055	-	-	-	182.865
Imobilizações em andamento	661.833	-	235.341	-	-	(339.087)	558.087
Adiantamento para aquisição de imobilizado	91.453	-	16.151	-	-	(10.346)	97.258
	5.884.678	21.217	263.417	(2.051)	(192)	(573)	6.166.496

(1) A eliminação refere-se à prestação de serviços da controlada Engelog Centro de Engenharia Ltda., através do Consórcio Vila Velha, para a controlada Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(2) Foi transferido R$ 573 para o ativo intangível. Os demais valores são relativos às transferências entre contas do ativo imobilizado.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação da depreciação - consolidado

	30/06/09	30/09/09					
	Depreciação	Aquisição Controlar	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado (1)	Transferências e outros (2)	Depreciação
Móveis e utensílios	(7.384)	(40)	(341)	194	-	20	(7.551)
Máquinas e equipamentos	(66.869)	(311)	(3.998)	711	-	6.802	(63.665)
Veículos	(27.677)	(47)	(1.813)	504	-	(554)	(29.587)
Desapropriações	(69.324)	-	(2.557)	29	-	-	(71.852)
Instalações e edificações	(99.521)	(995)	(3.626)	5	-	793	(103.344)
Dispositivos de proteção e segurança	(97.259)	-	(2.426)	-	-	(27)	(99.712)
Pavimentos	(1.089.859)	-	(39.229)	-	-	(35)	(1.129.123)
Projetos e investimentos ambientais	(61.670)	-	(2.059)	-	-	(1)	(63.730)
Obras de arte especiais	(195.901)	-	(8.448)	-	-	(1)	(204.350)
Obras de arte correntes	(156.198)	-	(4.312)	-	-	-	(160.510)
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. E mob. canteiros	(16.029)		(261)	-	-	(4)	(16.294)
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	(19.389)		(1.227)	-	195	3	(20.418)
Sinalizações	(132.781)	-	(3.303)	-	-	(6.121)	(142.205)
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	(158.671)		(5.928)	-	-	(41)	(164.640)
Obras preliminares e complementares	(89.924)	-	(2.503)	-	-	-	(92.427)
Sistemas operacionais	(159.695)	-	(5.786)	41	-	(662)	(166.102)
Imobilizado de Rodovias - Renovias	(61.720)	-	(2.905)	-	-	-	(64.625)
	(2.509.871)	(1.393)	(90.722)	1.484	195	172	(2.600.135)

(1) A eliminação refere-se à prestação de serviços da controlada Engelog Centro de Engenharia Ltda., através do Consórcio Vila Velha, para a controlada Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(2) Foi transferido R$ 172 para o ativo intangível. Os demais valores são relativos a transferências entre contas do ativo imobilizado.

14 Intangível

	Taxa média anual de amortização %	Controladora			
		30/09/09			30/06/09
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	609	(446)	163	133
Ágio - STP (b) (*)	-	9.911	(5.555)	4.356	4.356
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	15.308	(10.717)	4.591	5.357
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	16.569	(13.194)	3.375	4.295
		42.397	(29.912)	12.485	14.141

	Taxa média anual de amortização %	Consolidado			
		30/09/09			30/06/09
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	27.408	(17.576)	9.832	10.151
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	13.443	(4.383)	9.060	8.073
Ágio - ViaOeste (a)	5,7	251.709	(67.866)	183.843	187.334
Ágio - STP (b) (*)	-	9.911	(5.555)	4.356	4.356
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	15.308	(10.717)	4.591	5.357
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	-	2.970	(2.970)	-	-
Ágio - CPC – Renovias (e)	7,19	209.209	(19.925)	189.284	193.020
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	16.569	(13.194)	3.375	4.295
Ágio – Aquisição da Investida Controlar (g)	11,43	136.719	(1.302)	135.417	-
		683.246	(143.488)	539.758	412.586

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação do custo - consolidado

	30/06/09	30/09/09			
	Custo	Aquisição Controlar	Adições	Transferência (1)	Custo
Direitos de uso de sistemas informatizados	26.450	396	279	283	27.408
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	11.814	517	822	290	13.443
Ágio - ViaOeste (a)	251.709	-	-	-	251.709
Ágio - STP (b)	9.911	-	-	-	9.911
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	15.308	-	-	-	15.308
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	2.970	-	-	-	2.970
Ágio - CPC – Renovias (e)	209.209	-	-	-	209.209
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	16.569	-	-	-	16.569
Ágio – Aquisição da Investida Controlar (g)	-	-	136.719	-	136.719
	543.940	913	137.820	573	683.246

(1) Valor transferido do ativo imobilizado.

Movimentação da amortização - consolidado

	30/06/09	30/09/09			
	Amortização	Aquisição Controlar	Adições	Transferência (1)	Amortização
Direitos de uso de sistemas informatizados	(16.299)	(53)	(1.052)	(172)	(17.576)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(3.741)	(152)	(490)	-	(4.383)
Ágio - ViaOeste (a)	(64.375)	-	(3.491)	-	(67.866)
Ágio - STP (b) (*)	(5.555)	-	-	-	(5.555)
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	(9.951)	-	(766)	-	(10.717)
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	(2.970)	-	-	-	(2.970)
Ágio - CPC – Renovias (e)	(16.189)	-	(3.736)	-	(19.925)
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	(12.274)	-	(920)	-	(13.194)
Ágio – Aquisição da Investida Controlar (g)	-	-	(1.302)	-	(1.302)
	(131.354)	(205)	(11.757)	(172)	(143.488)

(1) Valor transferido do ativo imobilizado.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*) Conforme estipulado na deliberação CVM nº. 565 de 17 de dezembro de 2008, o ágio apurado na controlada em conjunto STP deixou de ser amortizado a partir de janeiro de 2009, por esta não ter vida útil definida e é submetido anualmente a teste de recuperabilidade.

Os demais ágios têm vida útil definida e por isso continuam sendo amortizados linearmente pelo prazo das concessões, e são submetidos a teste de recuperabilidade anualmente.

a. Ágio -ViaOeste

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da controlada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

b. Ágio - STP

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., pago às outras concessionárias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

c. Ágio - Parques e RodoNorte

Refere-se ao aumento de participação na Parques Serviços Ltda. e na Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

d. Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP

Refere-se ao ágio gerado na incorporação da Siga Livre Participações S.A. pela CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., - controlada da Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

e. Ágio – CPC – Renovias

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 40% da Renovias Concessionária S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão da Renovias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

f. Ágio - Aquisição de quinhão consorcial

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de quinhão consorcial do Consórcio Operador Parques, amortizado até o encerramento do contrato em agosto de 2010. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

g. Ágio – CPC - Controlar

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 45% da Controlar S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão da Controlar. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

15 Financiamentos e empréstimos

		Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos de transação a apropriar	Vencimentos	Consolidado 30/09/09	Consolidado 30/06/09
Em moeda nacional								
1.1	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	15 de Janeiro de 2012	32.170	35.616
1.1	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 2,12% a.a.	-	-	-	15 de Fevereiro de 2017	186.882	186.799
1.1	Unibanco - União de Bcos. Bras. S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	15 de Janeiro de 2012	19.302	21.370
1.1	Banco Bradesco S.A. – BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	15 de Janeiro de 2012	12.868	14.247
1.1	Banco ABN Amro Real S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	15 de Janeiro de 2012	6.434	7.123
1.1	HSBC Bank Brasil S.A.	CDI + 0,867% a.a.	-	-	-	30 de Outubro de 2009	12.066	-
1.1	HSBC Bank Brasil S.A.	CDI + 0,831% a.a.	-	-	-	29 de Janeiro de 2010	25.230	-
1.2	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	15 de Novembro de 2010	30.805	37.406
1.5	HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 1,7% a.a.	-	-	-	15 de Outubro de 2013	1.713	1.780
1.6	Unibanco - União de Bcos. Bras. S.A. e Banco Bradesco S.A.	TJLP + 3% a.a.	-	-	-	15 de Julho de 2012	4.145	4.540
1.7	Banco Bradesco S.A.	TJLP + 4,3% a.a.	-	-	-	15 de Abril de 2011	658	761
1.8	Banco Bradesco BBI S.A	CDI + 1,18% a.a.	0,9503% (a)	814	53	10 de Outubro de 2009	340.678	332.228
1.8	Banco Santander S.A.	CDI + 1,18% a.a.	0,9503% (a)	567	53	10 de Outubro de 2009	340.678	332.228
1.8	Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 2,10% a.a.	0,6714% (a)	109	36	16 de Novembro de 2009	33.772	32.819
1.8	Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 2,10% a.a.	0,6714% (a)	2.063	688	16 de Novembro de 2009	641.666	623.544
1.9	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 4,72% a.a.	-	-	-	15 de Dezembro de 2011	16.155	17.949
1.9	Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 0,275% a.m.	-	-	-	17 de Junho de 2011	5.924	6.568
1.9	HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 5,3% a.a.	-	-	-	15 de Julho de 2009	-	2
1.11	HSBC Bank Brasil S.A.	CDI + 0,816% a.a.	-	-	-	24 de Fevereiro de 2010	57.456	-
1.12	Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 1,8% a.a.	-	-	-	30 de Dezembro de 2010	353.503	-
1.13	Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 4,3% a.a	-	-	-	11 de Fevereiro de 2010	17.737	-
Subtotal moeda nacional							2.139.842	1.654.980
Em moeda estrangeira								
1.2	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	Cesta de moedas + 5% a.a.	-	-	-	15 de Janeiro de 2011	2.409	3.100
1.3	Banco do Brasil S.A.	Iene + 5,8225% a.a.	-	-	-	20 de Agosto de 2010	78.519	79.111
1.4	Banco ABN Amro Real S.A.	US$ + 3,19%	-	-	-	9 de Julho de 2010	25.271	28.908
1.4	Banco ABN Amro Real S.A.	US$ + 3,19%	-	-	-	9 de Julho de 2010	3.764	22.717
1.10	Inter-American Development Bank - BID	LIBOR + 1,9% a.a. a 2,5% a.a.	2,2009% (b)	15.922	13.276	15 de Fevereiro de 2020	113.207	78.965
1.10	Inter-American Development Bank - BID	LIBOR + 2,2% a.a. a 2,8% a.a.	2,2009% (a)	4.473	3.727	15 de Fevereiro de 2023	32.746	23.011
Subtotal moeda estrangeira							255.916	235.812
Total de financiamentos e empréstimos							2.395.758	1.890.792
Circulante								
Financiamentos e empréstimos							1.651.502	1.448.885
Custos de transação							(2.658)	(3.426)
Total							1.648.844	1.445.459
Não circulante								
Financiamentos e empréstimos							762.089	454.967
Custos de transação							(15.175)	(9.634)
Total							746.914	445.333

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada a taxa média ponderada.

(b) Alternativamente poderá ser utilizada a ABR Prime, conforme previsão contratual.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Consolidado	
	30/09/09	**30/06/09**
2010	369.270	118.666
2011	67.026	78.790
2012	34.519	46.180
2013	49.682	140.535
Após 2013	241.592	70.796
Total	762.089	454.967

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Empréstimos e Financiamentos

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6% a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

1.1 AutoBAn

Em 10 de julho de 2000, a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R$ 220.000, sendo parte direto com o BNDES e outra parte com repasse junto aos bancos Bradesco, Unibanco e Sudameris (ABN Amro Real).

Sobre o principal da dívida incidem juros de 5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal será paga em 105 prestações mensais, entre 15 de maio de 2003 e 15 de janeiro de 2012.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas financeiras delas decorrentes;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Caução da totalidade das ações emitidas pela controlada;
- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;

- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. O montante das fianças bancárias em 30 de setembro de 2009 é de R$ 119.500.
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 01 de abril e 01 de junho de cada ano e/ou 01 de outubro e 01 de dezembro de cada ano;
- A controlada está impedida de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentem, cumulativamente, no mínimo os seguintes índices:
  - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5, onde:
    - Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores, menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
    - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.
  - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + "fees" e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;

A controlada também possuía contratos de financiamento junto ao IFC, BID e BNDES, que foram liquidados, antecipadamente, em 11 de maio 2006. Entretanto, mantém-se a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2010, juros adicionais de 10% da receita (2,42% ao IFC, 3,49% ao BID e 4,09% ao BNDES) sobre o excedente do volume de veículos que ultrapassar o estipulado no contrato de financiamento.

Os juros adicionais correspondentes aos anos de 2004 a 2007 foram de R$ 6.963, cujo pagamento foi feito entre outubro de 2008 a março de 2009. O valor referente ao ano de 2008 foi R$ 7.062, e o pagamento realizado em maio e junho de 2009.

Em virtude de mudanças significativas da estrutura das operações, em relação à época de assinatura do contrato, a controlada entrou em processo de negociação com os financiadores sobre a forma de cálculo dos juros adicionais, cuja formalização foi finalizada em outubro de 2008.

A controlada possui provisionado em 30 de setembro de 2009, o montante de R$ 5.702 (R$ 3.363 em 30 de junho de 2009) para o cumprimento dessa obrigação.

Em 05 de fevereiro de 2009, a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito, no valor total de R$ 267.353 com o BNDES. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,12% a.a. mais TJLP.

O principal será amortizado em 72 parcelas mensais a partir do dia 15 de março de 2011, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. A partir de 15 de março de 2011 os juros serão pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

Em 27 de fevereiro de 2009 foi liberada a primeira parcela do financiamento, no valor de R$ 110.000 e, em 25 de maio de 2009, a segunda parcela, no valor de R$ 75.000.

As principais garantias e cláusulas restritivas desse contrato de financiamento são as seguintes:

- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor das receitas auferidas pela controlada em decorrência do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas delas decorrentes;
- Penhor de todas as ações emitidas pela controlada;
- Manter, durante a vigência do Contrato, o seguinte índice apurado trimestralmente: (Patrimônio Líquido + Dividendos a Pagar) / Ativo Total: igual ou maior que 20% (vinte por cento).

Em 24 de setembro de 2009 a controlada emitiu junto ao Banco HSBC Bank Brasil S.A. duas Cédulas de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro (CCB), nas seguintes condições:

- A Primeira: com valor de R$ 12.061, com vencimento e quitação em 30 de outubro de 2009 e custo correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, acrescida exponencialmente equivalente a 0,867% a.a.;
- A Segunda: com valor de R$ 25.222, com vencimento até 29 de janeiro de 2010 e custo correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, acrescida exponencialmente equivalente a 0,831% a.a.. A remuneração poderá ser paga integralmente na data de vencimento, ou na data do pagamento antecipado.

1.2 RodoNorte

Em 01 de novembro de 2001, a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito, no valor total de R$ 169.301, dividido em subcréditos A e B, com valores respectivos de R$ 16.930 e R$ 152.371, junto ao BNDES.

Sobre o principal da dívida no subcrédito A incide taxa de juros de 5% a.a., acima da taxa variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES, na captação de recursos em moeda estrangeira no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros,

publicada pelo BNDES no Diário Oficial da União, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. A exigibilidade dos juros é mensal.

Sobre o principal da dívida no subcrédito B incide juros de 5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal do subcrédito A será em 84 prestações mensais, entre 15 de fevereiro de 2004 e 15 de janeiro de 2011. Para o subcrédito B, também será em 84 prestações mensais, entre 15 de dezembro de 2003 e 15 de novembro de 2010.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Caução das ações emitidas pela controlada representativa de 99,99% de seu capital social;
- Caução e cessão de 100% das receitas auferidas pela controlada em decorrência do contrato de concessão;
- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Cessão dos direitos e benefícios decorrentes de todas as apólices e contratos de seguro;
- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BNDES e do Agente Fiduciário, qualquer dívida exceto as abaixo listadas: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com os Patrocinadores; (ii) empréstimo de capital de giro que não excedam o montante de R$ 10.000 e; (iii) dívidas de longo prazo para financiamento de mudanças no escopo dos investimentos até o limite de R$ 30.000.
- Não distribuir dividendos antes da Conclusão Técnica e Financeira do Projeto e do atingimento de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,3.
- Manter em conta reserva o equivalente a 12 meses do serviço da dívida projetada ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. Em 30 de setembro de 2009 o montante de fiança bancária é de R$ 66.000.

Em 27 de dezembro de 2007 a RodoNorte obteve a Conclusão Técnica e Financeira do Projeto, e a partir daquela data está livre para distribuir dividendos aos acionistas.

1.3 ViaLagos

Em 05 de setembro de 2007 a controlada firmou contrato de empréstimo em iene no valor de R$ 68.000 junto ao Banco do Brasil S.A., com vencimento em parcela única em 20 de agosto de 2010 e com encargos financeiros de 5,8225% a.a.. Foi realizada uma operação de hedge (swap) com taxa de 103,20% do CDI, vinculada a este empréstimo.

Em 29 de agosto de 2008, o empréstimo e a operação de swap vinculada foram parcialmente liquidados, sendo o valor de principal amortizado de R$ 7.807, juros de R$ 453 e hedge (swap) de R$ 1.666.

1.4 Ponte

Em 14 de julho de 2008 a controlada firmou 2 contratos de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A., com vencimento para 14 de julho de 2009 e encargos financeiros de 6,13% a.a., nos montantes de US$ 11.001 mil e US$ 13.999 mil, e contratou hedge (swap) às taxas de 109,70% da variação do CDI, vinculada a este empréstimo.

Em 14 de julho de 2009, os contratos de hedge (swap) foram liquidados totalmente e um dos contratos de empréstimo foi liquidado parcialmente e o saldo remanescente de US$ 2.085 mil e US$ 13.000 mil foram prorrogados para 09 de julho de 2010, com juros de 3,19% a.a. e a taxa do hedge foi alterada para 123,50% da variação do CDI.

1.5 FINAME com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP

Em 01 de julho de 2008, a controlada ViaOeste firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R$ 421, destinado à compra de caminhões e cesta aérea . A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de julho de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de janeiro de 2009 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização.

Em 02 de julho de 2008, a controlada RodoNorte firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R$ 706, destinado à compra de caminhões e cesta aérea . A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de julho de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de janeiro de 2009 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização.

Em 04 de agosto de 2008, a controlada ViaOeste firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R$ 186, destinado à compra de caminhões e cesta aérea . A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de julho de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2008 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização.

Em 10 de outubro de 2008, a controlada NovaDutra firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R$ 435, destinado à compra de equipamentos. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de outubro de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2008 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização.

1.6 FINAME com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP

Em 26 de junho de 2007, a controlada RodoNorte firmou cinco contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no montante total de R$ 2.432, destinado à compra de caminhões, guinchos e ambulâncias. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 15 de agosto de 2008 e 15 de julho de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2007 e 15 de julho de 2008, e mensalmente no período de amortização.

Em 03 de abril de 2007 e em 16 de abril de 2007 a controlada ViaOeste firmou três contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no valor total de R$ 1.160, destinado à compra de caminhões e equipamentos. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 15 de maio de 2008 e 15 de maio de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2007 e 15 de abril de 2008, e mensalmente no período de amortização.

Em 08 e 30 de novembro de 2006 e em 06 de julho e 31 de agosto de 2007, a controlada NovaDutra firmou cinco contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco e Unibanco, no valor total de R$ 2.920, destinados à compra de caminhões, ambulâncias e plataforma de auto-socorro. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerão entre 15 de fevereiro de 2007 e 15 de maio de 2012.

1.7 FINAME com encargos financeiros de 4,3% a.a. mais TJLP

Em 12 de abril de 2006, a controlada ViaOeste firmou dois contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no valor total de R$ 1.836, destinado à compra de caminhões e guinchos. A amortização do principal se dará em cinquenta e quatro parcelas mensais, entre 15 de novembro de 2006 e 15 de abril de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2006 e 15 de abril de 2011, e mensalmente no período de amortização.

1.8 RodoAnel

Nas datas de 11 de março de 2009 e 23 de abril de 2009, a controlada firmou contratos de coordenação, colocação e distribuição pública de notas promissórias comerciais da quarta e quinta emissões, respectivamente.

A quarta emissão contou com a garantia firme de subscrição dos bancos Bradesco BBI S/A e Santander S/A, totalizando o valor da oferta em R$ 650.000, equivalente a 80 notas promissórias, no valor de R$ 8.125 cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 4 notas promissórias (R$ 32.500) garantidas por aval da Encalso Construções Ltda.; e (ii) segunda série composta por 76 notas promissórias (R$ 617.500) garantidas por aval da CCR. Sobre os valores das mesmas, incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interfinanceiro), acrescida de sobretaxa equivalente a 1,18% a.a., sendo paga integralmente da data de vencimento. O vencimento e quitação dessa emissão foi em 10 de outubro de 2009.

A quinta emissão contou com a garantia firme de subscrição dos bancos Itaú BBA S/A e ABC Brasil S/A, totalizando o valor da oferta em R$ 650.000, equivalente a 520 notas promissórias, no valor de R$ 1.250 cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 26 notas promissórias (R$ 32.500) garantidas por aval da Encalso Construções Ltda.; e (ii) segunda série composta por 494 notas promissórias (R$ 617.500) garantidas por aval da CCR. Sobre os valores das mesmas incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interfinanceiro), acrescida de sobretaxa equivalente a 2,10% a.a., sendo paga integralmente da data de vencimento. O vencimento dessa emissão será em 16 de novembro de 2009.

1.9 CPC - Renovias

Em 04 de dezembro de 2006, a controlada em conjunto Renovias firmou novo contrato de abertura de crédito, sendo este de nº. 06.2.0877.1 junto ao BNDES, no valor total de R$ 53.202.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 4,72% a.a. mais TJLP, com exigibilidade trimestral, no dia 15 dos meses de dezembro, março, junho e setembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de dezembro de 2006 e 15 de dezembro de 2008 e, mensalmente, a partir do dia 15 de janeiro de 2009, inclusive.

A amortização do principal será paga em trinta e seis prestações mensais e sucessivas, entre 15 de janeiro de 2009 e 15 de dezembro de 2011.

As principais garantias e cláusulas restritivas para o contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Renovias;
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte;
- Manter em conta reserva o equivalente a duas vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, durante 30 meses do prazo de amortização e manter o valor equivalente à última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, durante os últimos seis meses do contrato. Em 30 de setembro de 2009, o saldo da conta reserva é de R$ 3.841, valor suficiente para o contrato nº. 06.2.0877.1.
- Seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio, na hipótese de interrupção de sua arrecadação, com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação e franquia aceitável pelo BNDES;
- Não distribuir dividendos até a completa realização do projeto financiado;

- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30%, excluindo, para efeito do cálculo, o valor lançado como ônus fixo da concessão constante do passivo total, e

- Não contratar empréstimo de curto prazo, inclusive as renovações dos contratos já firmados após a celebração do contrato nº. 06.2.0877.1, cujo valor acumulado supere R$ 3.500, com data base de 10 de março de 1999, reajustado na mesma forma e nas mesmas épocas do reajuste da tarifa, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.

Em 13 de julho de 2006, a controlada em conjunto Renovias firmou contrato de abertura de crédito no valor total de R$ 26.000 junto ao Banco ABC Brasil S.A.

Sobre o principal da dívida incidem juros calculados pela Taxa DI-Cetip Over, divulgada pela CETIP, acrescida de 0,275% ao mês.

A amortização do principal será paga em cinquenta e nove prestações mensais e sucessivas, entre 17 de agosto de 2006 e 17 de junho de 2011.

A principal garantia e cláusula restritiva deste contrato de financiamento é a cessão fiduciária dos direitos de crédito perante a CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S/A e o Banco Itaú S/A, ("Devedores dos Recebíveis").

1.10 ViaQuatro

Em 7 de outubro de 2008, a controlada em conjunto ViaQuatro contratou financiamento de longo prazo, no valor total de US$ 368.700 mil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação de outros bancos comerciais. Este financiamento destina-se a investimentos previstos nas Fases I e II do Contrato de Concessão e está assim dividido:

- Empréstimo BID A (Fase I):
  - Valor: US$ 69.200 mil;
  - Prazo total: 15 anos;
  - Custo:

    Libor +2,20% a.a.: até a Conclusão do Projeto da Fase I;
    Libor +2,50% a.a.: entre a Conclusão do Projeto Fase I até o início da operação da Fase II;
    Libor +2,80% a.a.: a partir do início da operação da Fase II.

- Empréstimo BID A (Fase II):
  - Valor: US$ 59.500 mil;
  - Prazo e custo: condições de mercado no momento da Fase II.

- Empréstimo BID B (somente Fase I):
  - Valor: US$ 240.000 mil;
  - Prazo total: 12 anos;
  - Custo:

    Libor +1,90% a.a.: até a Conclusão do Projeto da Fase I;
    Libor +2,20% a.a.: entre a Conclusão do Projeto Fase I até o início da operação da Fase II;
    Libor +2,50% a.a.: a partir do início da operação da Fase II;

    De acordo com as condições estipuladas no Contrato de Financiamento, poderá ser utilizada Taxa Básica Alternativa em substituição a Libor quando:

    - Em razão de circunstâncias que afetam o mercado, meios adequados e razoáveis não existam para identificar a Libor na data de apuração da taxa de juros em questão;
    - Os participantes necessários determinarem e notificarem o BID, por escrito, que a Libor não refletirá de modo adequado e justo o custo para os participantes.

Os montantes são creditados à Concessionária mediante o atendimento de condições precedentes.

A primeira liberação ocorreu no dia 11 de dezembro de 2008 nos valores de US$ 22.146 referente ao BID A e US$ 76.828 referente ao BID B a segunda liberação ocorreu em 30 de julho de 2009 nos valores de US$ 12.799 referente ao BID A e US$ 44.402 referente ao BID B.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária e usufruto condicional de 100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da controlada em conjunto;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos da controlada em conjunto, inclusive aqueles decorrentes das contas bancárias da controlada em conjunto;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos oriundos do Contrato de Concessão, inclusive de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Contratar operação de hedge de taxa de juros ao montante de 75% do valor total desembolsado, até 15 de fevereiro de 2013. Após essa data o montante protegido deverá ser de 100% do total desembolsado, até o vencimento do financiamento.

- Contratar operação de hedge de moeda ao montante de 25% do valor total desembolsado, caso a taxa a termo do dólar de março de 2010 esteja acima de R$ 2,40. Após a entrega das obras de infraestrutura, deverá ser efetuado hedge de 100% do valor correspondente aos próximos quatro pagamentos de juros e principal (2 anos).

- Não constituir qualquer ônus sobre qualquer direito, participação ou propriedade da controlada em conjunto, exceto aqueles expressamente permitidos no contrato de financiamento;

- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BID, qualquer dívida exceto, dentre outras: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com a CCR/os patrocinadores do projeto; (ii) empréstimo de capital de giro/dívida de curto prazo que não exceda R$ 7.500;

- Não alienar ou de alguma forma dispor de seus ativos ou direitos, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;

- Manter em conta reserva o equivalente a 6 (seis) meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária para o mesmo valor;

- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio antes da data de Conclusão do Projeto da Fase I;

- Somente distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, após a Conclusão do Projeto, se as suas demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou suas demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, o seguinte índice:

    - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3.

1.11 ViaOeste

Em 28 de agosto de 2009 a controlada emitiu junto ao Banco HSBC Bank Brasil S.A. uma Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro (CCB), no valor de R$ 57.000, com vencimento em 24 de fevereiro de 2010, podendo ser pago antecipadamente após o período mínimo de 90 dias à partir da emissão desta.

A remuneração desta Cessão é correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, acrescida exponencialmente equivalente a 0,816% a.a., sendo a remuneração paga integralmente na data de vencimento, ou na data do pagamento antecipado.

1.12 NovaDutra

Em 29 de julho de 2009, a CCR transferiu a totalidade de seus direitos e obrigações previstas no Contrato de Mútuo firmado com a controlada, para o Itaú BBA S.A. através do Aditamento e Consolidação de Dívida Subordinada, sendo o preço desta Cessão de R$ 347.354, com vencimento em 30 de dezembro de 2010.

A remuneração desta Cessão é correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, acrescida exponencialmente equivalente a 1,80% a.a., sendo a remuneração paga integralmente na data de vencimento, ou na data do pagamento antecipado facultativo.

Esta dívida está subordinada exclusivamente em ordem de pagamento à dívida representada pelas Debêntures, no qual possui vencimento em 1º de julho de 2010.

1.13 Controlar

Em 24 de setembro de 2008, a controlada em conjunto firmou contrato de financiamento com o Banco Itaú BBA S.A., no montante de R$ 35.000 destinado a captação de recursos para viabilização do projeto de inspeção veicular, sendo R$ 15.000 com vencimento em 14 de outubro de 2009, R$ 10.000 com vencimento em 07 de dezembro de 2009 e R$ 10.000 com vencimento em 11 fevereiro 2010, todos com encargos financeiros de 104,30% do CDI.

As condições do financiamento de R$ 15.000, vencido em 14 de outubro de 2009 foram renegociadas, sendo que o vencimento foi postergado para 14 de outubro de 2012 e a taxa de remuneração alterada de CDI + 4,30% ao ano para CDI + 1,7% ao ano.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Aval/Fiança da CS Participações para 100% do endividamento;
- Hipoteca de Imóveis na Cidade de Salvador, no valor de pelo menos R$ 52.500 mensurados por avaliadores contratados pelo Itaú BBA S.A.;
- Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do Projeto, inclusive eventuais indenizações eventualmente devidas pelo Poder Concedente, e da Conta Vinculada que receberá os referidos direitos creditórios;
- Limitação do endividamento líquido em R$ 50.000, ou seja endividamento – total das aplicações financeiras dadas em garantia ao Itaú BBA S.A.;
- Limitação da concessão de aval pela CS Participações em R$ 50.000;
- Índice de cobertura do serviço da dívida mínimo (ICSD) de 1,30, sendo o ICSD definido como ICSD = (Ebitda – Imposto de Renda)/ Serviço da Dívida (total de amortização de principal e juros). A apuração deste índice será realizada com base nas demonstrações financeiras auditadas de 2009, sendo realizada sucessivamente a cada 6 meses.

- Alienação parcial das ações da Controlar pela CS Participações a terceiros permitida de modo a que a CS Participações detenha pelo menos 33% das ações da Controlada e sujeita à aceitação do Itaú BBA S.A. do risco de crédito do novo acionista em caso de necessidade de substituição de garantias.
- Previsão de vencimento antecipado da dívida em caso inadimplência no contrato de financiamento da Linha atrelada a dólar.

16 Debêntures

		Taxas contratuais	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos de transação a apropriar	Vencimentos	Controladora 30/09/09	Controladora 30/06/09	Consolidado 30/09/09	Consolidado 30/06/09
1.1	Série única	IGP-M + 11% a.a.	11,2495% (a)	886	20	Maio de 2010	-	-	26.875	26.272
1.2	Série 1	IGP-M + 9,5% a.a.	10,0164% (a)	1.468	37	Julho de 2010	-	-	23.681	23.209
1.2	Série 2	IGP-M + 9,5% a.a.	10,0164% (a)	1.469	74	Julho de 2010	-	-	30.905	30.291
1.3	Série única	105% do CDI	0,2388% (b)	1.600	179	Março de 2011	75.340	77.399	75.340	77.399
1.3	Série única	100% do CDI +1,6% a.a.	0,3499% (b)	1.046	-	Setembro de 2009	-	330.506	-	330.506
1.3	Série única	14,75% a.a.	15,5213% (b)	17.531	16.743	Dezembro de 2018	501.603	483.226	501.603	483.226
1.3	Série 1	112% do CDI	0,7282% (b)	3.728	3.150	Agosto de 2012	451.810	-	451.810	-
1.3	Série 2	IPCA + 7,5% a.a.	0,6215% (b)	1.248	1.066	Agosto de 2014	151.291	-	151.291	-
1.4	Série 1	IGP-M + 10,65% a.a.	10,8793% (a)	877	391	Abril de 2014	-	-	102.677	100.395
1.4	Série 2	IGP-M + 10,65% a.a.	10,8759% (a)	877	377	Outubro de 2013	-	-	93.711	126.830
1.4	Série 3	103,3% do CDI	1,1846% (b)	2.809	715	Abril de 2012	-	-	223.795	274.909
1.5	Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (b)	3.676	2.015	Julho de 2015	-	-	227.076	221.874
1.5	Série 2	IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755% (a)	2.427	1.449	Julho de 2015	-	-	160.704	158.257
1.5	Série 3	IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755% (a)	2.427	1.404	Janeiro de 2015	-	-	190.616	187.670
Total							1.180.044	891.131	2.260.084	2.040.838
Circulante										
Debêntures							64.951	371.162	327.740	635.265
Custos de transação							(2.660)	(1.638)	(4.898)	(4.043)
Total							62.291	369.524	322.842	631.222
Não circulante										
Debêntures							1.136.231	537.500	1.959.964	1.430.244
Custos de transação							(18.478)	(15.893)	(22.722)	(20.628)
Total							1.117.753	521.607	1.937.242	1.409.616

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
2010	-	-	41.513	179.827
2011	37.500	37.500	297.681	243.208
2012	498.741	-	683.231	169.755
2013	49.995	-	191.570	133.802
Após 2013	549.995	500.000	745.969	703.652
Total	1.136.231	537.500	1.959.964	1.430.244

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1.1 RodoNorte

Em 1° de maio de 2001, a controlada emitiu trezentos e quarenta debêntures nominativas escriturais, com garantias reais, de série única, com valor nominal de emissão de R$ 85.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 14 de novembro de 2001, no valor total atualizado monetariamente de R$ 96.170, com deságio de 4,98%, que foi registrado como despesas pagas antecipadamente.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em taxa de juros de 11% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado, que será pago em nove parcelas anuais, entre 1º de maio de 2002 e 1º de maio de 2010.

A amortização do principal ocorre em sete parcelas anuais, entre 1º de maio de 2004 e 1º de maio de 2010. A primeira parcela, no valor correspondente a 10% do valor nominal, na data de emissão e as demais, no valor correspondente a 15% do valor nominal, também na data de emissão.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à caução de 99,99% das ações representativas de seu capital social até a amortização final; caução das receitas decorrentes da exploração das rodovias, cessão de indenização dos seguros contratados, caução das contas bancárias vinculadas e aplicações financeiras e cessão da indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão.

Essas garantias são compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento citado no item 1.2 da nota explicativa nº.15.

1.2 NovaDutra

Em 1º de julho de 2004, a controlada emitiu dezoito mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em duas séries de nove mil debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R$ 180.000, as quais foram subscritas e integralizadas, em 16 de agosto de 2004, no valor total de R$ 185.425.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em juros de 9,5% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
  - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2006 e 1º de julho de 2010;
  - Juros: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2005 e 1º de julho de 2010.
- Segunda série:
  - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2007 e 1º de janeiro de 2010;
  - Juros: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2006 e 1º de janeiro de 2010.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes e respectivas aplicações financeiras detidas pela emissora, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes; cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão e manter em conta reserva o equivalente a 06 meses de serviço da dívida projetada ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. Em 30 de setembro de 2009, o montante de fiança bancária é de R$ 31.900.

Os bens e direitos permanecerão empenhados até o cumprimento das obrigações assumidas pela controlada na escritura de emissão e nos contratos de financiamento junto ao BNDES.

1.3 CCR

- Em 1° de março de 2005, a Companhia emitiu quinze mil debêntures nominativas escriturais quirografárias (sem garantia de preferência), não conversíveis em ações, com valor nominal total de emissão de R$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 4 de abril de 2005, no valor total de R$ 152.733.

  A remuneração das debêntures é baseada em 105% da variação do CDI, paga semestralmente a partir da data de emissão.

  O valor nominal das debêntures será pago em quatro parcelas anuais entre 1º de março de 2008 e 1º de março de 2011.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Em 26 de setembro de 2008, a Companhia emitiu uma debênture simples, em lote único e indivisível, em série única, não conversível em ações da espécie quirografária (sem garantia de preferência), de forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R$ 300.000.

  A remuneração da debênture é baseada em 100% da variação do CDI e spread de 1,60% a.a.

  O valor nominal da debênture foi pago em parcela única, com vencimento em 11 de agosto de 2009.

- Em 29 de dezembro de 2008, a Companhia emitiu uma debênture simples, em lote único e indivisível, em série única, não conversível em ações da espécie quirografária (sem garantia de preferência), de forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R$ 500.000.

  A remuneração da debênture é baseada em juros de 14,75% a.a.

  O valor nominal atualizado da debênture e os juros serão pagos da seguinte maneira:

  - Amortização: parcelas anuais, entre 29 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2018;
  - Juros: parcelas semestrais, entre 29 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2018.

  A Debênture poderá ser resgatada antecipadamente, a critério da emissora, desde que verificados cumulativamente: (i) prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de emissão e (ii) ocorrência da Comprovação dos Investimentos nos termos e condições descritos na escritura de debênture.

- Em 1° de agosto de 2009, a Companhia emitiu 598.156 (quinhentas e noventa e oito mil, cento e cinquenta e seis) debêntures simples, não-conversíveis em ações, das espécie com garantia flutuante, em duas séries, todas nominativas e escriturais, da quinta emissão da CCR. Com valor nominal unitário de R$ 1, perfazendo o montante total de R$ 598.156.

  A remuneração das debêntures da primeira série será baseada em 112 % do CDI a.a., enquanto que a da segunda série é de 7,5% a.a. mais a atualização do principal baseada no IPCA.

  Os montantes, prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

  - Primeira série (R$ 448.156): prazo de três anos, com amortização em 1º de agosto de 2012 e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de fevereiro de 2010 e 1º de agosto de 2012;
  - Segunda série (R$ 150.000): prazo de cinco anos, com amortizações em 1º de agosto de 2012 (33,34%), 2013 (33,33%) e 2014 (33,33%) e pagamento de juros anualmente, entre 1º de agosto de 2010 e 1º de agosto de 2014;

  As Debêntures de ambas as séries poderão ser resgatadas antecipadamente, a critério da emissora.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é:

- Não-manutenção, por dois trimestres consecutivos dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:
  - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
    - Dívida líquida = soma dos empréstimos e financiamentos, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, diminuído do somatório de (i) disponibilidades e (ii) saldo de Conta Reserva registrada no realizável a longo Prazo;
    - Disponibilidades = (Caixa e Bancos + Aplicações Financeiras + Conta Reserva);
    - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.
  - EBITDA/Despesas Financeiras inferior a 2 onde:
    - Despesas financeiras ao longo dos últimos 12 meses, apurados pelo regime competência, excluída as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de hedge cambial, deduzidas das receitas financeiras, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de hedge cambial, calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas, em bases consolidadas.

1.4 AutoBAn

Em 1° de abril de 2006, a controlada emitiu cinquenta e uma mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo as de primeira e segunda séries de nove mil e oitocentas debêntures cada uma e a terceira série de trinta e uma mil e quatrocentas debêntures, com valor nominal total de emissão de R$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, no valor total de R$ 533.883.

As debêntures da primeira e da segunda série terão seu valor nominal atualizado pelo IGP-M, com remuneração baseada em juros de 10,65% a.a. Para a terceira série, a remuneração é baseada em 103,3% do CDI.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
  - Amortização: seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2014;

- Juros: anualmente, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2014.

- Segunda série:
  - Amortização: cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e 1º de outubro de 2013;
  - Juros: anualmente entre 1º de outubro de 2007 e 1º de outubro de 2013.
- Terceira série:
  - Amortização: sete parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2012.
  - Juros: vencimentos semestrais, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2012.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da controlada contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a controlada contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar do percentual de 55% destinados ao Agente Fiduciário.

1.5 ViaOeste

Em 1° de julho de 2007, a controlada emitiu sessenta e cinco mil debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de vinte e oito mil debêntures e a segunda e a terceira séries de dezoito mil e quinhentas debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R$ 650.000, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e as restantes em 1° de agosto de 2007.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada em 104,5% do CDI a.a., enquanto que as das segunda e terceira séries serão de 7,6% a.a. mais a atualização do principal baseada no IGP-M.

Os prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Segunda série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Terceira série: prazo de sete anos e meio, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2015.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 100% de suas ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do Poder Concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Contrair ou manter sem o consentimento dos Financiadores qualquer dívida exceto as listadas: (i) dívidas subordinadas, (ii) empréstimos de capital de giro que não excedam o valor do principal total de R$ 50.000, (iii) dívidas de longo prazo para financiamento de investimentos não previstos no Contrato de Concessão, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão e (iv) outras dívidas, desde que: (a) aprovadas em Assembléia Geral de Debenturistas por maioria simples das Debêntures em circulação e (b) seja observado o limite estabelecido no item "a", parágrafo primeiro do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- Criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas;
- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
    - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + "fees" e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;
    - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
        - Dívida líquida = dívida relacionada à emissão das debêntures e outras dívidas financeiras permitidas – o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
        - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.

17 Plano de incentivo de longo prazo

A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo, tendo por objetivo estimular a retenção de talentos, associado à geração de resultados e criação sustentável de valor por meio do alinhamento de interesses entre acionistas e executivos da Companhia.

Esse plano está baseado na venda a determinados colaboradores, escolhidos de forma discricionária pela Administração da Companhia, de títulos virtuais denominados Unidades de Investimento – UI´s.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Cada UI é um instrumento patrimonial que confere ao seu titular um direito pecuniário referenciado na variação de uma Unidade Virtual de Valor ("UVV"). A UI não atribui ao seu titular a condição de acionista da CCR, sendo sua liquidação em dinheiro.

O incentivo do Plano ocorre pelo aumento da UI, ou seja, pela valorização da UVV (UVV no resgate – UVV na compra), após um prazo de carência pré-determinado (vesting), no qual o executivo deverá permanecer na Companhia. A UVV é apurada mediante a ponderação da cotação média das ações da Companhia em determinado período do ano (30%), nos dividendos pagos aos acionistas (40%) e em indicador relacionado à criação de valor (30%).

Atualmente existem dois Planos de Incentivo vigentes, tendo sido o Plano 1 aprovado pelo Conselho de Administração no ano de 2005 e o Plano 2 no ano de 2007. Cada plano possui seus respectivos Programas.

Caso o contemplado tenha seu vínculo empregatício encerrado com a CCR em função de aposentadoria, invalidez ou morte, durante a vigência do Plano, ele ou seus sucessores terão todas as UIs resgatadas com base no último valor real calculado das UVV's. Em desligamentos ocorridos por qualquer outro motivo, o beneficiário perde todos os seus direitos ao resgate de UI's ainda não exercidos.

As UIs são compradas à vista pelos beneficiários do Plano, em data específica, ao preço estabelecido no plano. A cada ano um novo Programa é iniciado, no qual UIs são compradas pelos participantes eleitos. O pagamento dos resgates anuais de UIs ocorrerá somente em mês específico determinado no Plano.

O direito de resgate das UIs ocorre de forma gradual, dividindo em parcelas anuais o número total de UIs de cada Programa. O período de carência mínimo é de 3 anos, após o qual o beneficiário terá o direito de resgatar suas UIs de forma gradual até o final do respectivo Programa, que normalmente tem prazo máximo de 6 anos.

Não é obrigatório o resgate de UIs imediatamente ao término do período de vesting, podendo o beneficiário, a seu exclusivo critério e risco, deixar o resgate para períodos futuros, limitado ao último ano do respectivo Programa. Ao final de cada Programa, as UI´s serão automaticamente resgatadas.

A criação de cada Programa está condicionada ao alcance de meta anual de valorização mínima da UVV com base em projeções submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração (CAD). A conquista de um Novo Negócio também poderá ensejar a criação de um Programa específico.

A criação de novos Planos e seus respectivos Programas estão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Não ocorreram no período referente a essas informações trimestrais, modificações nos critérios estabelecidos inicialmente em cada um dos Planos ou Programas de incentivo, bem como nenhuma UI foi expirada.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em virtude dos contemplados dos Programas serem colaboradores da Companhia, o valor justo dos serviços recebidos em troca das UI´s, durante o período a que estas informações trimestrais se referem, foram considerados como o próprio valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados, levando-se em conta os respectivos períodos de *vesting*. Para este efeito, foi reconhecido como despesa o montante de R$ 1.621 no período de nove meses de 2009.

A prática contábil anterior da Companhia consistia em reconhecer mensalmente, de maneira proporcional, o montante máximo de UI´s resgatáveis no exercício seguinte, levando-se em conta o valor intrínseco estimado da UVV de resgate. A partir do encerramento do exercício de 2008, passou-se a adotar o provisionamento durante o período de vesting, apurando-se o valor justo dos montantes relativos ao plano de incentivo, bem como divulgação detalhada de seus critérios. O saldo, nesse sentido, em 30 de setembro de 2009 era de R$ 11.585 (R$ 10.572 em 30 de junho de 2009).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		Saldo Total em 30.06.09			Saldo Prov. c/ Passivo em 30.06.09			Outorga entre 01.07 e 30.09.2009			Canceladas entre 01.07 e 30.09.09		
		Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 30.06.09	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 30.06.09	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 31.12.08	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 30.06.09	Total
Plano 1	Programa 1 (2005)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa 2 (2005)	53.085	54,41	2.888	53.085	54,41	2.888	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa NN (2005)	29.374	54,41	1.598	29.374	54,41	1.598	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa 3 (2006)	60.347	45,78	2.763	60.347	45,78	2.763	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 4 (2007)	377.464	11,16	4.212	253.449	10,72	2.717	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 5 (2008)	336.843	11,06	3.725	88.963	9,38	835	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 6 (2009)	250.200	10,78	2.698	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Custo aquisição UI's	-	-	(229)	-	-	(229)	-	-	-	-	-	-
	Total	1.107.313		17.655	485.217		10.572	-		-	-		-

		Exercidas entre 01.07 e 30.09.09			Saldo Total em 30.09.09			Exercíveis em junho de 2010			Saldo Prov. c/ passivo em 30.09.09		
		Quantidade de UI's	Valor de resgate da UI (R$)	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 30.06.09	Total	Quantidade de UI's	VJU (R$) em 30.06.09	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 30.06.09	Total
Plano 1	Programa 1 (2005)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa 2 (2005)	-	-	-	53.085	54,41	2.888	53.085	54,41	2.888	53.085	54,41	2.888
Plano 1	Programa NN (2005)	-	-	-	29.374	54,41	1.598	29.374	54,41	1.598	29.374	54,41	1.598
Plano 1	Programa 3 (2006)	-	-	-	60.347	45,78	2.763	37.870	41,30	1.564	60.347	45,78	2.763
Plano 2	Programa 4 (2007)	-	-	-	377.464	11,16	4.212	125.822	8,49	1.068	323.285	10,72	3.467
Plano 2	Progrma 5 (2008)	-	-	-	336.843	11,06	3.725	-	-	-	102.233	9,53	975
Plano 2	Programa 6 (2009)	-	-	-	250.200	10,78	2.698	-	-	-	11.591	10,64	123
	Custo aquisição UI	-	-	-	-	-	(229)	-	-	-	-	-	(229)
	Total	-		-	1.107.313		17.656	246.151		7.039	579.915		11.585

VJUMP (R$) = Valor Justo Unitário Médio Ponderado em Reais

VJU (R$) = Valor Justo Unitário em Reais

Totais em milhares

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Premissas utilizadas no cálculo do valor justo

Critérios de apuração de dados utilizados no modelo de avaliação		Dados
Preço corrente	Preço corrente da UVV com base em números realizados.	R$ 111,12 para os programas do Plano 1 e R$ 30,35 para os programas do Plano 2
Preço de exercício	Preço da UVV de resgate, de acordo com os critérios mencionados acima, com atualizações futuras estimadas.	Para os programas 2 e NN1, R$ 55,43 para 2010
		Para o programa 3, R$ 74,50 para 2010, R$ 77,89 para 2011
		Para o programa 4, R$ 25,55 para 2010, R$ 26,71 para 2011 e R$ 27,90 para 2012
		Para o programa 5, R$ 31,26 para 2011, R$ 32,65 para 2012 e R$ 34,09 para 2013
		Para o programa 6, R$ 32,31 para 2012, R$ 44,97 para 2013 e R$ 43,67 para 2014
Tempo	Prazo decorrido entre a data base desta informação trimestral e prazo de resgate da tranche de cada Programa.	270 dias para os resgates de 2010 e 360 dias adicionais para cada ano seguinte
Volatilidade esperada	Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre 01.01.2003 até a data de avaliação do VJUMP.	2,65% a.d.
Dividend Yield	Logaritmo natural da média histórica anual entre 2003 e a data base de aumento do VJUMP.	3,43% a.a.
Taxa de juros livre de risco	Logaritmo natural da estimativa na data base de avalidação do VJUMP do CDI para os períodos em análise obtido no site do Banco Central do Brasil.	8,50% (2009), 7,50% (2010), 7,25% (2011), 7,50% (2012), 7,00% (2013) e 7,50% (2014)
Expectativa de cancelamento	Taxa histórica de cancelamento de UI´s até a data base de apuração desta informação trimestral.	2,21%
Expectativa de postergação de resgate	Taxa histórica de postergamento de resgate de UI´s até a data base de apuração desta informação trimestral.	55,59% no primeiro ano e 47,28% no segundo ano
Expectativa de exercício antecipado	As regras do plano não permitem realização de resgate antecipado.	
Modelo utilizado na avaliação	Black-Scholes-Merton	

18 Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Circulante				
Retidos e a Recolher				
PIS, COFINS e CSLL Retidos	33	66	2.391	2.702
INSS Retido	2	2	2.437	2.432
IRRF	-	-	378	864
PIS	-	-	2.118	1.864
COFINS	-	-	16.152	14.980
ISS	35	32	16.683	15.319
Outros (IPTU, CIDE e IOF)	115	112	668	153
	185	212	40.827	38.314
Parcelamentos				
PIS	-	-	5.085	5.185
COFINS	-	-	13.761	13.554
IRPJ	-	-	297	292
CSLL	-	-	568	559
INSS	-	-	-	43
	185	-	19.711	19.633
Total circulante	185	212	60.538	57.947
Não circulante (parcelamentos)				
COFINS	-	-	12.507	15.688
PIS	-	-	5.056	6.223
CSLL	-	-	760	886
IRPJ	-	-	74	146
Total não circulante	-	-	18.397	22.943

Em fevereiro de 2006, a AutoBAn e a NovaDutra obtiveram o deferimento do parcelamento solicitado em 29 de dezembro de 2005, sobre alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS e de majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3% referente ao período de outubro de 2000 a dezembro de 2002. O parcelamento foi deferido em sessenta parcelas, com pagamento da primeira parcela em 31 de março de 2006, sendo as mesmas atualizadas mensalmente pela variação da Selic. Além disso, nesta mesma data a Autoban parcelou dívidas de IRPJ e CSLL, nas mesmas condições.

Em maio de 2008, a AutoBAn e a NovaDutra obtiveram junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional o deferimento de parcelamento de passivos contingentes decorrentes de alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e de majoração da alíquota de COFINS, de 2% para 3%, referente ao período de março de 1999 a setembro de 2000. Esse parcelamento foi concedido em sessenta parcelas, atualizadas mensalmente, pela variação da Selic.

19 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Circulante				
Comissões a pagar	-	-	5.702	3.363
Receitas acessórias a apropriar	-	-	6.691	8.680
Verbas contratuais	-	-	4.972	4.530
Indenizações a pagar	-	-	3.608	3.608
Seguros a pagar	-	-	1.815	3.825
Outros	62	73	2.276	3.424
	62	73	25.064	27.430
Não circulante				
Receitas acessórias a apropriar	-	-	2.513	2.592
Outros	899	899	899	899
	899	899	3.412	3.491

20 Provisão para contingências - consolidado

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	30/09/09	30/06/09
Circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários das rodovias	79	40
Trabalhistas e previdenciárias	1.772	1.658
	1.851	1.698
Não circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários das rodovias	9.136	7.448
Trabalhistas e previdenciárias	584	594
Tributárias	-	23
	9.720	8.065

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R$ 202.515, em 30 de setembro de 2009 (R$ 194.283, em 30 de junho de 2009), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Existem também outras contingências passivas relativas às questões cíveis e trabalhistas, cuja mensuração do valor e a probabilidade de desfecho não puderam ser determinadas com suficiente segurança, em decorrência do estágio em que se encontram e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas informações trimestrais.

Além de efetuarem depósitos judiciais, as controladas NovaDutra, AutoBAn, RodoNorte, ViaOeste, Ponte e ViaLagos contrataram fianças bancárias no montante de R$ 101.744 para os processos em andamento.

21 Arrendamento mercantil operacional - consolidado

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Pagamentos futuros mínimos 30/09/09	Pagamentos futuros mínimos 30/06/09
Até um ano	1.756	2.292
Acima de um ano e até cinco anos	151	31

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto operam com 408 veículos de frota através de contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto reconheceram basicamente na rubrica de Materiais, Equipamentos e Veículos os seguintes valores de despesas com operações de arrendamento mercantil operacional:

	30/09/09	30/09/08
Despesas com arrendamento mercantil operacional	5.510	5.323

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado é de 480.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado é de 403.101.800 ações ordinárias.

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

  É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

  É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembléia Geral Ordinária.

c. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 15 de abril de 2009, a Assembléia Geral Ordinária aprovou a distribuição de dividendos, no montante de R$ 141.085, correspondente a R$ 0,35 por ação, relativo aos lucros retidos do exercício de 2008, os quais foram registrados no passivo circulante. Desse montante, foram pagos em 29 de abril de 2009 R$ 100.775, correspondente a R$ 0,25 por ação e disponibilizados em 30 de setembro de 2009 R$ 40.310, correspondente a R$ 0,10 por ação.

Em 12 de agosto de 2009, em reunião do conselho de administração, foi aprovada a distribuição de dividendos, no montante de R$ 467.598, correspondente a R$ 1,16 por ação, sendo R$ 129.750 relativos aos lucros retidos do exercício de 2008 e R$ 337.848 relativos aos lucros apurados no 1º semestre de 2009, os quais foram disponibilizados em 30 de setembro de 2009.

23 Instrumentos financeiros

Política

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como hedges exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de hedge para proteção de 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vincendos nos próximos 12 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento, a exemplo do BID para a ViaQuatro.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, conforme o quadro a seguir:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora							
	30/09/09				30/06/09			
	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Custo amortizado (a)	Total	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Custo amortizado (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	-	546.964	-	546.964	-	591.008	-	591.008
Créditos com pessoas ligadas	-	-	201.060	201.060	-	-	411.355	411.355
Passivos								
Debêntures	-	-	(1.180.044)	(1.180.044)	-	-	(891.131)	(891.131)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(3.597)	(3.597)	-	-	(3.405)	(3.405)
Dívidas com pessoas ligadas	-	-	(21.926)	(21.926)	-	-	(22.343)	(22.343)
Total	-	546.964	(1.004.507)	(457.543)	-	591.008	(505.524)	85.484

	Consolidado							
	30/09/09				30/06/09			
	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Custo amortizado (a)	Total	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Custo amortizado (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	-	697.258	-	697.258	-	829.008	-	829.008
Aplicações financeiras vinculadas - Conta Reserva	-	1.629	-	1.629	-	1.643	-	1.643
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	122.322	122.322	-	-	112.099	112.099
Créditos com pessoas ligadas	-	-	95.046	95.046	-	-	85.861	85.861
Contas a receber com operações de hedge	21.173	-	-	21.173	15.661	-	-	15.661
Passivos								
Empréstimos em moeda nacional	-	-	(1.822.786)	(1.822.786)	-	-	(1.327.387)	(1.327.387)
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	(107.554)	(107.554)	-	-	(130.736)	(130.736)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(317.056)	(317.056)	-	-	(327.593)	(327.593)
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	(148.362)	(148.362)	-	-	(105.076)	(105.076)
Debêntures	-	-	(2.260.084)	(2.260.084)	-	-	(2.040.838)	(2.040.838)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(207.029)	(207.029)	-	-	(193.322)	(193.322)
Dívidas com pessoas ligadas	-	-	(75.381)	(75.381)	-	-	(57.604)	(57.604)
Arrendamento mercantil	-	-	(2.432)	(2.432)	-	-	-	-
Contas a pagar de operações de hedge	(3.480)	-	-	(3.480)	(730)	-	-	(730)
Total	17.693	698.887	(4.723.316)	(4.006.736)	14.931	830.651	(3.984.596)	(3.139.014)

(a) Valores líquidos dos custos de transação

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	Controladora				Consolidado			
	30/09/09		30/06/09		30/09/09		30/06/09	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	546.964	546.964	591.008	591.008	697.258	697.258	829.008	829.008
Conta reserva	-	-	-	-	1.629	1.629	1.643	1.643
Contas a receber	-	-	-	-	122.322	122.322	112.099	112.099
Créditos com pessoas ligadas	201.060	201.060	411.355	411.355	95.046	95.046	85.861	85.861
Fornecedores e Outras contas a pagar	3.597	3.597	3.405	3.405	207.029	207.029	193.322	193.322
Dívidas com pessoas ligadas	21.926	21.926	22.343	22.343	75.381	75.381	57.604	57.604
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	2.432	2.432	-	-
Empréstimos (*)	-	-	-	-	1.937.094	1.937.169	1.460.358	1.471.343
Debêntures (*)	1.201.182	1.186.953	908.662	896.553	2.287.704	2.296.692	2.065.509	2.066.682
Financiamentos (*)	-	-	-	-	476.497	476.497	443.494	443.494

(*) Os valores estão brutos dos custos de transação

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** – São definidos como ativos disponíveis para venda. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- **Contas a receber, créditos com pessoas ligadas, fornecedores, dívidas com pessoas ligadas, arrendamento mercantil e outras contas a pagar** – São classificadas como mantidas até o vencimento e mensuradas pelo custo amortizado.
- **Debêntures –** São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registradas pelo custo amortizado. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação e têm volume insignificante de transações em um mercado secundário, não proporcionando, de acordo com entendimento da Administração da Companhia, informação contábil mais relevante. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA.
- **Empréstimos –** São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo custo amortizado. Esta classificação foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação e no entendimento da Administração, os valores mensurados ao custo amortizado refletem a informação contábil mais relevante. Para fins de divulgação, os empréstimos tiveram seus valores justos calculados com base nas projeções de índices futuros divulgados pela BM&F.
- **Financiamentos –** São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelo custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo, UMBNDES – Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ou à LIBOR. Conforme descrito na nota explicativa nº. 15, esses financiamentos são relativos a operações de "Project Finance" (financiamentos do BNDES e BID).

As operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de

meios eletrônicos que potencialmente sujeitam as controladas e controladas em conjunto à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto buscam realizar parte de suas captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da LIBOR relativa aos empréstimos denominados em dólares norte-americanos, (2) da TJLP e CDI relativos aos empréstimos em reais, (3) da Cesta de Moedas (UMBNDES) relativa ao empréstimo em reais tomado com o BNDES, (4) IGP-M e CDI relativo às debêntures e (5) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 5, 15 e 16.

As tarifas de pedágio e de metrô são atualizadas pela variação dos seguintes índices:

Controladas	**Índices de atualização (variação)**
AutoBAn	100% do IGP-M
ViaOeste	100% do IGP-M
Renovias	100% do IGP-M
RodoAnel	100% do IPCA
ViaQuatro	Média ponderada, sendo: 50% IGP-M e 50% IPC
NovaDutra	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 13% da 36, 16% da 37, 20% da 38 e 51% da 39.
RodoNorte	Média ponderada de diversos índices, sendo: 10% do INCC (coluna 2), 10% do IGP-M e os seguintes componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil: 20% da 36, 20% da 37, 10% da 38 e 30% da 39.
Ponte	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 30% da 36, 30% da 37 e 40% da 39.
ViaLagos	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 15% da 36, 20% da 37, 15% da 38 e 50% da 39.

As colunas de índices da FGV mencionadas acima são relativas aos seguintes itens da construção civil:

Coluna 36	Obras de arte especiais (Pontes, viadutos e passarelas)
Coluna 37	Pavimento
Coluna 38	Terraplenagem
Coluna 39	Serviços de Consultoria

Em 20 de julho de 2009, a controlada em conjunto ViaQuatro, para cumprir exigência do contrato de financiamento com o BID contratou operação de hedge da taxa Libor de seis meses com "cap" de 4,5% a.a., através da aquisição de opções de compra, com vencimentos de acordo com o fluxo de pagamento de juros da dívida. O valor nocional das opções corresponde a 75% do valor dos desembolsos do BID até 15 de fevereiro de 2013. Após essa data, o valor da proteção correspondente a 100% do total desembolsado até o vencimento do financiamento.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto para a aquisição de insumos e a contratação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge (Swap)* para mitigar esses riscos.

As controladas financiam parte de suas operações com empréstimos em moeda estrangeira vinculados ao dólar (EUA) e ao Iene (Japão), equivalentes em 30 de setembro de 2009, a R$ 272.919 (R$ 246.637 em 30 de junho de 2009) (nota explicativa nº. 15). Desse montante, as controladas contrataram operações de hedge (Swap) no valor de R$ 107.114 (R$ 118.054 em 30 de junho de 2009). O empréstimo vinculado à cesta de moedas do BNDES na controlada RodoNorte, no montante de R$ 2.409 não está protegido por operações de hedge, assim como o financiamento do BID na controlada em conjunto ViaQuatro, com amortização do principal a partir de 2013.

A controlada em conjunto ViaQuatro possui compromissos de aquisição de equipamentos vinculados ao Dólar (EUA) e ao Euro (EU) e para proteção de seus fluxos de caixa futuros contratou operações de hedge equivalentes em 30 de setembro de 2009 a R$ 29.804 (R$ 16.720 em 30 de junho de 2009).

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não possuem instrumentos financeiros derivativos de caráter especulativo, tampouco, os nomeados, instrumentos financeiros derivativos exóticos.

A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados, por meio dos seus controles internos.

A Companhia (controladora) não contratou instrumentos financeiros derivativos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

Os instrumentos derivativos utilizados pelas controladas e controladas em conjunto são relativos a:

- Contratos de hedge (swap) onde há troca da moeda e da taxa de juros, de dólares norte-americanos (USD), Euros (EUR) e Ienes japoneses (JPY) por um percentual do CDI.
- Opções de compra da taxa Libor com “cap” de 4,5% a.a. para todo o fluxo de pagamento de juros da dívida da controlada em conjunto ViaQuatro com o BID, de acordo com as condições definidas no contrato de financiamento (vide nota explicativa 15).

As operações com derivativos têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de hedge e estão registrados pelo seu valor justo. Por não ter atendido todas as condições para contabilização como hedge (hedge accounting), os efeitos dos ajustes de valor justo estão sendo contabilizados no resultado quando incorridos. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são calculados projetando-se os fluxos futuros, de acordo com as taxas contratuais e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando as projeções para o cupom limpo, divulgado pela BM&F, relativo ao último dia útil do período a que as demonstrações financeiras se referem, respeitando o prazo restante de cada operação, quando as operações protegem variações no dólar americano, ou por cálculo equivalente ao do cupom limpo em dólar (EUA) para as operações em outras moedas estrangeiras (Euro e Iene). Os valores justos foram determinados com base na curva ativa dos contratos, tendo sido adotado como valor justo para a curva passiva, os valores contábeis atualizados registrados pela curva. Essas estimativas não indicam necessariamente os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção patrimonial (*hedge*)

				Valores de Referência (Nocional)				Valor Justo		Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado				Resultado	
	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local - Recebidos (Pagos)		Valores a receber / (recebidos)		Valores a pagar / (pagos)		Efeito acumulado ganho / (Perda)	
					30/9/2009	30/6/2009	30/9/2009	30/6/2009	30/9/2009	30/6/2009	30/9/2009	30/6/2009	30/9/2009	30/6/2009	30/9/2009	30/6/2009	30/9/2009	30/9/2008
OPERAÇÕES EM ABERTO (VALOR JUSTO)																		
OPÇÕES DE COMPRA																		
ViaQuatro																		
Posição ativa	Vários (1)	30/09/2009	11/08/2022 (2)	Libor c/ "Cap" 4,5% a.a.	9.865	-	18.530	-	14.681	-	-	-	14.681	-	-	-	(3.848)	-
SWAP																		
Ponte																		
Posição ativa	Banco ABN Amro Real	14/07/2009	09/07/2010	USD + 3,19% a. 123,5% do CDI	13.999	13.999	25.271 (28.483)	28.911 (25.370)	25.454 (28.483)	28.767 (25.370)	-	-	-	3.397	3.029	-	(13.188)	1.078
Posição passiva																		
Posição ativa	Banco ABN Amro Real	14/07/2009	09/07/2010	USD + 3,19% a. 123,5% do CDI	2.085		3.764 (4.243)		3.791 (4.243)		-	-	-	-	452	-	(452)	
Posição passiva																		
ViaLagos																		
Posição ativa	Banco do Brasil	05/09/2007	20/08/2010	JPY + 5,8225% 103,2% do CDI	3.504.507	3.504.507	78.519 (74.388)	79.111 (72.748)	80.777 (74.388)	82.348 (72.748)	-	-	6.389	9.600	-	-	(27.209)	(1.451)
Posição passiva																		
ViaQuatro																		
Posição ativa	Banco Bradesco	30/09/2009	30/10/2009	USD+ 7,5% a.a. 99,5% do CDI	11.250	-	20.168 (20.168)	-	20.247 (20.168)	-	-	-	79	-	-	-	79	-
Posição passiva																		
Posição ativa	Banco Bradesco	30/09/2009	30/10/2009	EUR+ 6,0% a.a. 99,5% do CDI	3.686	-	9.636 (9.636)	-	9.661 (9.636)	-	-	-	25	-	-	-	25	-
Posição passiva																		
							18.970	9.904	17.693	12.997	-	-	21.174	12.997	3.481	-	(44.593)	(373)
TOTAL OPERAÇÕES EM ABERTO																		
OPERAÇÕES LIQUIDADAS (VALOR JUSTO)																		
Ponte																		
Posição ativa	Banco ABN Amro Real	14/07/2008	14/07/2009	USD + 6,13% a. 109,7% do CDI	-	11.001	-	22.718 (19.936)	-	22.600 (19.936)	7.352	-	(7.352)	2.664	-	-	(632)	847
Posição passiva							-		-									
ViaQuatro																		
Posição ativa	Banco Bradesco	04/09/2009	30/09/2009	USD+ 9,0% a.a. 100% do CDI	4.460	-	-	-	-	-	(339)	-	-	-	(339)	-	(339)	-
Posição passiva							-	-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	31/08/2009	30/09/2009	EUR+ 1,4% a.a. 100% do CDI	3.686	-	-	-	-	-	(374)	-	-	-	(374)	-	(374)	-
Posição passiva							-	-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	31/08/2009	30/09/2009	USD+ 1,4% a.a. 100% do CDI	8.910	-	-	-	-	-	(965)	-	-	-	(965)	-	(965)	-
Posição passiva							-	-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	05/08/2009	04/09/2009	USD + 1,0% a.a 100% do CDI	4.460	-	-	-	-	-	99	-	(99)	-	-	-	99	-
Posição passiva							-	-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	31/07/2009	31/08/2009	EUR+ 1,0% a.a. 100% do CDI	3.686	-	-	-	-	-	18	-	(18)	-	-	-	18	-
Posição passiva							-	-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	31/07/2009	31/08/2009	USD+ 1,5% a.a. 100% do CDI	11.029	-	-	-	-	-	(195)	-	-	-	(195)	-	(195)	-
Posição passiva							-	-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	31/07/2009	20/08/2009	USD+ 2,0% a.a. 100% do CDI	1.414	-	-	-	-	-	(63)	-	-	-	(63)	-	(63)	-
Posição passiva							-	-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	06/07/2009	05/08/2009	EUR+ 2,15% a. 100% do CDI	2.968	-	-	-	-	-	(430)	-	-	-	(430)	-	(430)	-
Posição passiva							-	-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	19/06/2009	08/07/2009	USD+ 6,0% a.a. 100% do CDI	3.536	3.536	-	6.903 (6.985)	-	6.786 (6.985)	(33)	-	-	-	(33)	199	(35)	-
Posição passiva							-	-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	05/06/2009	06/07/2009	EUR+ 5% a.a. 99% do CDI	2.968	2.968	-	8.176 (8.248)	-	7.841 (8.248)	(142)	-	-	-	(142)	407	(144)	-
Posição passiva							-	-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	11/05/2009	03/07/2009	USD+ 0,8% a.a. 100% do CDI	706	706	-	1.379 (1.488)	-	1.363 (1.488)	(112)	-	-	-	(112)	125	(113)	-
Posição passiva							-	-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	19/06/2009	26/06/2009	USD+ 31,0% a. 100% do CDI	742	742	-	-	-	-	(5)	(5)	-	-	(5)	(5)	(5)	-
Posição passiva							-	-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	19/06/2009	26/06/2009	USD+ 31,0% a.a. 100% do CDI	3.536	3.536	-	-	-	-	(22)	(22)	-	-	(22)	(22)	(22)	-
Posição passiva							-	-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	05/06/2009	19/06/2009	USD+ 1,1% a.a. 99% do CDI	742	742	-	-	-	-	7	7	(7)	(7)	-	-	7	-
Posição passiva							-	-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	22/05/2009	19/06/2009	USD+ 1,0% a.a. 100% do CDI	3.535	3.535	-	-	-	-	(1.169)	(1.169)	-	-	(1.169)	(1.169)	(1.169)	-
Posição passiva							-	-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	02/04/2009	19/06/2009	USD+ 8,3% a.a. 100% do CDI	3.535	3.535	-	-	-	-	(241)	(241)	-	-	(241)	(241)	(241)	-
Posição passiva							-	-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	30/04/2009	05/06/2009	EUR+ 5,0% a.a. 100% do CDI	2.968	2.968	-	-	-	-	(432)	(432)	-	-	(432)	(432)	(432)	-
Posição passiva							-	-	-	-								

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Continuação da composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção patrimonial (*hedge*)

					Valores de Referência (Nocional)			Valor Justo		Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado				Resultado	
	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Moeda Estrangeira		Moeda Local			Moeda Local - Recebidos (Pagos)		Valores a receber / (recebidos)		Valores a pagar / (pagos)		Efeito acumulado ganho / (Perda)	
					30/9/2009	30/6/2009	30/9/2009	30/6/2009		30/9/2009	30/6/2009	30/9/2009	30/6/2009	30/9/2009	30/6/2009	30/9/2009	30/9/2008
Posição ativa	Banco Bradesco	05/05/2009	05/06/2009	USD+ 7,0% a.a. 100% do CDI	742	742	-	-	-	(144)	(144)	-	-	(144)	(144)	(144)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	23/04/2009	22/05/2009	USD+ 0,5% a.a. 100% do CDI	3.536	3.536	-	-	-	(717)	(717)	-	-	(717)	(717)	(717)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	14/04/2009	05/05/2009	USD+ 1,7% a.a. 100% do CDI	742	742	-	-	-	(46)	(46)	-	-	(46)	(46)	(46)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	27/02/2009	11/05/2009	USD+ 0,7% a.a. 100% do CDI	706	706	-	-	-	(253)	(253)	-	-	(253)	(253)	(253)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	15/12/2008	30/04/2009	EUR + 4,6% a.a. 100% do CDI	73	73	-	-	-	(32)	(32)	-	-	(32)	(32)	(35)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	27/02/2009	30/04/2009	EUR + 0,4% a.a. 100% do CDI	2.968	2.968	-	-	-	(517)	(517)	-	-	(517)	(517)	(517)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	31/03/2009	30/04/2009	USD + 12% a.a. 100% do CDI	3.528	3.528	-	-	-	(506)	(506)	-	-	(506)	(506)	(506)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	23/03/2009	23/04/2009	USD + 1,6% a.a. 100% do CDI	3.536	3.536	-	-	-	(215)	(215)	-	-	(215)	(215)	(215)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	13/03/2009	14/04/2009	USD + 9% a.a. 100% do CDI	742	742	-	-	-	(111)	(111)	-	-	(111)	(111)	(111)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	15/12/2008	02/04/2009	USD + 3,30% a.a. 100% do CDI	3.533	3.533	-	-	-	(566)	(566)	-	-	(566)	(566)	(380)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	03/03/2009	31/03/2009	USD + 1,3% a.a. 100% do CDI	3.528	3.528	-	-	-	(385)	(385)	-	-	(385)	(385)	(385)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	15/12/2008	31/03/2009	EUR + 4,1% a.a. 100% do CDI	73	73	-	-	-	(18)	(18)	-	-	(18)	(18)	(21)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	19/02/2009	23/03/2009	USD + 5% a.a. 100% do CDI	3.536	3.536	-	-	-	(333)	(333)	-	-	(333)	(333)	(333)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	27/02/2009	20/03/2009	EUR + 0,6% a.a. 100% do CDI	351	351	-	-	-	7	7	(7)	(7)	-	-	7	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	15/12/2008	13/03/2009	USD + 2,7% a.a. 100% do CDI	742	742	-	-	-	(95)	(95)	-	-	(95)	(95)	(54)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	04/02/2009	03/03/2009	USD + 1% a.a. 100% do CDI	3.528	3.528	-	-	-	262	262	(262)	(262)	-	-	262	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	15/12/2008	27/02/2009	EUR + 3,2% a.a. 100% do CDI	2.136	2.136	-	-	-	(647)	(647)	-	-	(647)	(647)	(753)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	15/12/2008	27/02/2009	USD + 2,2% a.a. 100% do CDI	1.979	1.979	-	-	-	(170)	(170)	-	-	(170)	(170)	(55)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	15/12/2008	27/02/2009	EUR + 3,2% a.a. 100% do CDI	73	73	-	-	-	(22)	(22)	-	-	(22)	(22)	(25)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	15/12/2008	03/02/2009	USD + 1,70% a.a. 100% do CDI	3.533	3.533	-	-	-	(266)	(266)	-	-	(266)	(266)	(55)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	15/12/2008	13/02/2009	USD + 1,80% a.a. 100% do CDI	108	108	-	-	-	(15)	(15)	-	-	(15)	(15)	(9)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	15/12/2008	19/02/2009	USD + 2,15% a.a. 100% do CDI	3.536	3.536	-	-	-	(329)	(329)	-	-	(329)	(329)	(124)	-
Posição passiva							-	-	-								
Posição ativa	Banco Bradesco	15/12/2008	30/01/2009	EUR + 2,9% a.a. 100% do CDI	73	73	-	-	-	(24)	(24)	-	-	(24)	(24)	(26)	-
Posição passiva							-	-	-								
TOTAL OPERAÇÕES LIQUIDADAS					-	2.519	-	1.934	(2.187)		(7.004)	(7.745)	2.388	(9.933)	(6.550)	(9.529)	847
TOTAL OPERAÇÕES					19.410	12.423	17.693	14.931	(2.187)		(7.004)	13.429	15.385	(6.452)	(6.550)	(54.122)	474

(1) As contrapartes são : Banco Santander (Brasil) S.A., SMBC Capital Markets Limited, Banco Bilbao Vizcaya Argentina, S.A , WestLB AG, New York Branch , Espirito Santo Investiment p.l.c , Societe Generale/Paris

(2) As opções de compra estão divididas em cinquenta e quatro tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com o primeiro vencimento em agosto de 2009.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Todos os instrumentos financeiros derivativos das controladas e controladas em conjunto foram negociados em mercado de balcão.

As controladas e controladas em conjunto registraram resultados com instrumentos financeiros derivativos nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2009 e 2008, conforme o quadro abaixo:

Receitas e (despesas) com instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado	
	30/09/09	**30/09/08**
Derivativos com propósito de proteção		
Riscos cambiais	(50.274)	474
Riscos de juros	(3.848)	-
Total	(54.122)	474

Ganhos/(perdas) de operações desreconhecidas como contabilidade de hedge

As operações de hedge das controladas e controladas em conjunto foram reconhecidas no resultado do exercício, portanto não há operações que pudessem ser desreconhecidas como contabilidade de hedge.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

		Consolidado		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
ViaQuatro				
Dívida em USD	Aumento da cotação do USD (2)	74.295	92.868	111.442
		74.295	92.868	111.442
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(10.464)	(13.066)	(15.665)
Banco Bradesco	Dívida - Aumento da cotação do EUR	9.946	12.433	14.919
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	(518)	(633)	(746)
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(21.901)	(27.346)	(32.786)
Banco Bradesco	Dívida - Aumento da cotação do USD	20.863	26.078	31.294
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	(1.038)	(1.268)	(1.492)
Ponte				
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(36.505)	(48.089)	(60.232)
Banco ABN Amro Real	Dívida - Aumento da cotação do dólar (USD)	30.419	38.024	45.628
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	(6.086)	(10.065)	(14.604)
ViaLagos				
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(81.688)	(102.842)	(124.132)
Banco do Brasil	Dívida - Aumento da cotação do Iene	83.778	104.724	125.669
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	2.090	1.882	1.537
As taxas de cotações e juros consideradas foram:				
	USD (1)	1,7928	2,241	2,6892
	EUR (1)	2,61381	3,26726	3,92071
	JPY (1)	0,020351	0,025439	0,030527
	CDI (1)	8,60%	10,75%	12,90%

(1) As taxas apresentadas acima, se referem às taxas das operações em 30/09/2009 e serviram como base para o cálculo. As mesmas foram atualizadas até o vencimento de cada um dos contratos seguindo as projeções de cupom limpo/variações da moeda para USD (divulgado pela BM&F) e cálculo equivalente foi adotado para JPY e EUR.

(2) A variação cambial foi calculada em cada data de vencimento do contrato de financiamento, de acordo com as taxas projetadas do dólar (EUA) divulgadas pela BM&F.

As controladas e controladas em conjunto possuem empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e instrumentos financeiros derivativos destinados a eliminar (ou mitigar) esses riscos.

No quadro acima, são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pelas controladas e controladas em conjunto. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio, nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Além desse cenário, a CVM através da Instrução nº. 475 determinou que fossem apresentados mais outros dois com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM, como cenários A e B, respectivamente.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

			Consolidado		
Operação	**Risco**	**Controlada / controlada em conjunto**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
Passivos Financeiros					
BID	Aumento da Libor	ViaQuatro	29.145	36.431	43.718
Hedge de taxa de juros	Aumento da Libor	ViaQuatro	(14.681)	(23.220)	(32.668)
Efeito líquido			14.464	13.211	11.050
Debêntures	Aumento do IGP-M	AutoBAn	53.945	53.368	52.793
Debêntures	Aumento do IGP-M	ViaOeste	82.572	81.389	80.210
Debêntures	Aumento do IGP-M	RodoNorte	2.736	2.720	2.705
Debêntures	Aumento do IGP-M	NovaDutra	4.216	4.190	4.164
Debêntures	Aumento do CDI	AutoBAn	32.155	39.985	47.737
Debêntures	Aumento do CDI	ViaOeste	61.681	76.682	91.525
Debêntures	Aumento do CDI	CCR	142.199	181.374	222.055
Debêntures	Aumento do IPCA	CCR	91.633	103.443	115.136
Notas Promissórias	Aumento do CDI	RodoAnel	10.687	12.766	14.810
Capital de Giro	Aumento do CDI	CPC	535	632	729
Capital de Giro	Aumento do CDI	ViaOeste	2.084	2.544	2.998
Capital de Giro	Aumento do CDI	AutoBAn	857	1.045	1.231
Capital de Giro	Aumento do CDI	NovaDutra	46.920	56.790	66.706
Capital de Giro	Aumento do CDI	Controlar	1.388	1.621	1.852
BNDES	Aumento da TJLP	AutoBAn	89.141	107.006	125.996
BNDES	Aumento da TJLP	RodoNorte	2.034	2.318	2.602
BNDES	Aumento da TJLP	CPC	1.944	2.234	2.527
Unibanco	Aumento da TJLP	AutoBAn	2.466	2.827	3.190
Bradesco	Aumento da TJLP	AutoBAn	1.644	1.884	2.127
ABN Amro Real	Aumento da TJLP	AutoBAn	822	942	1.063
BNDES (Cesta de Moedas)	Aumento da UMBNDES	RodoNorte	157	175	193
			646.280	749.146	853.399

As taxas de juros consideradas foram (1):

	CDI (2)	8,60%	10,75%	12,90%
	TJLP (3)	6,00%	7,50%	9,00%
	UMBNDES (4)	4,027%	5,033%	6,04%
	IGP-M (5)	-0,40%	-0,50%	-0,60%
	LIBOR (6)	3,05125% e 2,75125%	3,81406% e 3,439606%	4,57688% e 4,12688%
	IPCA (7)	7,61%	9,51%	11,42%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas até os vencimentos de cada um dos contratos.
(2) Refere-se à taxa de 30/09/2009, divulgada pela CETIP.
(3) Refere-se à TJLP da taxa do terceiro trimestre de 2009, divulgada pelo BNDES.
(4) Refere-se à variação da anual da cesta de moedas do BNDES em 16/07/2009.
(5) Refere-se à variação anual da taxa em 30/09/2009, divulgada pela Anbima.
(6) Refere-se à taxa Libor para seis meses utilizada no cálculo dos juros do financiamento do BID (tranche A e B) em 30/09/2009.
(7) Refere-se à variação anual do IPCA projetada pelo BNDES e divulgada em 16/10/2009.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos relativos ao Finame, em virtude de não relevância dos valores, adicionado à ausência de taxa capitalizada variável da TJLP no trimestre, conforme previsão contratual.

No quadro acima, são considerados três cenários de taxas de juros locais e da Libor para seis meses com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da administração para as variações de taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Além desse cenário, a CVM através da Instrução nº. 475 determinou que fossem apresentados mais outros dois com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM, como cenários A e B, respectivamente.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

24 Cobertura de seguros

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão especial das informações trimestrais, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de setembro de 2009, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil – de R$ 15.000 a R$ 75.000;
- Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção – de R$ 10.137 a R$ 89.534;
- Riscos de Engenharia – Ampliação e Melhoramentos – de R$ 113 a R$ 77.828;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – de R$ 15.000 a R$ 500.000;
- Perda de Receita – de R$ 15.000 a R$ 110.000.

25 Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	30/09/09	**30/06/09**	**30/09/09**	**30/06/09**
AutoBAn	1.770.242	1.948.980	1.443.380	1.570.874
RodoAnel	673.007	919.580	621.737	854.755
ViaOeste	372.687	385.158	302.050	310.568
Renovias (*)	286.384	186.457	272.065	177.135
	3.102.320	3.440.175	2.639.232	2.913.332

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

Os compromissos das concessionárias AutoBAn, ViaOeste e Renovias serão pagos em parcelas mensais e iguais até 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O compromisso da concessionária RodoAnel será pago em parcelas mensais e iguais até maio de 2010, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA, em julho de cada ano.

Esses compromissos, atualizados até 30 de setembro de 2009, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2009	323.876	302.584
2010	691.856	646.934
2011	271.105	249.143
2012	271.105	238.231
2013	359.067	311.403
Após 2013 até 2018	1.185.311	890.937
Total	3.102.320	2.639.232

No decorrer do período de nove meses foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 917.042 referente ao direito de outorga fixa (R$ 693.523 no período de nove meses de 2008).

Decorrente do direito de outorga variável – AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel e Renovias

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O compromisso, em 30 de setembro de 2009, era de R$ 10.475 (R$ 8.624 em 30 de junho de 2009).

No decorrer do período de nove meses foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 40.302 referente ao direito de outorga variável (R$ 36.490 no período de nove meses de 2008).

b. Compromissos relativos às concessões – (não revisado)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, as controladas assumiram o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias, bem como adquirir o material rodante, implantar sistemas, operar e realizar manutenção da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Em 30 de setembro de 2009, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R$ 5.400.288 (R$ 5.564.163 em 30 de junho de 2009), a serem realizados até o final do prazo da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	30/09/09	30/06/09
RodoNorte	1.358.260	1.377.718
ViaQuatro (*)	1.211.942	1.211.942
AutoBAn	1.023.673	1.140.547
ViaOeste	600.977	633.559
NovaDutra	526.811	495.897
RodoAnel	320.669	331.146
Renovias (*)	283.178	304.242
Ponte	63.511	57.871
ViaLagos	11.267	11.241
	5.400.288	5.564.163

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

c. Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão (não revisado)

A prática contábil adotada pelas concessionárias é a de não registrar o imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão; entretanto é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). A segregação foi realizada com base em laudo de avaliação emitido por empresa independente e especializada. A posição consolidada está demonstrada conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação/ amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido 30/09/09	Líquido 30/06/09
Imobilizado transferido:					
Serviços iniciais	3,49	22.069	(11.686)	10.383	10.585
Terraplanagem	5,56	130.233	(82.489)	47.744	49.385
Pavimentação	14,29	197.770	(197.770)	-	-
Obras de arte correntes	8,33	39.924	(37.826)	2.098	2.785
Obras de arte especiais	8,33	255.934	(242.486)	13.448	17.856
Sinalização e segurança	25	15.328	(15.328)	-	-
Obras complementares	6,25	7.228	(5.144)	2.084	2.183
Recomposição ambiental e outros	10	8.673	(8.673)	-	-
Equipamentos de arrecadação e pesagem	25	9.500	(9.500)	-	-
Delegação dos serviços públicos (*)	3,59	3.637.415	(893.097)	2.744.318	2.700.214
		4.324.074	(1.503.999)	2.820.075	2.783.008

(*) Refere-se à delegação dos serviços públicos das concessionárias RodoAnel, AutoBAn, ViaOeste, ViaLagos e Renovias (40%). Parte do custo da delegação dos serviços públicos está registrada como pagamentos antecipados relacionados à concessão, conforme nota explicativa nº.9.

d. Obras a executar - ViaOeste

	30/09/09	30/06/09
Não circulante	9.673	9.491

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias para a controlada ViaOeste.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 11, de 08 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingisse o montante de R$ 98.303, a controlada deveria voltar a depositar o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações previstas nos itens 3.1 e 3.2 do Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004. O total de retenções foi atingido no terceiro trimestre de 2008 e a controlada passou a depositar o ônus fixo.

26 Demonstração dos fluxos de caixa

Em complementação à Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado constante nas páginas 20-22 destas Informações Trimestrais, abaixo apresentamos abertura das informações relativas aos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, decorrente da compra de 45% da Controlar S.A. no período:

Caixa e bancos	1.275
Aplicações financeiras	3.763
Contas a receber	423
Impostos a recuperar	4
Despesas antecipadas	170
Outras contas a receber	194
Imobilizado	19.824
Intangível	708
Diferido	2.112
Empréstimos	(17.456)
Arrendamento mercantil	(2.305)
Fornecedores	(927)
Impostos e contribuições a recolher	(1.161)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.264)
Outras contas a pagar	(12)
Ágio na aquisição da Controlar	136.719
Caixa da Controlar	(5.038)
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da Controlar	137.029

27 Eventos subsequentes

a) Emissão de debêntures pela controlada RodoAnel

Em 9 de outubro de 2009, a Controlada RodoAnel recebeu os recursos provenientes do Contrato de Coordenação de Distribuição Pública Restrita, firmado em 25 de setembro de 2009 sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, com Garantia Adicional Fidejussória, em duas séries, não conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, da 1ª (primeira) Emissão da Concessionária. A Emissão foi composta por 20 (vinte) Debêntures, no valor nominal unitário de R$ 37.500 cada, totalizando R$ 750.000, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 1 (uma) debênture (R$37.500) garantidas por fiança prestada pela Encalso Construções Ltda. e seus Acionistas; e (ii) segunda série composta por 19 (dezenove) debêntures (R$ 712.500) garantidas por fiança prestada pela CCR.

As debêntures serão remuneradas pela taxa de 117,50% do CDI.

O pagamento da remuneração será feita em 15 de maio e 15 de novembro, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2011 e o último em 15 de novembro de 2012.

O pagamento do principal será feito em parcela única em 15 de novembro de 2012.

b) Emissão de ações pela controladora

Em 21 de outubro de 2009 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social no montante de R$ 1.098.900, passando de R$ 791.761 para R$ 1.890.660, mediante a emissão de 33.300.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O aumento decorreu da emissão de ações para subscrição pública (nacional e com esforço de vendas no exterior), com características e direitos idênticos aos das ações anteriormente existentes.

O preço de cada ação foi definido em R$ 33,00 (trinta e três reais), através de processo de "bookbuilding" aprovado na mesma data.

A liquidação financeira da operação ocorreu em 27 de outubro de 2009.

A quantidade total de ações objeto da Oferta poderá ser acrescida em até 15%, se houver o exercício da opção de lote complementar.

28 Demonstração do Valor Adicionado

a. Demonstração do Valor Adicionado – Controladora

Trimestres e Períodos findos em 30 de setembro de 2009 e 2008

(Em milhares de reais)

	2009		2008	
	3º Trimestre	Nove meses	3º Trimestre	Nove meses
Receitas				
Serviços prestados	16.924	50.860	16.589	49.764
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(4.595)	(14.205)	(6.092)	(17.471)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.813)	(16.182)	(8.938)	(32.817)
Valor adicionado bruto	7.516	20.473	1.559	(524)
Depreciação e amortização	(1.797)	(5.399)	(2.051)	(6.142)
Valor adicionado (reduzido) líquido gerado pela Companhia	5.719	15.074	(492)	(6.666)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	202.851	564.687	222.000	549.835
Receitas financeiras	26.855	85.834	16.916	39.635
Valor adicionado total a distribuir	235.425	665.595	238.424	582.804
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	9.968	32.332	9.438	31.952
Benefícios	1.866	4.927	1.315	3.838
FGTS	425	1.277	443	1.219
Outras	74	267	156	326
Tributos				
Federais	2.764	6.985	1.938	4.046
Municipais	54	273	110	388
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	34.736	95.086	5.048	15.925
Aluguéis	537	1.599	595	1.625
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	337.848	337.848		
Lucros retidos do exercício	(152.847)	185.001	219.381	523.485
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-		-
Valor adicionado distribuído total	235.425	665.595	238.424	582.804

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Demonstração do Valor Adicionado – Consolidado

Trimestres e Períodos findos em 30 de setembro de 2009 e 2008

(Em milhares de reais)

	2009		2008	
	3º Trimestre	Nove meses	3º Trimestre	Nove meses
Receitas				
Serviços prestados	875.277	2.460.617	802.504	2.154.855
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(105.667)	(317.406)	(106.237)	(293.526)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(41.780)	(111.848)	(40.679)	(108.447)
Valor adicionado bruto	727.830	2.031.363	655.588	1.752.882
Depreciação e amortização	(103.843)	(305.638)	(91.979)	(262.118)
Valor adicionado (reduzido) líquido gerado pela Companhia	623.987	1.725.725	563.609	1.490.764
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
Receitas financeiras	49.875	186.507	53.972	129.298
Valor adicionado total a distribuir	673.862	1.912.232	617.581	1.620.062
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	47.533	146.128	40.727	133.270
Benefícios	11.381	32.607	8.803	25.268
FGTS	2.628	7.910	2.531	6.930
Outras	840	2.219	1.087	2.469
Tributos				
Federais	171.410	465.879	157.049	388.541
Estaduais	6	396	7	348
Municipais	44.677	112.753	26.095	71.424
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	134.405	409.427	101.654	304.972
Aluguéis	4.014	11.783	3.607	8.872
Outorga	70.483	195.426	54.069	147.032
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	337.848	337.848	-	-
Lucros retidos do exercício	(152.847)	185.001	219.381	523.485
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	1.484	4.855	2.571	7.451
Valor adicionado distribuído total	673.862	1.912.232	617.581	1.620.062

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) é uma holding criada para administrar investimentos em infra-estrutura no país e no exterior. No momento, a Companhia mantém investimentos em concessões rodoviárias e concessão metroviária no país, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionadas às operações. Ver o comentário de desempenho consolidado.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Resultados do 3° Trimestre de 2009

A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), a maior empresa de concessões de rodovias do Brasil em termos de receita, divulga seus resultados do 3º trimestre de 2009.

As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas em bases consolidadas, em reais, de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 3T08 e ao 9M08.

Os resultados das concessionárias Renovias, RodoAnel Oeste e Controlar passaram a ser incluídos na CCR a partir de junho de 2008, dezembro de 2008 e 13 de agosto de 2009, respectivamente. As informações financeiras desconsiderando os efeitos dessas incorporações são referidas nesse documento pelo termo "Excluindo-se Renovias, RodoAnel e Controlar " e os resultados apresentados são Pro Forma.

Apresentação dos Resultados

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Companhia de Concessões Rodoviárias - CCR aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Companhia adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008. Essas alterações são demonstradas na Nota Explicativa n° 3.1 do ITR do 3T09.

Para fins de divulgação das informações trimestrais comparativas, a Companhia seguiu a Deliberação CVM 506 de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação e, consequentemente, reapresentando as informações do 3T08 e dos 9M08.

Principais Destaques

- A Receita Líquida alcançou R$ 795,2 milhões (+6,9%) no 3T09 e R$ 2.248,0 milhões (+12,4%) nos 9M09. *Excluindo-se Renovias, RodoAnel e Controlar, a Receita Líquida alcançou R$ 737,1 milhões (+2,0%) no 3T09 e R$ 2.100,5 milhões (+6,5%) nos 9M09*.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- O EBIT atingiu R$ 400,8 milhões (+3,2%) no 3T09 e R$ 1.098,5 milhões (+10,6%) nos 9M09. A margem EBIT alcançou 50,4% (-1,8 p.p.) no 3T09 e 48,9% (-0,7 p.p) nos 9M09. *Excluindo-se Renovias, RodoAnel e Controlar, o EBIT atingiu R$ 379,4 milhões no 3T09 e R$ 1.049,4 milhões nos 9M09.*

- O EBITDA atingiu R$ 518,7 milhões (+7,5%) no 3T09 e R$ 1.440,1 milhões nos 9M09 (+14,2%). A margem EBITDA alcançou 65,2% (+0,4 p.p.) no 3T09 e 64,1% (+1,0 p.p.) nos 9M09. *Excluindo-se Renovias, RodoAnel e Controlar, o EBITDA atingiu R$ 473,7 milhões no 3T09 e R$ 1.331,1 milhões nos 9M09.*

- O Lucro Líquido atingiu R$ 185,0 milhões (-15,7%) no 3T09 e R$ 522,8 milhões (-0,1%) nos 9M09. *Excluindo-se Renovias, RodoAnel e Controlar, o Lucro Líquido atingiu R$ 208,1 milhões no 3T09 e R$ 596,3 milhões nos 9M09.*

- O tráfego cresceu 14,5% no 3T09 e 16,3% nos 9M09. *Comparando-se a mesma base de tráfego, i.e., sem a adição da Renovias e RodoAnel, o tráfego apresentou queda de 1,7% no 3T09 e 1,3% nos 9M09.*

- O número de usuários da STP (arrecadação eletrônica) expandiu-se em 44,6%, em relação ao 3T08, atingindo 1.675 mil tag's ativos.

- No dia 13 de agosto de 2009, a sua controlada Companhia de Participações em Concessões ("CPC") finalizou as etapas previstas no Contrato de Compra e Venda celebrado em 9 de fevereiro de 2009 e passou a deter 45% (quarenta e cinco por cento) do capital social da Controlar.

- Em 30 de setembro de 2009, a CCR realizou pagamento de dividendos no montante de R$ 1,26 por ação, totalizando R$ 507,9 milhões.

- Em 21 de outubro de 2009 o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital no montante de R$ 1.098,9 milhões, mediante a emissão de 33.300.000 ações ordinárias, ao preço de R$ 33,00 por ação, sendo que a liquidação financeira ocorreu em 27 de outubro de 2009. A quantidade de ações poderá ser acrescida em até 15%, caso ocorra o exercício da opção de lote suplementar.

- No dia 27 de novembro, a CCR realizará o 5º CCR Day.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Indicadores Financeiros (R$ MM)	3T08 Reclassificado	3T09	Var %	9M08 Reclassificado	9M09	Var %
Receita Líquida	744,1	795,2	6,9%	1.999,8	2.248,0	12,4%
EBIT	388,4	400,8	3,2%	992,9	1.098,5	10,6%
Mg. EBIT	*52,2%*	*50,4%*	*-1,8 p.p.*	*49,6%*	*48,9%*	*-0,7 p.p.*
EBITDA	482,3	518,7	7,5%	1.261,0	1.440,1	14,2%
Mg. EBITDA	*64,8%*	*65,2%*	*+0,4 p.p.*	*63,1%*	*64,1%*	*+1,0 p.p.*
Lucro Líquido	219,4	185,0	-15,7%	523,5	522,8	-0,1%
Div. Liq./ EBITDA últ. 12m.	1,43x	2,06x	-	1,43x	2,06x	-
EBITDA / CAPEX	2,67x	1,87x	-	3,06x	2,10x	-
EBITDA / Juros e Variações Monetárias	7,24x	4,47x	-	5,80x	4,34x	-

Comentário do Presidente

Renato Alves Vale: "Temos grande satisfação em anunciar aos nossos acionistas, mercado, colaboradores, usuários e ao público interessado os significativos resultados que a CCR obteve no terceiro trimestre de 2009.

Após um primeiro semestre marcado pelos efeitos da crise mundial e forte desaceleração econômica, acreditamos que diversos dados recentes da indústria no país como forte venda de veículos, aumento da capacidade utilizada e crescimento da produção industrial, sugerem um ambiente muito mais favorável daqui para frente e nos deixam confiantes com as perspectivas futuras.

Além disso, o modelo de negócio da CCR demonstrou estar baseado em ativos com grande resistência a reveses econômicos, o que permitiu a companhia seguir o compromisso de distribuição de dividendos para os acionistas. Pagamos, em 30/09/09, R$ 1,26 por ação, o que representa 97,1% do nosso lucro líquido acumulado nos primeiros nove meses do ano de 2009.

Reiteramos aqui o compromisso com nossos acionistas e reafirmamos a estratégia de expansão dos nossos negócios e crescimento qualificado do Grupo CCR mediante a participação em novas licitações, aquisição de concessionárias de rodovias existentes e negócios relacionados sempre observando uma disciplina de capital.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Receita Bruta

Receita Bruta de Pedágio (R$ 000)	3T08	3T09	Var %	9M08	9M09	Var %
AutoBAn	298.767	**307.115**	2,8%	793.752	**846.501**	6,6%
NovaDutra	198.164	**199.384**	0,6%	547.645	**569.450**	4,0%
RodoNorte	77.158	**84.392**	9,4%	232.096	**254.595**	9,7%
Ponte	26.523	**28.413**	7,1%	74.412	**80.647**	8,4%
ViaLagos	12.411	**13.964**	12,5%	39.623	**45.954**	16,0%
ViaOeste	130.671	**137.420**	5,2%	351.143	**388.169**	10,5%
Renovias	23.249	**24.259**	4,3%	29.783	**66.884**	124,6%
RodoAnel	-	**32.688**	-	-	**87.381**	-
Total	**766.943**	**827.634**	**7,9%**	**2.068.455**	**2.339.581**	**13,1%**
% Receitas Totais	**95,6%**	**94,6%**		**96,0%**	**95,1%**	

Receitas Acessórias	3T08	3T09	Var %	9M08	9M09	Var %
Total	**19.284**	**17.049**	**-11,6%**	**46.468**	**49.123**	**5,7%**
% Receitas Totais	**2,4%**	**1,9%**		**2,2%**	**2,0%**	

Outras Receitas	3T08	3T09	Var %	9M08	9M09	Var %
Controlar	-	**6.665**		-	**6.665**	
STP	**16.276**	**23.930**	**47,0%**	**39.932**	**65.248**	**63,4%**
Total	**16.276**	**30.594**	**88,0%**	**39.932**	**71.913**	**80,1%**
% Receitas Totais	**2,0%**	**3,5%**		**1,9%**	**2,9%**	

Total da Receita Bruta	**802.504**	**875.277**	**9,1%**	**2.154.855**	**2.460.617**	**14,2%**

A contabilização da concessionária Renovias e Controlar se dá proporcionalmente, ou seja, consolidação de 40% e 45%, respectivamente, refletindo a participação da CCR nas concessionárias. Vale destacar que o início da contabilização da Renovias ocorreu a partir de junho de 2008 e da Controlar a partir do dia 13 de agosto de 2009. Na STP, onde a CCR possui participação de 38,25%, também é realizada contabilização proporcional. Em todas as outras concessionárias em operação, a CCR reporta 100% da receita.

Quanto à participação dos meios eletrônicos, na arrecadação da receita de pedágio registramos 57,4% e 55,8%, respectivamente no trimestre e nos nove meses de 2009, com crescimento de 13,1% e 18,9%, respectivamente nos períodos citados anteriormente.

O sistema “Sem Parar” atingiu 1.675 mil tag’s ativos no 3T09, apresentando uma expansão de 44,6% em relação à posição final do 3T08 e 8,9% em relação ao 2T09.

Receita Líquida

A Receita Líquida consolidada cresceu 6,9% no 3T09, quando comparada com o mesmo período do ano anterior, atingindo R$ 795,2 milhões. Nos 9M09, houve um crescimento de 12,4%, atingindo R$ 2.248,0 milhões.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

As Deduções sobre a Receita Operacional Bruta aumentaram 37,2% no 3T09, quando comparado com o 3T08, representando 9,2% da Receita Bruta do trimestre. Enquanto que nos 9M09, estas Deduções aumentaram 37,1%, sobre igual período do ano anterior, representando 8,6% da Receita Bruta no acumulado do ano.

Além da evolução relacionada aos novos negócios, o aumento das Deduções também deveu-se ao término do desconto de ISS do direito de outorga fixo da concessionária AutoBAn, conforme acordado através do Termo Aditivo Modificativo 16/06.

Tráfego

Desempenho das Concessionárias	3T08	3T09	Var %	9M08	9M09	Var %
Tráfego - Veículos Equivalentes[1]						
AutoBAn	55.111.250	54.667.836	-0,8%	156.455.886	154.056.564	-1,5%
NovaDutra	34.314.486	32.188.272	-6,2%	98.423.978	94.041.042	-4,5%
RodoNorte	14.520.514	14.481.073	-0,3%	43.518.696	43.549.237	0,1%
Ponte	7.172.902	7.224.789	0,7%	20.855.615	20.970.553	0,6%
ViaLagos	1.240.036	1.282.425	3,4%	4.124.002	4.326.369	4,9%
ViaOeste	16.042.964	15.965.190	-0,5%	46.229.661	46.569.939	0,7%
Renovias[2]	4.471.991	4.519.107	1,1%	5.852.221	12.688.492	116,8%
RodoAnel	-	25.144.234	-	-	70.722.322	-
Consolidado CCR[3]	**156.090.006**	**178.662.902**	**14,5%**	**442.545.332**	**514.465.009**	**16,3%**
Consolidado CCR sem Renovias e RodoAnel	**151.618.014**	**148.999.561**	**-1,7%**	**436.693.111**	**431.054.195**	**-1,3%**
Tarifa Média (em R$ / veic. equiv.)[4]						
AutoBAn	5,42	5,62	3,6%	5,07	5,49	8,3%
NovaDutra	5,77	6,19	7,3%	5,56	6,06	8,8%
RodoNorte	5,31	5,83	9,7%	5,33	5,85	9,6%
Ponte	3,70	3,93	6,4%	3,57	3,85	7,8%
ViaLagos	10,01	10,89	8,8%	9,61	10,62	10,6%
ViaOeste	8,15	8,61	5,7%	7,60	8,34	9,7%
Renovias	5,20	5,37	3,3%	5,09	5,27	3,6%
RodoAnel	-	1,30	-	-	1,24	-
Consolidado CCR[5]	**4,91**	**4,63**	**-5,7%**	**4,67**	**4,55**	**-2,6%**
Consolidado CCR sem Renovias e RodoAnel	**4,52**	**5,00**	**10,6%**	**4,54**	**5,02**	**10,6%**

1- Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado).

2- A quantidade de veículos equivalentes da concessionária Renovias refere-se à participação de 40% da CCR na concessionária. A concessionária Renovias passou a ser consolidada na CCR a partir de junho de 2008.

3- No consolidado da CCR, as concessionárias que cobram pedágio em apenas um sentido da rodovia (ViaOeste e Ponte) apresentam os seus volumes de tráfego dobrados, para se ajustarem a àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento se fundamenta no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

4- Tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número de veículos equivalentes de cada concessionária e consolidado.

5- Proporcionalmente o % do aumento de tráfego foi maior do que o registrado na receita de pedágio com a incorporação da concessionária RodoAnel.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O tráfego consolidado cresceu 14,5%, considerando Renovias e RodoAnel. Estas duas concessões passaram a ser consolidadas na CCR em junho e dezembro de 2008, respectivamente. Em relação ao 2T09, houve crescimento de 3,5%, influenciado tanto pela recuperação da atividade econômica quanto pelo efeito calendário sobre os veículos de passeio.

Efeito Calendário

Para melhor compreensão dos crescimentos e/ou quedas apresentadas nos tráfegos das concessionárias do Grupo CCR, é realizada uma análise onde se considera o efeito atribuído ao calendário. Avalia-se o crescimento entre períodos consecutivos, ou em relação aos mesmos períodos do ano anterior (mês, trimestre, ano) expurgando-se o impacto provocado pelo diferente número de dias úteis, finais de semana ou feriados em cada categoria de tráfego analisada. A metodologia consiste em transformar o período em questão no mesmo número de dias úteis e finais de semana que existe na base de comparação.

Tráfego Consolidado Excluindo Renovias e RodoAnel (-1,7%)

O principal efeito no calendário do 3T09 foi o maior número de feriados em relação ao mesmo período do ano anterior, o que influenciou positivamente nos veículos de passeio e negativamente nos veículos comerciais. Em 2008, o feriado de 9 de Julho (somente no estado de São Paulo) ocorreu em uma quarta-feira. Em 2009 ocorreu em uma 5ª feira, configurando um feriado prolongado. O mesmo ocorreu com o feriado de 7 de Setembro que, em 2008 ocorreu num domingo e, em 2009 ocorreu numa 2ª feira. O impacto do efeito calendário equivale a aproximadamente +0,1% no tráfego consolidado. Por outro lado, existe a influência negativa relativa à atividade econômica, que foi de aproximadamente -1,8% (contra -0,2% apresentada no 2T09). Esse resultado é consequência do excepcional tráfego ocorrido no 3T08, onde o tráfego registrou volume histórico no mês de Julho. Já contra o 2T09, o tráfego apresentou um crescimento de +2,5%.

Veículos de Passeio (+1,6%)

Os veículos de passeio cresceram +1,6% em relação ao 3T08, resultado da contribuição do efeito calendário de +1,7% e do crescimento vegetativo, que foi da ordem de -0,1%.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Veículos Comerciais (-4,2%)

Os veículos comerciais apresentaram retração de -4,2%, resultado da contribuição negativa do efeito calendário de -1,2% e da atividade econômica -3,0%. Com relação ao 2T09, o resultado da atividade econômica sobre os veículos comerciais foi aproximadamente +1,0%, indicando recuperação no 3T09.

Tráfego das Concessionárias – Composição do Mix

Veículos Equivalentes	3T08		3T09	
	Leves	Comerciais	Leves	Comerciais
AutoBAn	43,0%	57,0%	44,5%	55,5%
NovaDutra	26,8%	73,2%	28,0%	72,0%
Rodonorte	22,1%	77,9%	22,9%	77,1%
Ponte	82,1%	17,9%	82,1%	17,9%
ViaLagos	77,9%	22,1%	78,2%	21,8%
ViaOeste	50,1%	49,9%	51,3%	48,7%
Renovias	49,8%	50,2%	51,1%	48,9%
RodoAnel			60,1%	39,9%
Consolidado CCR	43,3%	56,7%	58,3%	41,7%
Consolidado CCR sem Renovias e RodoAnel	42,8%	57,2%	44,2%	55,8%

Tráfego das Concessionárias - Análise de Drivers

	Veículos Leves			Veículos Comerciais		
Concessionária	Efeito Calendário	Atividade Econômica	Total	Efeito Calendário	Atividade Econômica	Total
AutoBAn	1,7%	1,1%	2,8%	-1,0%	-2,5%	-3,5%
NovaDutra*	3,1%	-5,0%	-1,9%	-1,1%	-6,7%	-7,8%
ViaOeste	1,3%	0,6%	1,9%	-1,0%	-1,9%	-2,9%
RodoNorte	5,9%	-2,6%	3,3%	-1,7%	0,5%	-1,2%
ViaLagos	7,1%	-3,3%	3,8%	-1,4%	3,4%	2,0%
Ponte	-0,4%	1,2%	0,8%	-2,3%	2,8%	0,5%
Renovias	2,3%	1,3%	3,6%	-2,2%	0,7%	-1,5%

* O item efeito da atividade econômica na NovaDutra também inclui a perda de tráfego para a Rodovia Ayrton Senna, devido ao desconto tarifário que foi concedido por conta da concessão dessa via para a iniciativa privada.

RodoAnel – Verifica-se a recuperação do tráfego devida ao efeito “ramp-up” (recuperação gradual, após o reconhecimento, pelos usuários, dos benefícios de custo, tempo e segurança proporcionados pela concessionária). O crescimento de tráfego no 3T09 sobre o 2T09 foi de +5,8%, sendo +4,0% nos veículos de passeio e +8,7% nos veículos comerciais.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Custos Totais[1]

Custos (R$ MM)	3T08 Reclassificado	3T09	Var %	9M08 Reclassificado	9M09	Var %
Custos Totais	355,7	394,4	10,9%	1.006,9	1.149,5	14,2%
Depreciação e Amortização	92,0	103,8	12,9%	262,1	305,6	16,6%
Serviços de Terceiros	97,4	93,8	-3,7%	274,1	277,1	1,1%
Custo da Outorga	54,7	70,5	28,9%	147,0	195,4	32,9%
Custo com Pessoal	60,3	70,8	17,3%	187,5	213,0	13,6%
Outros	51,3	55,5	8,1%	136,1	158,3	16,3%

Custos (R$ MM)	*Pro Forma**					
	3T08	3T09	Var %	9M08	9M09	Var %
Custos Totais	340,3	348,0	2,3%	988,1	1.027,0	3,9%
Depreciação e Amortização	84,1	92,0	9,4%	253,3	274,6	8,4%
Serviços de Terceiros	96,5	87,3	-9,5%	273,0	262,0	-4,0%
Custo da Outorga	51,9	55,4	6,8%	144,2	157,2	9,0%
Custo com Pessoal	57,4	62,5	8,8%	183,7	190,6	3,8%
Outros	50,4	50,8	0,8%	134,0	142,6	6,4%

* Sem Renovias, RodoAnel, Controlar e ViaQuatro.

Nesta seção, também apresentamos os custos sem os efeitos da consolidação da concessionária ViaQuatro, que a partir de janeiro de 2009, passou a transitar na DRE os custos anteriormente registrados como ativo diferido, em decorrência da adoção da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. Os principais motivos dessas variações são discutidos a seguir:

Depreciação e Amortização: A majoração relativa às despesas de Depreciação e Amortização refere-se à maior transferência de ativo em andamento para ativo definitivo (e, consequentemente, início da depreciação) na RodoNorte e NovaDutra, e amortização do ágio pago na aquisição de participação de 40% na Renovias e 45% na Controlar.

Serviços de Terceiros: A redução registrada no 3T09 deveu-se ao custo de contratação de consultoria jurídica, de engenharia e outras despesas relacionadas à participação da CCR em concorrências públicas no 3T08.

Custo da Outorga: A variação no Custo da Outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) ocorreu devido ao aumento na parcela variável, resultado do crescimento da receita, já o da parcela fixa resulta do reajuste ocorrido em julho/09 nas concessionárias AutoBAn, ViaOeste e Renovias. O custo da outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) por concessionária no 3T09 foi: R$ 41,9 milhões na AutoBAn, R$ 13,3 milhões na ViaOeste, R$ 294 mil na ViaLagos, R$ 2,2 milhões na Renovias e R$ 12,8 milhões no RodoAnel Oeste.

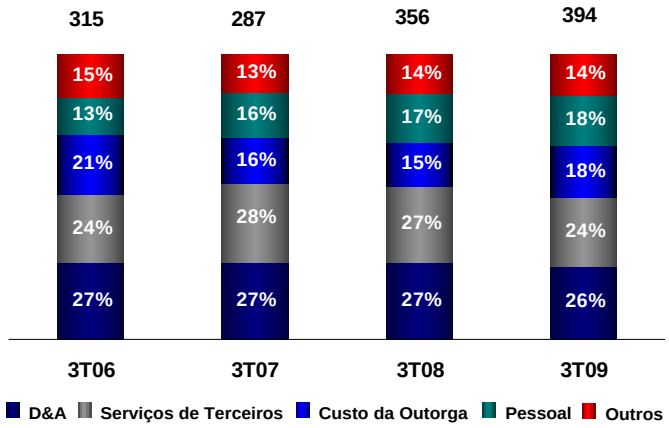
[1] Custos Totais = Custos dos Serviços Prestados + Despesas Administrativas + Outras Despesas e Receitas Operacionais.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Custo com Pessoal: O crescimento no Custo com Pessoal deveu-se principalmente ao aumento do quadro de funcionários (+651 funcionários), devido a consolidação proporcional da Renovias, RodoAnel, Controlar e ViaQuatro.

Outros: Os Outros Custos (materiais, seguros, aluguéis, marketing, viagens e meios eletrônicos de pagamentos) apresentaram um crescimento principalmente devido a consolidação da Renovias, RodoAnel, Controlar e ViaQuatro.

Evolução dos Custos Totais (R$ MM)



EBITDA

Reconciliação EBITDA (R$ MM)	3T08 Reclassificado	3T09	Var %	9M08 Reclassificado	9M09	Var %
Lucro Líquido	**219,4**	**185,0**	**-15,7%**	**523,5**	**522,8**	**-0,1%**
(+) Participação dos Minoritários	2,6	1,5	-42,3%	7,5	4,9	-34,8%
(+) IR e CS	117,5	124,5	6,0%	283,8	332,1	17,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	48,9	89,7	83,5%	178,1	238,7	34,0%
(+) Depreciação e Amortização[1]	94,0	117,9	25,5%	268,1	341,6	27,4%
EBITDA	**482,3**	**518,7**	**7,5%**	**1.261,0**	**1.440,1**	**14,2%**
Margem EBITDA	**64,8%**	**65,2%**	***+0,4 p.p.***	**63,1%**	**64,1%**	***+1,0 p.p.***

1 - Inclui as despesas antecipadas

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido (R$ MM)	3T08 Reclassificado	3T09	Var %	9M08 Reclassificado	9M09	Var %
Resultado Financeiro Líquido	**(48,9)**	**(89,7)**	**83,5%**	**(178,1)**	**(238,7)**	**34,0%**
Despesas Financeiras:	**(102,9)**	**(139,6)**	**35,7%**	**(307,4)**	**(425,2)**	**38,3%**
- Variação Cambial	(20,4)	(0,5)	-97,4%	(33,3)	(6,0)	-82,0%
- Perda com Operação de Hedge	(7,8)	(11,1)	43,2%	(35,6)	(54,6)	53,4%
- Variação Monetária	(14,7)	(3,0)	-79,6%	(68,4)	(4,7)	-93,2%
- Juros Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(52,1)	(113,0)	116,9%	(149,3)	(326,8)	118,9%
- Outras Despesas Financeiras	(7,9)	(12,0)	51,3%	(20,9)	(33,1)	58,6%
Receitas Financeiras:	**54,0**	**49,9**	**-7,6%**	**129,3**	**186,5**	**44,2%**
- Ganho com Operação de Hedge	22,3	0,2	-99,3%	36,0	0,5	-98,8%
- Variação Cambial	2,3	16,1	n.m.	22,6	76,0	n.m.
- Variação Monetária	1,9	5,0	n.m.	1,9	15,7	n.m.
- Outras (Juros e Rendimentos de Aplicações)	27,5	28,6	4,2%	68,8	94,3	37,0%

As concessionárias Ponte e ViaLagos possuem empréstimos em moeda estrangeira, na modalidade 2770, devidamente protegidos por contratos de hedge. Já a concessionária ViaQuatro possuiu compromissos de aquisição de equipamentos vinculados ao Dólar (EUA) e ao Euro (EU) e para a proteção de seus fluxos de caixa futuros contratou operações de hedge em 30 de setembro de 2009 equivalentes a R$ 29,8 milhões. Os contratos de hedge em vigor protegem a empresa dos riscos de variação cambial (curva ativa do contrato de hedge) em troca do pagamento da variação de um determinado percentual do CDI em igual período (curva passiva do contrato de hedge). Esses instrumentos financeiros de proteção são demonstrados detalhadamente na Nota Explicativa n° 23 do ITR do 3T09, conforme Deliberação CVM 550/08.

Quando a diferença entre a variação da moeda estrangeira mais os juros relativos ao contrato de hedge (curva ativa) e a variação do CDI relativa ao contrato de hedge (curva passiva) é positiva, o ganho com operação de hedge é contabilizado em receitas financeiras. Quando ocorre o inverso, a perda com operação de hedge é contabilizada em despesas financeiras. A diferença entre as curvas ativa e passiva, ou seja, o valor líquido do hedge, no trimestre resultou perda de R$ 11,0 milhões. A variação cambial por sua vez, é contabilizada mensalmente como receita ou despesa financeira, dependendo da oscilação do Real frente às outras moedas nesse período.

O resultado positivo de R$ 2,0 milhões do item “Variação Monetária” deveu-se à variação do IGP-M no período (-0,37% no 3T09 contra +1,55% no 3T08).

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O aumento do item “Juros de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures” deveu-se ao aumento do estoque da dívida em 59,7%, comparado ao 3T08. O acréscimo deste item deveu-se principalmente aos juros sobre os empréstimos de curto prazo da concessionária RodoAnel no montante de R$ 36,0 milhões e R$ 28,9 milhões da CCR holding devido ao maior endividamento bruto, resultado das emissões de debêntures de R$ 500 milhões e R$ 598 milhões emitidas em dez/08 e agosto/09, respectivamente.

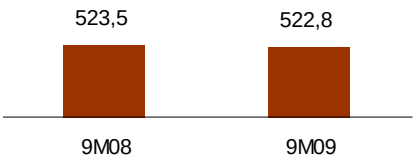
O aumento do item “Outras Despesas Financeiras” (taxas, tarifas e comissões) deveu-se principalmente à consolidação da concessionária RodoAnel que contribuiu com R$ 3,0 milhões.

A redução do item “Receitas Financeiras” deveu-se à menor receita com rendimentos sobre as aplicações financeiras.

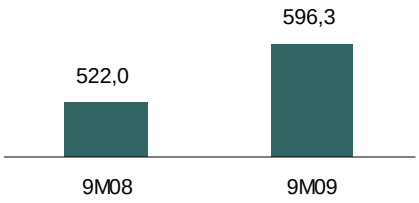
Lucro Líquido

A CCR consolidada apresentou um Lucro Líquido de R$ 185,0 milhões (-15,7%) no 3T09 e R$ 522,8 milhões (-0,1%) nos 9M09. Essa redução no trimestre deveu-se à inclusão da concessionária RodoAnel, que contribuiu com 95,1% do aumento em despesa financeira líquida devido aos juros sobre os empréstimos de curto prazo. *Excluindo-se Renovias, RodoAnel e Controlar, o Lucro Líquido atingiu R$ 208,1 milhões (-4,6%) no 3T09 e R$ 596,3 milhões (+14,2%) nos 9M09.*

Lucro Líquido (R$ MM)



Lucro Líquido (R$ MM)
Pro Forma*



**Excluindo-se Renovias, RodoAnel e Controlar.*

Endividamento

O aumento da dívida bruta deveu-se principalmente às captações abaixo:

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Empresa	Emissão	Valor (R$ MM)	Dívida	Custo Médio	Vencimento
CCR (Holding)	julho-09	498	Debênture	112% do CDI	Agosto/2012
CCR (Holding)	julho-09	150	Debênture	IPCA + 7,5% a.a.	Agosto/2012, 2013 e 2014
NovaDutra	julho-09	347	Cessão da Dívida Subordinada	CDI + 1,8% a.a.	Dezembro/2010
ViaQuatro (58%)	julho-09	62	Financiamento de Longo Prazo - BID	LIBOR + (1,9% - 2,8%)	Fevereiro/2020 e 2023
ViaOeste	agosto-09	57	Capital de Giro	CDI + 0,85% a.a.	Fevereiro/2010
Total		**1.114**			

De acordo com as melhores práticas de finanças na indústria de infraestrutura e visando maximizar o retorno de nossos acionistas, a Companhia usualmente estrutura financiamentos de longo prazo na modalidade de *project finance* com a participação de organismos multilaterais para os novos negócios. Para permitir essa estruturação, que exige um determinado período de negociação, inicialmente é necessário a adoção de financiamentos de curto prazo, posteriormente substituídos por financiamento tipo *project finance*, de longo prazo.

(R$ MM)	set/08	jun/09	set/09
Dívida Bruta (1)	**2.914,8**	**3.931,6**	**4.655,8**
% Moeda Nacional	93%	94%	95%
% Moeda Estrangeira	7%	6%	5%
Curto Prazo	**1.457,5**	**2.076,7**	**2.325,2**
% Moeda Nacional	94%	98%	95%
% Moeda Estrangeira	6%	2%	5%
Longo Prazo	**1.457,3**	**1.854,9**	**2.330,7**
% Moeda Nacional	92%	90%	94%
% Moeda Estrangeira	8%	10%	6%
Caixa, Aplicações Financeiras e Conta Reserva	**569,3**	**848,9**	**714,3**
% Moeda Nacional	100%	100%	100%
Ajuste de Swap a Receber (Pagar)	**7,4**	**14,9**	**3,0**
Dívida Líquida	**2.338,1**	**3.067,8**	**3.938,6**

(1) A dívida bruta na posição de junho e setembro de 2009 está reduzida dos custos de transação incorridos na estruturação dos respectivos instrumentos financeiros, de acordo com as adequações à nova legislação societária.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Composição da Dívida (R$ MM)	Indexador	Custo Médio	Set/2009	%
BNDES	TJLP	TJLP + (1,7% - 5,3%)	311,1	7%
Debêntures	IGP-M	IGP-M + (7,6% - 11%)	632,9	13%
Debêntures	CDI	CDI + 1,6%; 103,3% a 112% do CDI	986,2	21%
Debêntures	IPCA	IPCA + 7,5%	150,2	3%
Debêntures	Pré-fixada	14,75%	518,3	11%
Notas Promissórias	CDI	CDI + (1,18% - 2,10%)	1.357,6	29%
Moeda Estrangeira	US$	cesta de moedas + 5,0%; US$ + 5,05% - 6,13%	31,4	1%
Moeda Estrangeira	IENE	IENE + 5,8225%	78,5	2%
BID	LIBOR	LIBOR + (1,9% - 2,2%)	163,0	3%
Outros	CDI	CDI + (0,275% - 0,867% a.m.); CDI + (1,8% - 4,3% a.a.)	471,9	10%
Total			**4.701,3**	**100%**

O custo nominal médio incidente sobre a dívida consolidada foi de 9,2% a.a. no mês de set/09.

Calendário de Amortização da Dívida		
Período	**R$ MM**	**% Total**
2009	1.482,4	32%
2010	914,6	19%
2011	392,6	8%
2012	712,3	15%
2013	219,2	5%
2014	193,5	4%
2015	143,8	3%
2016	216,0	5%
2017	190,3	4%
2018	185,2	4%
2019	18,5	0%
2020	13,2	0%
2021 em diante	19,6	0%
Total	**4.701,3**	**100%**

Investimentos

No 3T09, os investimentos somaram R$ 277,4 milhões. A seguir relacionamos os principais investimentos por concessionária: AutoBAn - obras do Complexo Anhangüera e nas Marginais de Campinas, NovaDutra - recuperação do pavimento, sinalização e implantação das marginais do Rio de Janeiro (km 169 a 172,5), ViaOeste - Complexo Cebolão e reconfiguração das praças de pedágio do Km 18 e 20, RodoAnel -conservação especial em pavimento rígida e a construção da Praça de Pedágio 13 (barreira para o trecho Sul), ViaQuatro - continua em fase pré-operacional e realizando o adiantamento para pagamento dos fornecedores de sistemas e material rodante, e RodoNorte - restauração do pavimento da PR 151 (km 286,7 ao 304).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

CAPEX (R$ MM)	1T09	2T09	3T09	2009(E)*	2010 (E)*
AutoBAn	67,9	82,7	61,9	337,2	498,5
NovaDutra	32,9	40,3	52,5	161,1	196,0
ViaOeste	15,8	53,3	85,8	302,0	162,4
RodoNorte (100%)	15,3	12,3	21,0	83,4	96,8
Ponte	0,8	0,9	2,6	12,5	18,2
ViaLagos	1,0	0,6	2,5	9,5	12,0
ViaQuatro (58%)	1,9	21,7	20,8	158,9	123,1
Renovias (40%)	3,9	9,6	6,4	36,0	26,3
RodoAnel (100%)	16,5	24,4	16,7	53,3	45,5
Controlar (50%)	-	-	2,0	21,8	17,2
Outras[1]	3,1	4,5	5,2	23,9	19,2
Consolidado	**159,1**	**250,3**	**277,4**	**1.199,6**	**1.215,2**

1 - Inclui CCR, CCR México, CCR USA, Actua, Engelog, Parques e STP.

* Refere-se a valores estimados para 2009 e 2010.

Os investimentos nas concessionárias AutoBAn e ViaOeste nos anos de 2009 e 2010, demonstrados no quadro acima, contemplam aditivos contratuais, discutidos com a agência reguladora, em fase de reequilíbrio nas formas previstas em contrato. Assim, dentre os valores totais da concessionária AutoBAn, temos R$ 30,4 milhões no ano de 2009 e R$ 69,5 milhões em 2010. A ViaOeste, por sua vez, possui R$ 220,8 milhões em 2009 e R$ 29,0 milhões em 2010 em situação semelhante.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)	
01	CONCES.DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.	00.861.626/0001-92	ABERTA CONTROLADA	100,00	17,92
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		128.766.175		128.766.175	
02	CONC.SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A	02.451.848/0001-62	ABERTA CONTROLADA	100,00	34,18
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		174.999.989		174.999.989	
03	CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.	01.612.234/0001-52	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,94
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		35.167.988		35.167.988	
04	CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO NITEROI S.A.	00.358.042/0001-07	FECHADA CONTROLADA	100,00	2,17
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		19.421.329		19.421.329	
05	RODONORTE CONC.RODOVIAS INTEGRADAS S.A.	02.221.531/0001-30	ABERTA CONTROLADA	85,92	15,10
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.846.936.430		1.846.936.430	
06	PARQUES SERVIÇOS LTDA.	03.910.714/0001-25	FECHADA CONTROLADA	85,92	0,02
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		8.592		8.592	
07	ACTUA SERVIÇOS COMPARTILHADOS LTDA.	05.397.412/0001-20	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,03
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		9.990		9.990	
08	ACTUA ASSESSORIA LTDA.	05.410.674/0001-88	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,74
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		9.990		9.990	
09	ENGELOG CENTRO DE ENGENHARIA LTDA.	05.455.633/0001-08	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,13
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		9.990		9.990	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)	
10	SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.	05.699.264/0001-07	FECHADA CONTROLADA	38,25	1,81
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		8.528.832		8.528.832	
11	CONC.ROD.DO OESTE DE SP - VIAOESTE S.A.	02.415.408/0001-50	ABERTA CONTROLADA	100,00	17,00
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		13.976.292.236		13.976.292.236	
12	CIA. DE CONC. RODOVIÁRIAS MÉXICO S RL CV	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,10
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		4.099.999		4.099.999	
13	CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A.	07.682.638/0001-07	FECHADA CONTROLADA	58,00	3,11
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		63.572.142		63.572.142	
14	CCR - USA, LLC.	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,01
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		300		300	
15	CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.	09.387.725/0001-59	FECHADA CONTROLADA	95,00	5,69
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		166.249.992		93.100.000	
16	COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES	09.367.702/0001-82	FECHADA CONTROLADA	99,00	25,82
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		445.580.190		445.580.190	
17	CPCI CIA DE PARTICIP.CONC. INFRA-ESTRUTU	10.665.151/0001-12	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,00
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		999		999	
18	CPCSP CIA PARTICIP.CONC.SERV.PUBLICOS	10.665.162/0001-00	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,00
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		999		999	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	01
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/014
4 - DATA DO REGISTRO CVM	04/04/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	01/03/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/03/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	105 % do CDI
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	150.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	15.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	15.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/03/2010

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	02
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	DISPENSADO O REGISTRO
4 - DATA DO REGISTRO CVM	26/09/2008
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	26/09/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	26/09/2009
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,60% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	300.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	300.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	11/08/2009
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	03
2 - Nº ORDEM	4
3 - Nº REGISTRO NA CVM	DISPENSADO O REGISTRO
4 - DATA DO REGISTRO CVM	29/12/2008
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	29/12/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	31/12/2018
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	14,75% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	500.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	500.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	29/12/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	04
2 - Nº ORDEM	5
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2009/013
4 - DATA DO REGISTRO CVM	03/08/2009
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/08/2009
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/08/2012
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	112% do CDI
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	448.156
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	448.156
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	448.156
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/02/2010

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	05
2 - Nº ORDEM	5
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2009/014
4 - DATA DO REGISTRO CVM	03/08/2009
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/08/2009
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/08/2014
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IPCA + 7,5%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	150.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	150.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	150.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/08/2010

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

INFORMAÇÕES NÃO REVISADAS PELOS AUDITORES

Composição dos acionistas da Companhia de Concessões Rodoviárias com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	64.393.416	15,97%	64.393.416	15,97%
Camargo Corrêa S.A.	7.766.880	1,93%	7.766.880	1,93%
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	66.193.684	16,42%	66.193.684	16,42%
AGC Participações Ltda.	1.700.000	0,42%	1.700.000	0,42%
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	1.164.965	0,29%	1.164.965	0,29%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	1.143.847	0,28%	1.143.847	0,28%
Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia	15.100.000	16,50%	15.100.000	16,50%
Soares Penido Concessões S.A.	51.395.479	12,75%	51.395.479	12,75%
Soares Penido Obras, Construções, Investimentos Ltda.	2.832.413	0,70%	2.832.413	0,70%
Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda.	2.832.412	0,70%	2.832.412	0,70%
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	72.160.300	17,90%	72.160.300	17,90%
Outros	116.418.404	28,89%	116.418.404	28,89%
Total	**403.101.800**	**100%**	**403.101.800**	**100%**

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	685.162.735	100%	685.162.735	100%
Outros	7	0,00%	7	0,00%
Total	**685.162.742**	**100%**	**685.162.742**	**100%**

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Participações Morro Vermelho S.A.	48.940	100%	93.099	100%	142.039	100%
Carlos Pires Oliveira Dias	1	0,00%	1	0,00%	2	0,00%
Fernando Arruda Botelho	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Luiz Roberto Ortiz Nascimento	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Flávia Buarque de Almeida	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Albrecht Curt Reuter Domenech	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Vitor Sarquis Hallack	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Total	**48.946**	**100%**	**93.100**	**100%**	**142.046**	**100%**

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Participações Morro Vermelho S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
RCABON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 A	33,34%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCABPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 A	33,29%	1.498.080	22,19%
RCNON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 B	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCNPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 B	33,29%	1.498.080	22,19%
RCPODON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 C	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 C	33,29%	1.498.080	22,19%
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	5.760 D	0,13%	5.760	0,10%
Outros	6 (2 de cada A, B, C)	0,00%	0	0,00%	6	0,00%
Total	**2.250.000**	**100%**	**4.500.000**	**100%**	**6.750.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RCABON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	**749.850**	**100%**	**150**	**100%**	**750.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RCABPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	**1.500.000**	**100%**	**1.500.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RCNON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Renata de Camargo Nascimento	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	**749.850**	**100%**	**150**	**100%**	**750.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RCNPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Renata de Camargo Nascimento	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	**1.500.000**	**100%**	**1.500.000**	**100%**

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da RCPODON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	**749.850**	**100%**	**150**	**100%**	**750.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	**1.500.000**	**100%**	**1.500.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RRRPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	1.980	33,34%	1.980	33,34%
Renata de Camargo Nascimento	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Total	**5.940**	**100%**	**5.940**	**100%**

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Concessões S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	42.464.341	76,48%	40.634.482	73,18%	83.098.823	74,83%
IFC - International Finance Corporation	8.246.717	14,85%	8.246.717	14,85%	16.493.434	14,85%
AG Invest Fundo de Investimento em Participações	4.806.293	8,66%	4.806.294	8,66%	9.612.587	8,66%
Outros	8.028	0,01%	1.837.880	3,31%	1.845.908	1,66%
Total	**55.525.379**	**100%**	**55.525.373**	**100%**	**111.050.752**	**100%**

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez S.A.	233.761.338	100%	467.522.687	100%	701.284.025	100%
Outros	5	0,00%	0		5	0,00%
Total	**233.761.343**	**100%**	**467.522.687**	**100%**	**701.284.030**	**100%**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Administradora Santana Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora São Miguel Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora Santo Estevão S.A.	238.663.827	33,34%	477.336.173	33,34%	716.000.000	33,34%
Outros	9	0,00%	0	0,00%	9	0,00%
Total	**715.991.488**	**100%**	**1.432.008.519**	**100%**	**2.148.000.007**	**100%**

Composição dos cotistas da Administradora Santana Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Angela Gutierrez	99.998	33,33%
Cristiana Gutierrez	99.998	33,33%
Espólio de Roberto Gutierrez	99.970	33,32%
Outros	34	0,02%
Total	**300.000**	**100%**

Composição dos cotistas da Administradora São Miguel Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	200	0,00%
Vera Furtado de Andrade	200	0,00%
Travessia Participações Ltda	1.455.200	7,66%
Guvidala Participações Ltda	1.497.200	7,88%
Nadja Participações Ltda	1.404.800	7,40%
Cristália Participações Ltda	1.431.200	7,54%
Água Branca Participações Ltda	1.392.800	7,33%
Verdigris Participações Ltda	1.372.400	7,23%
Morrote Participações Ltda	1.196.000	6,31%
Marília Furtado de Andrade	1.261.200	6,64%
Laura Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Heloisa Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Flávio Furtado de Andrade	1.203.600	6,34%
Alvaro Furtado de Andrade	1.376.400	7,25%
Luciana Furtado Andrade	1.368.000	7,20%
Paulo Furtado de Andrade	1.390.800	7,32%
Total	**18.990.000**	**100%**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Travessia Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Paulo Furtado de Andrade	1.455.200	100%
Total	**1.455.201**	**100%**

Composição dos cotistas da Guvidala Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Álvaro Furtado de Andrade	1.497.200	100%
Total	**1.497.201**	**100%**

Composição dos cotistas da Nadja Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Luciana Furtado de Andrade	1.404.800	100%
Total	**1.404.801**	**100%**

Composição dos cotistas da Cristália Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Heloisa Furtado de Andrade	1.431.200	100%
Total	**1.431.201**	**100%**

Composição dos cotistas da Água Branca Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Laura Furtado de Andrade	1.392.780	100%
Gabriela Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Mariana da Cunha Pereira	5	0,00%
Rafael Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Camila da Cunha Pereira	5	0,00%
Total	**1.392.801**	**100%**

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Verdigris Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Marília Furtado de Andrade	1.372.400	100%
Total	**1.372.401**	**100%**

Composição dos cotistas da Morrote Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Flávio Furtado de Andrade	1.196.000	100%
Total	**1.196.001**	**100%**

Composição dos cotistas da Administradora Santo Estevão S.A. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	Cotas	%
Sergio Lins Andrade	4.986.587	99,72%
Outros	13.776	0,28%
Total	**5.000.363**	**100%**

Composição dos acionistas da Serveng-Civilsan S.A. Emp. Assoc. de Eng. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Soares Penido Part. e Emp. S.A.	25.225.441.568	68,48%	25.225.441.568	68,48%
Soares Penido Investimentos Ltda.	11.612.711.540	31,52%	11.612.711.540	31,52
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	1	0,00%	1	0,00%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	1	0,00%	1	0,00%
Thadeu L. Marcondes Penido	1	0,00%	1	0,00%
Ações em Tesouraria	1	0,00%	1	0,00%
Total	**36.838.153.112**	**100%**	**36.838.153.112**	**100%**

Composição dos acionistas da Soares Penido Part. e Emp. S.A. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Thadeu Luciano Marcondes Penido	200.000.000	33,34%	200.000.000	33,34%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Total	**600.000.000**	**100%**	**600.000.000**	**100%**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Soares Penido Investimentos Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Thadeu Luciano Marcondes Penido	148.546.332	33,33%	148.546.332	33,33%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	148.546.334	33,33%	148.546.334	33,33%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	148.546.334	33,34%	148.546.334	33,34%
Total	**445.639.000**	**100%**	**445.639.000**	**100%**

Composição dos acionistas da Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Soares Penido Investimentos Ltda.	116.656.842	100%	116.656.842	100%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	100	0,00%	100	0,00%
Total	**116.656.942**	**100%**	**116.656.942**	**100%**

Composição dos acionistas da Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Soares Penido Investimentos Ltda.	24.385.853	100%	24.385.853	100%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	100	0,00%	100	0,00%
Total	**24.385.953**	**100%**	**24.385.953**	**100%**

Composição dos cotistas da Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Brisa Internacional SGPS S.A. [1]	599.188.237	100%
Brisa Autoestradas de Portugal S.A.	1	0,00%
Total	**599.188.238**	**100%**

1 – Empresa de capital estrangeiro.

Composição dos acionistas da Brisa Internacional SGPS S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Brisa Auto-estradas de Portugal S.A	50.000	100%	50.000	100%
Total	**50.000**	**100%**	**50.000**	**100%**

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Brisa Autoestradas de Portugal S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
José de Mello SGPS, SA	179.520.271	29,92%	179.520.271	29,92%
Ballina Sàrl	114.557.795	19,09%	114.557.795	19,09%
Abertis Infraestruturas AS	87.643.700	14,61%	87.643.700	14,61%
Outros	218.278.234	36,38%	218.278.234	36,38%
Total	**600.000.000**	**100%**	**600.000.000**	**100%**

Composição dos acionistas da José de Mello SGPS, S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Maria Teresa Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Maria Amélia Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Vasco Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Maria Cristina Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Pedro Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,33%	14.960.023	8,33%
Maria Luísa Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Maria do Carmo Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
João Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,33%	14.960.023	8,33%
Maria João Guimarães José de Mello	14.960.023	8,33%	14.960.023	8,33%
Salvador Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Filipe Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Gonçalo Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Total	**179.520.271**	**100,00%**	**179.520.271**	**100,00%**

Ações da Companhia em circulação (free-float)

Após o desdobramento das ações (split em fevereiro de 2006) a quantidade de ações em circulação (free-float) corresponde a 115.134.312, representando 28,56% do capital da Companhia.

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 30 de setembro de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	286.683.396	71,12%	286.683.396	71,12%
Conselho de Administração	1.229.092	0,31%	1.229.092	0,31%
Conselho Fiscal	15.000	0%	15.000	0%
Diretores	55.000	0,01%	55.000	0,01%
Outros (mercado)	115.119.312	28,56%	115.119.312	28,56%
Total	**403.101.800**	**100%**	**403.101.800**	**100%**

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 30 de setembro de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	286.683.396	71,12%	286.683.396	71,12%
Conselho de Administração	1.483.536	0,37%	1.483.536	0,37%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%
Diretores	48.000	0,01%	48.000	0,01%
Outros (mercado)	114.886.868	28,50%	114.886.868	28,50%
Total	**403.101.800**	**100%**	**403.101.800**	**100%**

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu estatuto Social.

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Ao
Conselho de Administração da
Companhia de Concessões Rodoviárias
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) da Companhia de Concessões Rodoviárias e dessa Companhia e suas controladas (informações consolidadas) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2009, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu principalmente de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4. Conforme mencionado na nota explicativa 3.1, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2008 apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM n° 506 de 19 de junho de 2006.

São Paulo, 10 de novembro de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2009 a 30/09/2009	12
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 30/09/2009	13
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	14
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	16
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	18
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	20
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2009 a 30/09/2009	23
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 30/09/2009	24
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	25
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	114
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	115
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	129
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	131
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	136
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	145
		CONCES.DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.	
		CONC.SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A	
		CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.	
		CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO NITEROI S.A.	
		RODONORTE CONC.RODOVIAS INTEGRADAS S.A.	
		PARQUES SERVIÇOS LTDA.	
		ACTUA SERVIÇOS COMPARTILHADOS LTDA.	
		ACTUA ASSESSORIA LTDA.	
		ENGELOG CENTRO DE ENGENHARIA LTDA.	
		SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.	
		CONC.ROD.DO OESTE DE SP - VIAOESTE S.A.	
		CIA. DE CONC. RODOVIÁRIAS MÉXICO S RL CV	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
		CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A.	
		CCR - USA, LLC.	
		CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.	
		COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES	
		CPCI CIA DE PARTICIP.CONC. INFRA-ESTRUTU	
		CPCSP CIA PARTICIP.CONC.SERV.PUBLICOS	/145